

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A FRONTEIRA NO ENSINO BÁSICO DE GEOGRAFIA: POLÍTICAS NACIONAIS E
PRÁTICAS SITUADAS**

CÁTIA CILENE PEREIRA FROEHLICH

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Adriana dorfman

**PORTO ALEGRE
ABRIL, 2021**

A FRONTEIRA NO ENSINO BÁSICO DE GEOGRAFIA: POLÍTICAS NACIONAIS E PRÁTICAS SITUADAS

CÁTIA CILENE PEREIRA FROEHLICH

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Adriana Dorfman

PORTO ALEGRE

ABRIL, 2021

CIP - Catalogação na Publicação

Froehlich, Cátia Cilene Pereira
A FRONTEIRA NO ENSINO BÁSICO DE GEOGRAFIA:
POLÍTICAS NACIONAIS E PRÁTICAS SITUADAS / Cátia
Cilene Pereira Froehlich. -- 2021.
147 f.
Orientadora: Adriana Dorfman.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa
de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS,
2021.

1. Fronteira. 2. Ensino de Geografia. 3. Base
Nacional Comum Curricular. 4. Práticas pedagógicas. 5.
Condição fronteiriça. I. Dorfman, Adriana, orient.
II. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A FRONTEIRA NO ENSINO BÁSICO DE GEOGRAFIA: POLÍTICAS NACIONAIS E
PRÁTICAS SITUADAS**

CÁTIA CILENE PEREIRA FROEHLICH

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Adriana Dorfman

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a Ligia Beatriz Goulart (UFRGS)

Prof. Dr. Marcos Irineu Klausberger (IFSul-Campus Novo Hamburgo)

Prof. Dr. Roberto Filizola (UFPR)

**Dissertação de mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Geografia como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em
Geografia.**

**PORTO ALEGRE
ABRIL, 2021**

AGRADECIMENTOS

A possibilidade de realizar esta dissertação de mestrado só foi concretizada graças ao apoio de algumas pessoas fundamentais em todo o processo.

Em primeiro lugar quero agradecer à CAPES pela oportunidade da bolsa que me foi concedida e que possibilitou que eu pudesse me dedicar exclusivamente à pesquisa por um ano e meio. Quero agradecer também ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que sempre proporcionou apoio e acolhida aos discentes pesquisadores.

Os meus mais sinceros agradecimentos à minha orientadora, professora Adriana Dorfman, que me acompanha desde 2014, onde comecei a trabalhar em projetos liderados por ela, atuando como bolsista, e tendo a possibilidade de aprender mais e mais com essa grande mestra e pesquisadora renomada em sua área de atuação, os Estudos Fronteiriços. Pela paciência, conversas e ideias, o meu muito obrigada.

Gostaria de agradecer também aos professores, pesquisadores e acadêmicos de Geografia que me indicaram docentes para serem entrevistados em todo o Brasil. Em ordem cronológica do primeiro contato: Brigada Militar de Santa Rosa – RS, Roberto Filizola, Jonas Cantaluppi, Edgar Velozo, Edinara Martins, Regina Ferreira, Francisco Lima Silva e Marcos Klausberger.

Aos amigos e amigas da Geografia da UFRGS que sempre me apoiaram e torceram por mim: Bruna Zanatta, Bruna Bianchi, Isabella, Fernando e Paloma. As amigas de infância Carla, Catiane e Katiúsca, sempre essenciais em minha vida; a Priscila, amiga distante fisicamente, mas sempre presente através da tecnologia do WhatsApp; a vizinha e amiga Daiana, companheira de magistério e de conversas pedagógicas; a prima Liliane, que me deu palavras de conforto e proporcionou trocas importantes em momentos difíceis.

A minha querida e amada avó, Zulmira, que sempre me deu seu apoio e admiração, me incentivando a estudar e me servindo de arrimo na vida; a professora do Ensino Fundamental que acabou se tornando amiga, Ana Elisa Sparano Fontoura, sempre me aconselhando com palavras de incentivo e admiração mútuas; aos familiares que se fizeram presentes nessa caminhada, com seu carinho e incentivo: Pablo, Nise, Gustavo, Marcella, Eduarda, Isabelli, Nena e Mateus. Ao meu pai, Hildo

(*in memoriam*), que sempre me incentivou a ser professora, pois sabia que esse era meu desejo.

E por fim, ao meu companheiro de 18 anos de caminhada, Jacques, meu maior apoiador e incentivador. Sem ele essa dissertação não seria possível de ser realizada, pois não foram poucos os momentos em que ele me puxou as orelhas, me elogiou, me auxiliou de diversas formas, se fez presente e me amparou. Te amo!

*Ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro da tarde.
Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador.
A gente se faz educador, a gente se forma,
como educador, permanentemente,
na prática e na reflexão
sobre a prática.
Paulo Freire*

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho é identificar como a fronteira internacional é ensinada na educação básica pelos professores de diferentes pontos do território nacional, situados em municípios de fronteira. Para isso, foram realizadas entrevistas e análise dos materiais didáticos utilizados nas aulas de professores trabalhadores e/ou residentes em municípios localizados na fronteira brasileira. Foi analisada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento norteador da educação básica, a fim de comparar as práticas de ensino da fronteira internacional realizadas pelos professores participantes da pesquisa com as diretrizes e orientações deste documento e explicitar como os diferentes conceitos de fronteira são ensinados em sua variação relacionada ao lugar de trabalho dos docentes. Após a análise dos dados obtidos com os educadores, as principais conclusões são de que as condições fronteiriças de cada professor influenciam em sua forma de ensinar o conteúdo fronteira. A vivência em uma cidade localizada na fronteira internacional, as relações de troca com o país vizinho, a importância que a escola dá a integração cultural entre os dois lados são importantes para que a fronteira ensinada seja a vivenciada no dia-a-dia de professores e alunos e não somente a fronteira estatal e burocrática presente nos livros didáticos e no currículo escolar nacional, que prioriza a visão hegemônica de fronteira, evidenciando a ausência de políticas educacionais mais locais e regionais que contemplariam de maneira mais satisfatória o ensino de e na fronteira. As políticas nacionais não dão conta de explicitar as particularidades de cada fronteira, logo caberia aos estados e aos municípios, entes do poder público mais próximos da realidade fronteiriça, de criarem e ofertarem currículos e políticas educacionais que atendam com melhor qualidade e eficácia as demandas das particularidades das escolas, alunos e professores atuantes na fronteira internacional.

Palavras-Chaves: Fronteira; Ensino de Geografia; Base Nacional Comum Curricular; Práticas pedagógicas; Condição fronteiriça.

RESÚMEN

El objetivo general de este trabajo es identificar cómo la frontera internacional es enseñada en educación básica por docentes de diferentes puntos del territorio nacional, ubicados en municipios fronterizos. Para ello, se llevaron a cabo entrevistas y análisis de materiales didácticos utilizados en las clases de maestros en activo y / o residentes en municipios ubicados en la frontera brasileña. Se analizó la Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento rector de la educación básica, con el fin de comparar las prácticas docentes de la frontera internacional realizadas por los docentes participantes en la investigación con los lineamientos y lineamientos de este documento y explicar cómo los diferentes conceptos de frontera se enseñan en su variación relacionada con el lugar de trabajo de los docentes. Luego de analizar los datos obtenidos de los educadores, las principales conclusiones son que las condiciones de frontera de cada docente influyen en su forma de enseñar los contenidos de frontera. La experiencia en una ciudad ubicada en la frontera internacional, las relaciones de intercambio con el país vecino, la importancia que le da la escuela a la integración cultural entre los dos lados son importantes para que la frontera enseñada se viva en el día a día de los docentes. y estudiantes y no solo la frontera estatal y burocrática presente en los libros de texto y en el currículo escolar nacional, que prioriza la mirada hegemónica de las fronteras, mostrando la ausencia de políticas educativas más locales y regionales que contemplan mejor la enseñanza de y en la frontera. Las políticas nacionales no logran explicar las particularidades de cada frontera, por lo que correspondería a los estados y municipios, entidades gubernamentales más cercanas a la realidad fronteriza, crear y ofrecer planes de estudio y políticas educativas que atiendan las demandas de las comunidades con mejor calidad y efectividad peculiaridades de las escuelas, estudiantes y docentes que trabajan en la frontera internacional.

Palabras clave: Frontera; Enseñanza de la Geografía; Base Nacional Comum Curricular; Prácticas pedagógicas; Condición fronteriza.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa dos municípios fronteiriços abordados na pesquisa.....	38
Figura 2: Mapa de localização do município de Alecrim – RS	40
Figura 3: Página do livro didático utilizado pelo professor de Alecrim, e citado na entrevista, abordando os conceitos de Estado, fronteira, território nacional, soberania e nação, exemplificando com a questão do País Basco.....	50
Figura 4: Página do livro didático abordando a questão do “capital sem fronteiras” com algumas anotações do professor de Alecrim.	51
Figura 5: Anotações do professor de Alecrim em página de um texto complementar referente ao conceito de espaço vital, defendido pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel.....	52
Figura 6: Página do livro utilizado pelo professor de Alecrim contendo exercícios abordando a questão da globalização, dos fluxos de capitais e da fronteira México – Estados Unidos.....	53
Figura 7: Página do livro utilizado pelo professor de Alecrim com exercícios abordando Estado, fronteira e território.	54
Figura 8: Página do livro utilizado pelo professor de Alecrim com texto complementar mostrando a singularidade de um trecho de limite internacional entre a Bélgica e a Holanda.	55
Figura 9: Página do livro utilizado pelo professor de Alecrim abordando a temática das migrações internacionais com mapa mostrando as fronteiras controladas e vigiadas da Europa.	56
Figura 10: Página do livro utilizado pelo professor de Alecrim, iniciando o capítulo sobre territórios e fronteiras, exemplificando com a fronteira Brasil-Argentina em Uruguaiana – RS, contendo texto que explica a formação histórica das fronteiras e abordando a integração fronteiriças das fronteiras brasileiras.....	57
Figura 11: Mapa de localização de Guajará-Mirim – RO e sua cidade-gêmea Guayaramerín, no departamento de Beni, na Bolívia.	59
Figura 12: Mapa de localização do município de Ponta Porã – MS e sua cidade-gêmea Pedro Juan Caballero, no departamento de Amambay, Paraguai.....	65
Figura 13: Sumário do livro didático utilizado pelo professor de Ponta Porã para ensinar o conteúdo fronteira utilizando o próprio município como exemplo.	70
Figura 14: Página do livro utilizado pelo professor de Ponta Porã abordando a diferença entre paisagem natural e cultural usando paisagens do município como exemplo.	71

Figura 15: Página do livro utilizado pelo professor de Ponta Porã citando a diferença entre limites, divisas e fronteiras utilizando o próprio município e o estado do Mato Grosso do Sul como exemplo.....	72
Figura 16: Página do livro utilizado pelo professor de Ponta Porã explicando os diferentes tipos de demarcadores no terreno para indicar uma fronteira e exercícios de revisão sobre esse conteúdo. O exemplo usado na fotografia é o marco fronteiro em Pedro Juan Caballero e Ponta Porã.....	73
Figura 17: Página do livro utilizado pelo professor de Ponta Porã mostrando os limites territoriais do próprio município.....	74
Figura 18: Abertura do “Projeto Fronteira: Princesinha dos Ervais” com apresentação de dança típica paraguaia realizada pelos alunos da EJA.	75
Figura 19: Alunos caracterizados com vestimentas típicas paraguaias dançando em apresentação artística na abertura do “Projeto Fronteira: Princesinha dos Ervais”.	75
Figura 20: Página do livro didático mostrando o mapa político do Brasil, seus países limítrofes e as anotações pessoais da professora sobre o conteúdo.	78
Figura 21: Página do livro didático explicando o que é soberania, fronteiras terrestres e marítimas, a faixa de fronteira e as anotações pessoais da professora de Ponta Porã sobre o conteúdo.	79
Figura 22: Fotografia da tela do computador da professora de Ponta Porã mostrando o mapa do Grupo Retis, que ela utilizou em sua dissertação de mestrado e utiliza com os alunos sempre que pode levar mapas impressos.	80
Figura 23: Mapa de localização do município de Aceguá – RS e sua fronteira seca com a cidade-gêmea de Acegua, no departamento de Cerro Largo, Uruguai....	82
Figura 24: Página do livro utilizado pela professora de Aceguá abordando limites e fronteiras.....	86
Figura 25: Página do livro didático utilizado pela professora de Aceguá abordando o conteúdo sobre marcos de fronteira.	87
Figura 26: Página do livro didático utilizado pela professora de Aceguá abordando o conteúdo sobre o Mercosul.....	88
Figura 27: Página do livro didático utilizado pela professora de Aceguá abordando o conteúdo sobre a faixa de fronteira.	89
Figura 28: Página do livro didático utilizado pela professora de Aceguá abordando o conteúdo sobre cidades-gêmeas.....	90
Figura 29: Página do livro didático utilizado pela professora de Aceguá abordando o conteúdo sobre o Uruguai.....	91
Figura 30: Mapa de localização de Santo Antônio do Sudoeste – PR e sua cidade-gêmea na Argentina, San Antonio, na província de Misiones.....	93

Figura 31: Página do livro didático utilizado pelo professor de Santo Antônio do Sudoeste abordando o conteúdo fronteira.....	98
Figura 32: Página do livro utilizado pelo professor de Santo Antônio do Sudoeste onde é explicado o que é limite fronteiro e marcos de fronteira.....	99
Figura 33: Caderno de um aluno contendo texto e mapa para colorir abordando a Questão de Palmas.....	100
Figura 34: Prova de Geografia do sétimo ano abordando o conteúdo fronteira.....	101
Figura 35: Prova de Geografia do sétimo ano abordando o conteúdo fronteira.....	101
Figura 36: Prova de recuperação do sétimo ano abordando o conteúdo fronteira.....	102
Figura 37: Prova de recuperação do sétimo ano abordando o conteúdo fronteira.....	102
Figura 38: Fotos presentes no relatório de saída de campo dos professores de Geografia de Santo Antônio do Sudoeste percorrendo o rio Santo Antônio da nascente até a foz (as legendas em vermelho e amarelo nas fotos são originais do arquivo enviado).....	103
Figura 39: Compilado de fotos presentes no relatório de saída de campo dos professores de Geografia de Santo Antônio do Sudoeste percorrendo o rio Santo Antônio da nascente até a foz (as legendas em vermelho nas fotos são originais do arquivo enviado).....	104
Figura 40: Mapa de localização de Oiapoque – AP e sua cidade-gêmea Saint-Georges, na Guiana Francesa, separadas pela fronteira natural, o rio Oiapoque.....	106
Figura 41: Saída a campo na Pedra do Abacaxi, em Oiapoque.....	111
Figura 42: Saída de campo no centro de Oiapoque.....	112
Figura 43: Mapa de localização de Sant’Ana do Livramento e a fronteira seca com sua cidade-gêmea Rivera, no departamento de mesmo nome, no Uruguai.....	114
Figura 44: Projeto de intercâmbio esportivo e cultural entre escola de Sant’Ana do Livramento e escola de Rivera.....	117

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Formação profissional e tempo de magistério dos docentes entrevistados.	119
Quadro 2: Materiais didáticos utilizados pelos docentes entrevistados.....	121

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

APA – Área de Preservação Ambiental
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CAMAL – Cooperativa Agrícola Mista Aceguá Ltda.
Celem – Centro de Línguas Estrangeiras Modernas
CF – Constituição Federal
CRE – Coordenadoria Regional de Educação
DGEEC - *Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos*
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EsPCEX – Escola Preparatória de Cadetes do Exército
FIP – Faculdades Integradas de Ponta Porã
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFMS – Instituto Federal do Mato Grosso do Sul
IFSul – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
INDEC *Instituto Nacional de Estadística y Censos*
INE - Instituto Nacional de Estadística
OBEDDEF - Observatório de Educação de Fronteira
PNE – Plano Nacional de Educação
PPP – Plano Político Pedagógico
SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFMS – Universidade Federal de Santa Maria
UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNIFAP – Universidade Federal do Amapá
UNIJUI – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
UNINTER – Centro Universitário Internacional
UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIR – Universidade Federal de Rondônia
URCAMP – Universidade da Região da Campanha

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	Metodologia e procedimentos.....	20
2	A FRONTEIRA E O ENSINO	24
2.1	A fronteira como lugar	27
2.2	O Ensino de Geografia Política.....	29
2.3	A Base Nacional Comum Curricular	31
2.4	A fronteira na BNCC	33
3	TRAJETÓRIAS E PRÁTICAS DOS PROFESSORES NAS FRONTEIRAS	37
3.1	Alecrim – RS.....	39
3.1.1	Lecionando em Alecrim	40
3.1.2	Materiais didáticos utilizados	49
3.2	Guajará-Mirim – RO.....	58
3.2.1	Lecionando em Guajará-Mirim.....	59
3.3	Ponta Porã – MS	63
3.3.1	Lecionando em Ponta Porã – primeiro entrevistado.....	65
3.3.2	Materiais didáticos utilizados	69
3.3.3	Lecionando em Ponta Porã – segunda entrevistada.....	76
3.3.4	Materiais didáticos utilizados	77
3.4	Aceguá – RS	81
3.4.1	Lecionando em Aceguá	82
3.4.2	Materiais didáticos utilizados	85
3.5	Santo Antônio do Sudoeste – PR	92
3.5.1	Lecionando em Santo Antônio do Sudoeste	93
3.5.2	Materiais didáticos utilizados	97
3.6	Oiapoque – AP	104
3.6.1	Lecionando em Oiapoque.....	106
3.6.2	Materiais didáticos utilizados	111
3.7	Sant’Ana do Livramento – RS.....	112
3.7.1	Lecionando em Sant’Ana do Livramento	114
3.7.2	Materiais didáticos utilizados	116

4	DISCUTINDO TRAJETÓRIAS E AS PRÁTICAS DOS PROFESSORES EM SUAS CONDIÇÕES FRONTEIRIÇAS	118
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	137
	APÊNDICE A	145
	APÊNDICE B	146

1 INTRODUÇÃO

O ensino de Geografia Política na educação básica é de grande importância para a formação do educando. Trabalhando esse tema na disciplina de Geografia, os estudantes discutem a formação dos territórios e seus conflitos, os delineamentos jurídicos e políticos que definem Estados nacionais, a globalização e os blocos econômicos, as migrações e a questão dos refugiados, para ficarmos em alguns exemplos. Os temas abordados pela Geografia escolar são baseados nos acontecimentos sócio espaciais, que ganham ou perdem força de acordo com o tempo e com os processos políticos, econômicos e sociais de cada período histórico.

Dentre os conceitos abordados pela Geografia escolar, está o de território. Os territórios, em suas conceituações distintas, têm sempre um início e um fim no espaço geográfico, ainda que tais limites não sejam sempre claramente identificáveis. Quando falamos de território nacional, esses limites ficam mais perceptíveis, pois são cartografados e marcados no terreno das mais diversas formas, indicando o fim da soberania daquele Estado-nação e o início da soberania e do território do outro Estado. Temos aí então a fronteira internacional.

O Brasil possui em torno de 16 mil quilômetros de fronteira com dez países vizinhos do continente sul-americano. Ao longo dessa extensa divisão internacional, existem diferentes populações e aspectos geográficos que tornam singulares cada uma dessas porções de fronteira, revelando a heterogeneidade do nosso país na divisa com os vizinhos e suas zonas de contato. Com distintos aspectos naturais, históricos e sociais, cada porção da fronteira brasileira é singular do ponto de vista da interação com os países limítrofes.

Para compreender, mesmo que em partes, estas singularidades, é que essa pesquisa surge. O fato de termos uma fronteira tão extensa e que percorre os mais distintos relevos, hidrografias, vegetações, populações e suas trocas e arranjos, fez com que surgisse a vontade de entender como essa fronteira aparece no ensino de Geografia nas escolas. A condição fronteira dos educadores, moradores de alguns pontos do limite internacional, influencia na sua maneira de ensinar Geografia Política, mais precisamente a temática “fronteira”?

O professor residente no limite do Brasil com o Uruguai tem a mesma visão de fronteira que um professor no Amapá? E a sua visão de fronteira influencia em como ele (a) ensina a fronteira em suas aulas de Geografia? Conforme Dorfman (2009, p. 01), “a fronteira é um aspecto constitutivo da identidade dos grupos humanos que a habitam”, logo se deduz que esta situação de morador da fronteira, esta condição fronteiriça, possa afetar de alguma forma a visão de mundo do educador e a maneira como ele ensina este conteúdo aos seus alunos.

Falar de fronteira internacional não sendo moradora de um município fronteiriço se torna um desafio. O cotidiano e as relações de troca não me são familiares e a fronteira na mídia sempre aparece estigmatizada como o lugar perigoso e ilegal (NOVAES, 2010, p. 279). Justamente para fugir dessa visão estereotipada da fronteira internacional é que a vontade de pesquisá-la surgiu.

Os estudos fronteiriços entraram na minha vida acadêmica ainda na graduação, quando fui convidada pela professora Adriana Dorfman a integrar a equipe do Unbral Fronteiras¹. A partir de então, comecei a ter contato com as mais diversas pesquisas e trabalhos envolvendo a temática “fronteira”, tive também a oportunidade de participar de eventos e conhecer pesquisadores dedicados aos estudos fronteiriços. Meu trabalho de conclusão de curso² foi sobre ensino e imagens de fronteira, já refletindo a minha dedicação aos estudos fronteiriços e a vontade de pesquisar sobre a temática fronteira.

O gosto pela Geografia Política precede o interesse pela fronteira em si, pois sempre tive fascínio pela cartografia dos Estados nacionais e mudanças na configuração territorial no decorrer da história. Passar um tempo considerável analisando mapas e comparando as mudanças nos limites territoriais era – e ainda é – um passatempo e grande prazer pessoal. Além disso - mesmo parecendo piegas,

¹ O projeto Unbral Fronteiras é um portal de trabalhos acadêmicos sobre os limites e fronteiras do Brasil. Tem a intenção de reunir a produção, hoje dispersa em centros brasileiros de pesquisa e ensino, organizá-la e dar-lhe visibilidade on-line, apoiando-se nos princípios do Acesso Aberto à informação, de maneira gratuita e livre para consulta e compartilhamento. O projeto é coordenado pela professora Dra. Adriana Dorfman, do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e possui equipe multidisciplinar. Mais informações disponíveis em: <http://unbral.nuvem.ufrgs.br>

² FROEHLICH, Cátia C. P. **Imagens e classificações da fronteira por alunos do Ensino Médio: relatos de uma prática.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia), Porto Alegre: Instituto de Geociências, UFRGS, 2017.

clichê e, nos dias atuais, mais do que nunca, um desafio e uma forma de resistência -, sempre quis ser professora e só me via sendo realizada profissionalmente dentro de uma sala de aula.

No decorrer do processo de escrita desta pesquisa, fui nomeada professora de Geografia na rede municipal de Cachoeirinha – RS, onde leciono para turmas de sexto a nono ano do Ensino Fundamental. Iniciar a vida docente me fez perceber o quanto o ensino é movido pelas condicionantes mais diversas, tais como o lugar de que se fala, a quem se fala e a quais recursos se têm acesso para exercer sua docência com a melhor qualidade possível. Essa dissertação, portanto, se tornou a oportunidade de unir várias de minhas paixões em um único trabalho de pesquisa, pois a escrita e a coleta das entrevistas me trouxeram vivências e aprendizagens muito gratificantes. Conhecer e conversar com colegas de profissão que vivem realidades diferentes da minha sempre é um aprendizado para a docência e para a vida.

O objetivo principal desta pesquisa é identificar como a fronteira internacional é ensinada pelos professores de Geografia de diferentes municípios fronteiriços do território nacional, analisando se a situação fronteiriça influencia na forma como este docente ensina o tema “fronteira” em suas aulas de Geografia Política. Como objetivos específicos, pretendemos:

- investigar e apresentar a orientação dada aos professores sobre o ensino a respeito da fronteira internacional, através da leitura de documentos nacionais, com foco na BNCC;
- conhecer as trajetórias e práticas de sala de aula de professores em diferentes situações na fronteira brasileira;
- relacionar documentos nacionais, trajetórias individuais, características geográficas e práticas de ensino de cada professor.
- examinar o quadro mais abrangente do ensino sobre a temática fronteira, combinando orientações nacionais, condições locais, materiais e práticas de sala de aula, permitindo concluir sobre as práticas de professores de Geografia nas salas de aula das fronteiras do Brasil.

Um dos objetivos inicialmente pretendidos com a pesquisa seria o de compartilhar com os entrevistados as conclusões parciais obtidas através de seus relatos e da análise dos materiais didáticos que eles enviassem, com o intuito de

manter um diálogo sobre suas práticas pedagógicas, buscando valorizar o trabalho docente e auxiliar na qualificação dessas práticas ao ensinarem em suas aulas o conteúdo fronteira. Contudo, devido a pandemia de Covid-19, o contato com os professores entrevistados se tornou um desafio, pois muitos alegaram falta de tempo e de recursos – problemas de conexão com a internet e dedicação em tempo integral ao ensino remoto, por exemplo – para que essa troca, após a análise parcial, ocorresse de maneira satisfatória para a pesquisa. Optou-se então por excluir esse objetivo inicial, uma vez que o contato não aconteceria da maneira desejada e não seria possível de concretizá-lo da forma esperada.

Esta pesquisa está dividida em quatro capítulos. A introdução ao tema, a motivação em pesquisar o assunto e a metodologia utilizada no trabalho compõem o capítulo 1. O referencial teórico está contido no capítulo de número 2, que por sua vez está dividido em subcapítulos que se propõem a apontar uma definição de fronteira, abordando a diferença entre a fronteira estatal e a fronteira vivida, levando assim ao conceito de condição fronteira (DORFMAN, 2009, p. 3); pensar a fronteira como lugar, como espaço do cotidiano e das vivências de seus moradores; elaborar uma breve linha do tempo da Geografia como disciplina escolar, destacando o ensino de Geografia Política; descrever brevemente a legislação sobre educação ao longo do tempo, culminando na formulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo da educação básica brasileira, e finalmente, como esse mesmo documento entende que o conteúdo fronteira deva ser ensinado.

O capítulo 3 é dedicado às entrevistas com os docentes participantes da pesquisa. A apresentação, conforme descrito na metodologia, se fez pela cronologia da concessão da entrevista e, precedendo cada uma das entrevistas propriamente ditas, foi realizado um levantamento breve sobre as características socioeconômicas de cada cidade dos professores participantes, com o acréscimo do mapa de localização da cidade fronteira. O capítulo 4 é dedicado às análises dessas entrevistas, bem como dos materiais didáticos apresentados pelos professores e, o capítulo 5, é reservado às considerações finais. Todos estes temas foram convocados a discutir as práticas de professores situados em diferentes pontos da fronteira internacional e qual fronteira eles ensinam.

1.1 Metodologia e procedimentos

Para a realização deste trabalho, foram realizadas pesquisas qualitativas com professores que lecionam em cidades situadas na fronteira em diferentes pontos do território nacional. Para contemplar toda a diversidade geográfica da extensa fronteira brasileira, dentro dos recursos limitados de uma dissertação, a escolha dos profissionais entrevistados levou em conta a heterogeneidade do limite internacional brasileiro e pensada de modo a contemplar a maior variedade de municípios situados na fronteira em diferentes pontos do território, visto que cada um deles apresenta características diferenciadas de povoamento, interação com os países vizinhos e dinâmicas fronteiriças distintas.

A escolha dos professores entrevistados não seguiu um padrão pré-definido. De modo geral, os professores participantes foram contatados e selecionados através de indicações de colegas e amigos da Geografia, fronteiriços ou não, acionando uma rede de contatos e ativando uma rede de pesquisadores. Algumas indicações feitas foram infrutíferas, pois muitos dos possíveis participantes manifestaram interesse prévio em colaborar, mas depois não retornaram mais o contato. Alguns alegaram problemas pessoais, profissionais ou de conexão com a internet para declinar do convite de participar da pesquisa. Os contatos para a seleção dos docentes tiveram início em 2019 e adentrou o período da pandemia de Covid-19, já em 2020, onde algumas das negativas em participar da pesquisa tinham como motivo alegado o excesso de trabalho nas aulas remotas ou preocupações decorrentes da pandemia em si. O anonimato dos docentes foi mantido a fim de preservar as suas identidades. A ordem de apresentação das entrevistas foi a ordem cronológica da concessão das mesmas.

Os entrevistados de Ponta Porã - MS foram indicados pelo professor Jonas Cantaluppi, técnico pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de Ponta Porã. A docente participante de Guajará-Mirim - RO foi entrevistada pelo professor Roberto Filizola, da UFPR, durante um trabalho de campo realizado por ele em julho de 2019. O professor de Alecrim - RS foi entrevistado durante uma tarde nas dependências da escola que ele leciona. O docente foi indicado pela diretora da escola durante uma visita ao município para a realização de um trabalho de campo em parceria com a Brigada Militar de Santa Rosa – RS. A professora do Oiapoque - AP foi sugerida por

Francisco Lima Silva, estudante de graduação em Geografia da UNIFAP, campus Oiapoque, e este, por sua vez, foi indicado pela professora Regina Ferreira, de Belém - PA, doutora em Geografia pela UFRGS.

A professora de Aceguá - RS foi indicada pelo colega de graduação da Geografia na UFRGS, Edgar Velozo, que a havia conhecido em um trabalho de campo realizado no município gaúcho em 2019. A docente de Sant'Ana do Livramento – RS foi uma indicação do também professor Marcos Klausberger, que atualmente trabalha no IFSul no *campus* de Novo Hamburgo, mas que realizou sua pesquisa de doutorado no município fronteiriço e na ocasião entrevistou vários professores, indicando alguns contatos para esta pesquisa. E, por fim, o professor de Santo Antônio do Sudoeste foi sugerido por Edinara Martins, uma docente participante de um grupo de WhatsApp voltado ao ensino de Geografia, do qual participo desde 2019, e que agrupa docentes do Brasil inteiro. O entrevistado foi colega de graduação da professora Edinara, que o sugeriu após um pedido de indicação de profissionais que lecionassem Geografia em algum município fronteiriço brasileiro. Ao todo, foram entrevistados 8 professores, depois de contatos realizados com aproximadamente 18 docentes de diversos municípios situados na fronteira brasileira.

As abordagens utilizadas para a realização desta pesquisa se centraram em entrevistas semiestruturadas (questionário disponível no Apêndice A) e a análise do material didático e de avaliação de aprendizagem utilizado pelos docentes em suas práticas na aula de Geografia Política. As entrevistas semiestruturadas não são tão rígidas quanto um questionário padronizado e nem tão abertas quanto a entrevista sem roteiro, permitindo assim adaptações do entrevistador no decorrer da conversa com o participante (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 34). Ao realizar-se a entrevista, um termo de consentimento livre e esclarecido foi enviado aos docentes para que o preenchessem e o assinassem consentindo com a divulgação da entrevista e dos materiais didáticos por eles enviados, garantindo seu anonimato. O documento padrão enviado aos professores consta nos apêndices (Apêndice B).

Foi solicitado aos participantes que enviassem seus materiais digitalizados da maneira que ficasse mais prática para cada um, fosse por e-mail, através de compartilhamento dos arquivos na nuvem ou tirando uma fotografia dos itens e enviando através do aplicativo WhatsApp. Todos os recursos utilizados pelos

professores para ensinarem o conteúdo “fronteira” e, posteriormente, avaliarem a aprendizagem dos estudantes, foram solicitados, tais como textos, slides, fotografias ou imagens do livro didático, trabalhos (folhinhas), apresentações de trabalhos dos alunos, provas, testes, planos de aula, links e nomes de recursos multimídia e/ou audiovisuais (músicas, filmes, vídeos no YouTube etc.) entre outros.

A solicitação do envio dos materiais utilizados pelos professores para análise teve como objetivo proporcionar uma visão mais concreta sobre como a fronteira é ensinada, apontando quais abordagens os docentes utilizam em suas práticas, auxiliando na compreensão de como os professores fronteiriços ensinam o tema “fronteira internacional” dentro da disciplina de Geografia e, também, analisar quais recursos eles têm à sua disposição, dentro das limitações das escolas em que atuam e de cada realidade em particular.

Devido à distância geográfica entre a pesquisadora e os pesquisados, todas as entrevistas foram realizadas de maneira remota, exceto a do professor do município de Alecrim, única cidade visitada pela pesquisadora em uma saída de campo pela região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, e a da professora de Guajará – Mirim, em Rondônia, que foi coletada presencialmente pelo professor Roberto Filizola, da UFPR, que gentilmente se ofereceu para conversar com uma docente em uma visita profissional ao município rondoniense, onde realiza pesquisas. As demais entrevistas ocorreram à distância, sendo realizadas através da chamada de telefone do aplicativo WhatsApp e gravadas com o gravador de voz do celular, por troca de mensagens através do mesmo aplicativo ou respondendo ao questionário por e-mail.

O método de coleta das informações escolhido, a entrevista, permitiu que a conversa fluísse de maneira mais proveitosa com os participantes. Devido a custos, deslocamentos para lugares muito distantes e tempo hábil para essas coletas ligados à distância geográfica entre pesquisadora e entrevistados, as entrevistas remotas se apresentaram como a única técnica de coleta possível. Métodos como a observação, por exemplo, embora riquíssimos e que seriam certamente muito proveitosos para esta pesquisa, não teriam como ser realizados pelos motivos mencionados anteriormente e também pela atual situação da pandemia de Covid-19. Em um momento como o que estamos vivendo em função da pandemia, as entrevistas

remotas se tornam úteis, vantajosas e praticamente a única opção para se coletar dados de pesquisa qualitativa.

2 A FRONTEIRA E O ENSINO

O conceito de fronteira é polissêmico e multiescalar e, portanto, vai variar conforme os atores envolvidos no processo de se definir o que é fronteira. Os atores que aparecem nesta pesquisa são exemplificados nas figuras do Estado nacional, que opera na e para a fronteira, atuando sempre do centro de poder para a periferia, e os professores fronteiriços, suas escolas e seus alunos, atuando como agentes que assimilam em sua vida cotidiana essas políticas nacionais e as incluem e as ressignificam em suas vivências locais. Levando-se em conta as relações sociais vividas nesse espaço de encontro com o outro lado, o ensino de Geografia nas escolas será pautado a partir desta dualidade: a fronteira vivida e experimentada no cotidiano e a fronteira estatal, jurisdicional. Resumidamente, “Fronteira não é, está sendo.” (MORAES; OLIVEIRA NETO, 2011, p. 63)

A fronteira pode ser percebida e interpretada pelas mais diferentes escalas geográficas e pelos atores envolvidos nessas escalas. Para a administração governamental de um país, a fronteira é a demarcação no terreno e aonde o aparato estatal para fiscalização, controle e segurança se fará presente a fim de garantir a soberania nacional e o cumprimento da legislação daquele Estado-nação sobre seu território (SILVA, 2021, P. 31; LARA-VALENCIA e FURNISH, 2021, p. 245). Já para a mídia, de maneira geral, a fronteira é o local do crime, do contrabando, do descaminho e das práticas ilegais (NOVAES, 2010, p. 279). Ainda sobre esta visão da fronteira como um lugar perigoso, distante e necessitando sempre da intervenção estatal, Amaral (2016) nos diz que

Isso explica o fato de que o imaginário social confira à faixa de fronteira a percepção de zona de fragilidade e vulnerabilidade, espaços longínquos e ermos, povoados por comunidades indígenas isoladas e contingentes do exército nacional. Vistos como porta de entrada de ilegalidades, drogas, armas e produtos contrabandeados, são reconhecidos pela expressiva presença do crime organizado. Por esse motivo, a maior parte das políticas direcionadas a esta faixa estão relacionadas com estratégias de segurança pública e defesa nacional. (p. 24 e 25)

Reforçando a concepção de fronteira divulgada pela mídia e por quem reside longe do limite internacional, também o que dizem Lara-Valencia e Furnish (2021, p. 247), onde afirmam que “*Las fronteras son también un tema altamente ideológico, y las narrativas cargadas de puntos de vista emocionales y nacionalistas, que tienden a*

oscurecer la comprensión de las realidades fronterizas, son omnipresentes en los medios de comunicación.”

A fronteira, na cartografia, é entendida e grafada como a delimitação linear dividindo territórios dos Estados modernos. Segundo Boligian (2003, p. 29) “Essas representações tornaram-se uma forma de oficializar até onde o controle e a soberania do Estado estendiam-se sobre determinado espaço”. Para o mesmo autor, o limite, a linha é identificável no terreno e reconhecido e respeitado pelas nações vizinhas (idem, 2003, p.29). Lia Osório Machado afirma que o limite indicaria o fim da coesão interna do território (1998, p. 42) e Dorfman diz que “o limite internacional é fruto da territorialização do estado-nação”. (2013, p. 2)

Diferenciando limite de fronteira, Machado (1998, p. 41) afirma que “a palavra fronteira implica, historicamente, aquilo que sua etimologia sugere - o que está na frente”, ou seja, uma expansão no território. Para Boligian (2003, p. 30), a fronteira toma um sentido de faixa ou zona, sendo o local de trocas entre as populações residentes deste espaço. Apontando uma definição de fronteira que denote tanto a atuação do Estado, quanto a das populações residentes nesses lugares, Dorfman entende que fronteiras

[...] são objetos geográficos ligados ao estado territorial moderno, materializado em espaços sobre os quais se realiza a soberania política e onde se organiza um sistema econômico, aos quais, finalmente, se vinculam populações e culturas, todos operando a partir de marcadores nacionais (DORFMAN, 2013 p.2).

A fronteira do ponto de vista do Estado é um espaço definido através de relações de poder, logo pode ser entendida como um território. Já do ponto de vista da população residente, que a vivencia cotidianamente, construindo relações afetivas com esse espaço vivido, essa mesma fronteira pode ser entendida como um lugar. Logo, “[...] a fronteira estudada pode ser, ao mesmo tempo, um lugar e um território.” (BOHRER; ROCKEMBACH; KAERCHER, 2021, p. 88) e que “O encontro do/da sujeito com a fronteira é, deste modo, coletivo e individual. Território e lugar.” (idem, 2021, p. 89).

O território é “a materialização do poder em uma sociedade, a face concreta das configurações de poder atuais e passadas, é o espaço agenciado, hierarquizado e conectado segundo o interesse de um indivíduo ou grupo de pessoas” (DORFMAN,

2015, p. 15). Para Raffestin (1993, p. 137) o território é uma porção do espaço geográfico que foi delimitado conforme interesses de um grupo. Essa delimitação nem sempre é visível, física e palpável; os limites ficam implícitos pela relação de poder que ali se instala e que podem ser culturais, econômicas etc. Ainda conforme o autor (p. 130), o território é composto por malhas (entendido como divisões territoriais), nós e redes, organizadas hierarquicamente conforme a importância dada pelos indivíduos. Esse sistema permite o controle do que é distribuído, alocado e/ou possuído, e origina e expressa as relações de poder.

Ao delimitarem o território através de objetivos comuns, os atores vivenciam a territorialidade, que seria a relação do indivíduo com o território que ele habita ou frequenta e com seus pares. Sendo assim, a territorialidade não se restringe apenas ao vínculo com o território, com o espaço, mas também com os demais indivíduos pertencentes a esse espaço e suas representações sociais (SOUZA, 2008, p. 87).

O conceito de lugar possui algumas interpretações diferentes conforme a corrente de pensamento geográfica de análise. Para a Geografia Humanística, lugar é o espaço “que se torna familiar ao indivíduo, é o espaço do vivido, do experienciado” (CAVALCANTI, 1998, p. 89). A Geografia Humanística tem como pressuposto entender a relação dos indivíduos com a natureza e dos sentimentos desses indivíduos em relação a espaço e lugar. O lugar seria uma concretização do espaço, algo dotado de valor (idem, 1998, p.89). Yi-Fu Tuan considera o lugar tanto como algo pequeno em tamanho, a exemplo de uma poltrona perto da lareira, mas também algo de maior magnitude espacial, como o Estado-nação. O tamanho não importa, mas sim “a qualidade da ligação emocional aos objetos físicos, as funções dos conceitos e símbolos na criação da identidade do lugar”. (1985, p.150)

Para a Fenomenologia, todos os indivíduos tem seu lugar inicial, sua referência pessoal, e a partir deste, ocorre uma sobreposição de lugares, onde “cada pessoa está rodeada por ‘camadas’ concêntricas de espaço vivido, da sala para o lar, para a vizinhança, cidade, região e para a nação”. (BUTTIMER, 1985, p. 178). A mesma autora instiga a pensar no lugar como um ponto além de onde o indivíduo está pois, nem sempre onde se está é o seu lugar. Este pode estar distante geograficamente, mas o elo emocional do indivíduo com aquele lugar é mais significativo do que a fixação no espaço. (1985, p. 178 e 179).

Na concepção histórico-dialética, o lugar é tanto o local onde se manifestam os processos de globalização, homogeneizando e conferindo o local com aspectos do global, mas também é a resistência desse local em padronizar-se, mantendo suas características particulares e de identidade (CAVALCANTI, 1998, p. 90). Já pela ótica do pensamento pós-moderno, o lugar é um fragmento em oposição à totalidade, que desapareceria. Segundo Cavalcanti “A compreensão de que lugar só pode ser entendido como expressão da totalidade, inacabada, aberta e em movimento, leva à necessidade de ampliar o entendimento do vivido para o percebido”. (1998, p.91)

Segundo Cavalcanti, no ensino escolar, o conceito de lugar é comumente mais próximo da Geografia Humanística, que o relaciona como um recorte espacial que tem um significado para o indivíduo, possuindo um valor implícito. Porém, segundo a autora, não se deve deixar de lado o conceito de lugar que se define a partir das relações entre o global e o local, forjadas nas relações da globalização e da totalidade (1998 p. 92 - 93).

2.1 A fronteira como lugar

Como discutimos anteriormente, a fronteira é percebida em diferentes escalas e por diferentes atores. Para o morador de cidades distantes do limite internacional, a fronteira tanto pode ser entendida como o local aonde acontecem as ilegalidades mostradas pela mídia, como também um destino de compras, onde se encontram os *free shops* que comercializam produtos com preços mais atrativos devido à isenção de impostos. Como exemplos desses consumidores de mercadorias mais baratas vendidas nos *free shops*, temos o sacoleiro, que vai buscar suas mercadorias para revender em sua cidade de origem, e o comprador esporádico que se desloca até um centro de comércio fronteiro para se abastecer de seus produtos preferidos, tais como bebidas, perfumes e eletrônicos.

Estes atores citados anteriormente percebem a fronteira de acordo com as práticas que desenvolvem nela e através dela, porém sem experienciar o cotidiano e a vivência numa cidade fronteira como um morador que está ali diariamente, onde a fronteira é mais do que uma abstração geográfica ou midiática, e sim o local de sua moradia e aonde ele constrói suas relações de afeto. Para Dorfman “é principalmente pela mudança de escala que passamos a visualizar práticas e objetos materiais ligados à condição fronteira e à significação da fronteira como fonte de identidade”

(2009, p. 3). O morador de uma cidade fronteiriça vai ter outra relação com esse objeto geográfico, pois ele vive cotidianamente na fronteira, mantendo suas práticas sociais e espaciais naquele município limítrofe com outro país. Essa condição, como bem nos lembra Dorfman, não se refere a todos os moradores fronteiriços, mas sim àqueles cuja relação com esse espaço se dá em uma “fronteira viva e vivida”. (2009, p.3)

Por mais que a mídia e o senso comum percebam a fronteira como um limite e divisor de lados distintos, a vida fronteiriça continua existindo e a fluidez e a integração fazem parte do cotidiano desse lugar. Sobre essa falsa dicotomia, Lara-Valencia e Furnish definem que

El carácter distintivo de los lugares fronterizos es complejizado por la fluidez de la propia frontera. Aunque las fronteras nacionales son consideradas convencionalmente como líneas fijas y bordes de separación, la mayoría son permeables o porosas, y permiten diferentes grados de interpenetración y mezcla. La amplitud y profundidad de la interpenetración y la mezcla definen el carácter de los lugares fronterizos - su función, forma y estructura, pero también su identidad y personalidad como formaciones sociales. En consecuencia, las fronteras a menudo producen continuidades socio-espaciales que unen a las personas y lugares a través de la frontera, y transforman los pasos fronterizos en corredores que conectan ciudades y pueblos con el “otro lado.” (2021, 243)

Após estes breves apontamentos a respeito do conceito e interpretações de fronteira, podemos concluir que a mesma pode ser vista do ponto de vista do limite da soberania de um Estado-Nação, ou do ponto de vista regional e cultural, priorizando as pessoas que moram numa região fronteiriça suas vivências e suas trocas (FERRARI, 2014, p. 23).

No decorrer das pesquisa ficará evidente que ambas definições se entrelaçam e se separam de acordo com as diferentes formas que a fronteira vai aparecer no ensino de Geografia, seja pelo viés dos docentes entrevistados, dos currículos escolares, da situação fronteiriça da escola em que estes docentes atuam e pelas políticas nacionais de educação, pois como definiram Bohrer, Rockembach e Kaercher (2021, p. 88), para o morador fronteiriço, representados nesta pesquisa pelos docentes que lecionam em um município situado no limite internacional, a fronteira pode ser lugar e território ao mesmo tempo, e esta dualidade se refletirá em suas práticas pedagógicas.

2.2 O Ensino de Geografia Política

A Geografia como disciplina escolar surgiu na Europa no século XIX com o propósito de descrever as superfícies terrestres e suas particularidades físicas, tais como relevo e hidrografia. Segundo Fernandes, “Em momentos marcados por uma concepção positivista, esta ciência traduzia-se numa disciplina que se pautava pela descrição acrítica e determinista da paisagem.” (2013, p. 153)

Com a consolidação dos Estados Modernos, ao final do mesmo século, a disciplina mantém seu caráter descritivo e adquire outra função, a de inculcar nos alunos o sentimento patriótico e nacionalista, reforçando a ideia de nação e pertencimento a um país. O ensino escolar oculta, propositalmente, a construção histórica do Estado, bem como suas contradições, deixando a mostra apenas o caráter nacionalista e falsamente naturalizado da formação territorial dos Estados nacionais (LACOSTE, 1989, p. 26).

Para reforçar os propósitos de nacionalismo e patriotismo, a disciplina escolar de Geografia se utiliza de alguns aparatos, tais como o mapa, que tem uma função essencial no objetivo almejado, fornecendo informações a respeito do território nacional, do solo pátrio, se tornando ele próprio um dos símbolos nacionais (LACOSTE, 1989, p. 27). Para Dorfman, Filizola e Félix “[...] ainda que saibamos que a política não é feita apenas de superfícies rosas, verdes e lilases separadas por linhas pretas, recorremos a essa geometria simples sempre que queremos representar o mundo.” (2021, p. 12)

Enfatizando a ideia do ensino de Geografia escolar como um potencializador no fortalecimento das questões patrióticas e nacionalistas, Dorfman, Filizola e Félix afirmam que

A história da escolarização moderna nos alerta que uma das razões centrais da universalização da escola básica foi o fortalecimento dos projetos nacionais. O nacionalismo enforma o desenho curricular, especialmente no ensino de Línguas, de Literatura, de História e de Geografia, sempre distinguindo as comunidades nacionais. (2021, p. 12).

No Brasil, o ensino de Geografia nas escolas seguiu o mesmo objetivo que o dos países europeus visando “[...] contribuir para a formação dos cidadãos a partir da difusão da ideologia do nacionalismo patriótico.” (CAVALCANTI, 1998, p. 18). Segundo Fernandes (2013, p. 154), a Geografia, tanto como disciplina escolar quanto

como ciência “[...] desconsiderava as contradições presentes na sociedade, pouco contribuía para a análise crítica da organização espacial, favorecendo a alienação, a descrição, a memorização e a fragmentação analítica.” O ensino de Geografia assim se seguiu até a década de 1970 do século XX, onde, com a mudança de paradigma do pensamento geográfico brasileiro (e mundial), a ciência geográfica e, conseqüentemente, a disciplina ensinada na escola, passam a pautar-se por um pensamento crítico acerca da realidade social vinculada às práticas espaciais.

Após a mudança da Geografia quantitativa e tradicional para uma Geografia crítica - com um viés marxista -, nas universidades, a escola também passa a incorporar, de maneira gradual, essa nova forma de analisar o espaço e as relações sociais nele contidas. Segundo Cavalcanti:

As propostas de reformulação do ensino de Geografia também têm em comum o fato de explicitarem as possibilidades da Geografia e da prática de ensino de cumprirem papéis politicamente voltados aos interesses das classes populares. Nesta perspectiva, os estudiosos alertam para a necessidade de se considerar o saber e a realidade do aluno como referência para o estudo do espaço geográfico. O ensino de Geografia, assim, não deve pautar pela descrição e enumeração de dados, priorizando apenas aqueles visíveis e observáveis na sua aparência (na maioria das vezes impostos à “memória” dos alunos, sem real interesse por parte deles). Ao contrário, o ensino deve propiciar ao aluno a compreensão do espaço geográfico na sua concretude, nas suas contradições (1998, p. 20).

A Geografia Política, como um subcampo da disciplina escolar, tem papel importante na construção do conhecimento a respeito da formação dos territórios e das práticas sociais decorrentes destas configurações em suas mais diferentes escalas. A fronteira internacional, objeto de estudo desta pesquisa, está presente, direta ou indiretamente nos mais variados temas e conteúdos trabalhados pela disciplina de Geografia em sala de aula, tais como as migrações, a globalização, os conflitos étnicos e por território que resultam em deslocamentos forçados, o exercício da soberania pelos Estados nacionais, entre outros.

A disciplina escolar da Geografia se pauta então a ensinar a interpretação e o questionamento dos fenômenos espaciais, partindo da premissa de que as relações entre sociedade, natureza e trabalho é que moldam o espaço. Cavalcanti afirma que “para cumprir os objetivos do ensino de Geografia, sintetizados na ideia de desenvolvimento do raciocínio geográfico, é preciso que se selecionem e se organizem os conteúdos que sejam significativos e socialmente relevantes.” (1998, p. 25).

O ensino de Geografia, como afirma Vlach (2003, p. 2), precisa ser um facilitador para que o aluno possa compreender as nuances do espaço geográfico (mundo) em todas as escalas, desde a local, até a global, para que este jovem possa ser um cidadão ativo frente às mudanças que ocorrem cada vez mais rapidamente. As fronteiras, como um processo resultante de forças de diferentes atores agindo num território, que ora podem ser percebidas através da escala local, ora através da nacional, é uma temática importante a ser estudada na disciplina de Geografia. Como veremos a seguir, os documentos normativos da educação básica se prestam a este propósito de elencar conteúdos e temáticas indispensáveis a se pensar o espaço e as relações sociais a fim de compreendê-los.

2.3 A Base Nacional Comum Curricular

Um dos pressupostos da educação é o de formar bons cidadãos e sujeitos atuantes e críticos socialmente. Para tal, a escolha do currículo escolar e dos conteúdos a serem abordados em sala de aula tem papel fundamental nesse processo. A esse respeito, Santomé nos diz que

Uma das finalidades fundamentais de toda intervenção curricular é a de preparar os/as alunos/as para serem cidadãos/ãs ativos/as e críticos/as, membros solidários e democráticos de uma sociedade solidária e democrática. Uma meta desse tipo exige, por conseguinte, que a seleção dos conteúdos do currículo, os recursos e as experiências cotidianas de ensino e aprendizagem que caracterizam a vida nas salas de aula, as formas de avaliação e os modelos organizativos promovam a construção dos conhecimentos, destrezas, atitudes, normas e valores necessários para ser bom/boa cidadão/ã. (2011, p. 159)

A lei brasileira prevê a educação cidadã como um dos pilares de sua Constituição Federal (CF) e destaca a importância do currículo para atingir esse objetivo, de modo que se faz necessário “fixar conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (artigo 210 da CF).

A lei de número 12.796/2013, que alterou a lei nº 9.394/1996, na qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, descreve em seu 26º artigo que

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 2013)

Nos anexos da mesma lei, estão listadas algumas estratégias para a melhoria e qualidade da educação básica brasileira, sendo que as estratégias específicas sobre a implementação de uma base curricular comum estão citadas nas de número 2.2, 3.3 e na 7.1 (BRASIL, 2013). O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela lei 13.005/2014, contém vinte metas para a melhoria da qualidade da Educação Básica brasileira, sendo que quatro destas metas fariam referência à Base Nacional Comum Curricular. Segundo Macedo [...] cumpre destacar que as referidas bases não são metas do Plano Nacional de Educação, mas estratégias para o atingimento de metas de universalização e garantia de conclusão das etapas de escolarização.” (2015, p. 893)

É a partir dessa prerrogativa de unificação curricular nacional que surge a Base Nacional Comum Curricular, a BNCC. A redação final do documento foi homologada em 2018 e a implementação dos novos parâmetros curriculares propostos pela BNCC foram sendo executados gradativamente até a sua total adoção pelas escolas públicas e privadas do país. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é definida como:

[...] um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2018, p. 7).

O texto final da Base foi concluído no ano de 2017, sendo o do Ensino Fundamental finalizado no primeiro semestre e o do Ensino Médio no segundo semestre. As escolas foram orientadas a adotar gradativamente a Base Nacional Comum Curricular como instrumento de referência do ensino entre os anos de 2018 e 2019, realizando a transição e a readequação de seus Planos Políticos Pedagógicos (PPP), para que, no ano de 2020, a sua implementação tenha se dado de maneira definitiva para o Ensino Fundamental (UNDIME, 2020).

A aprendizagem do aluno, segundo a BNCC, deve se pautar pelas competências e habilidades que este educando precisa desenvolver ao longo de sua escolarização. Por competência, o documento define que é “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.” (BRASIL, 2018,

p. 8). Já as habilidades “expressam as aprendizagens essenciais que devem ser asseguradas aos alunos nos diferentes contextos escolares” (BRASIL, 2018, p. 29).

2.4 A fronteira na BNCC

De acordo com o capítulo sobre os entendimentos do conceito fronteira, este objeto geográfico pode ser entendido como a divisão territorial entre Estados nacionais, onde finda a soberania de um e inicia a de outro, mas também como zona ou faixa onde ocorrem trocas e intercâmbios entre as populações residentes. Ambas as conceituações estão previstas de serem ensinadas pela BNCC.

De acordo com BNCC para o Ensino Fundamental, a fronteira é uma temática que deriva de outros conceitos geográficos que são anteriores a ela, tais como Estado, Estado-nação, país, território, território nacional, entre outros. Desde os anos iniciais do Ensino Fundamental, o documento orienta que já seja trabalhado com os alunos o conceito de limite político-administrativo bem suas hierarquias, como distrito, município e Unidade da Federação, operados pelo Estado nacional (BRASIL, 2018, p. 329).

Nos anos finais do Ensino Fundamental, a complexidade dos conceitos é expandida e surgem outras abordagens para serem trabalhadas em sala de aula. Para o sétimo ano “Objetiva-se o aprofundamento e a compreensão dos conceitos de Estado-nação e formação territorial, e também dos que envolvem a dinâmica físico-natural, sempre articulados às ações humanas no uso do território” (BRASIL, 2018 p. 334). Já para os oitavo e nono anos, os conteúdos a serem abordados em aula dizem respeito ao espaço mundial que tratam dos aspectos políticos, sociais, ambientais e o uso do território dos cinco continentes, tendo como foco a globalização, a mundialização, a geopolítica, entre outros. Conforme a BNCC:

Ao se tomar como referência esses temas, entende-se que os conceitos de Estado, Nação, fronteira, bem como os dados territoriais – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Gini, água potável, saneamento, entre outros –, possibilitam o debate regional e as escolhas dos territórios pelos Estados e corporações, estimulando a aprendizagem da complexidade do mundo atual (BRASIL, 2018 p. 335).

De acordo com a BNCC, no oitavo ano o aluno precisa estar apto a “Analisar transformações territoriais, considerando o movimento de fronteiras, tensões, conflitos

e múltiplas regionalidades na Europa, Ásia e Oceania (EF08GE06)³” (BRASIL, 2018 p. 341). Já para o nono ano, o estudante deve aplicar os conceitos aprendidos e utilizá-los para entender os conflitos e a geopolítica mundial do pós-guerra, dando ênfase para o Oriente Médio, América e África (BRASIL, 2018, p. 343).

A Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio propõe um aprofundamento e ampliação das habilidades e competências que foram propostas para o Ensino Fundamental, pois entende que os alunos dessa faixa etária já desenvolveram maior capacidade de abstração e raciocínio, logo têm mais facilidade em fazer as conexões e as associações necessárias para compreensão dos conceitos, articulando-os (BRASIL, 2018, p. 547). Como competências almejadas para os alunos do Ensino Médio, a BNCC diz que o estudante deve:

Portanto, analisar, comparar e compreender diferentes sociedades, sua cultura material, sua formação e desenvolvimento no tempo e no espaço, a natureza de suas instituições, as razões das desigualdades, os conflitos, em maior ou menor escala, e as relações de poder no interior da sociedade ou no contexto mundial são alguns dos principais desafios propostos pela área para o Ensino Médio (BRASIL, 2018 p. 551).

Para se compreender o espaço, devem-se levar em conta as dimensões culturais e históricas, e não apenas a cartográfica, pois o espaço comporta “arranjos dos objetos de diversas naturezas, mas também às movimentações das sociedades, nas quais ocorrem eventos, disputas, conflitos, ocupações (ordenadas ou desordenadas) ou dominações” (BRASIL, 2018, p. 551). Ao se estudar o espaço, emergem os conceitos de território e de fronteira. Por território, a BNCC (p. 552) compreende uma porção da superfície onde há relações de poder que definem limites, jurisdições e a soberania, simbolizando refúgio, proteção e identidade para os habitantes de um país ou nação. Arelados ao território estão os conceitos de lugar, região, fronteira e outros. Segundo a BNCC:

Fronteira também é uma categoria construída historicamente. Ao expressar uma cultura, grupos definem fronteiras, formas de organização social e, por vezes, áreas de confronto com outros grupos. A conformação dos impérios coloniais, a formação dos Estados Nacionais e os processos de globalização

³ Os códigos alfanuméricos utilizados pela BNCC referem-se, na ordem em que aparecem, à etapa da escolarização (Educação Infantil, Ensino Fundamental ou Médio), ao ano ou faixa etária do aluno (do primeiro ao nono, para o Ensino Fundamental e do primeiro ao terceiro, para o Ensino Médio), ao componente curricular e a numeração da habilidade almejada para o estudante. A redação do documento destaca que não existe uma hierarquia entre as habilidades, podendo ser readequadas pela escola e pelo professor conforme a necessidade e especificidade dos currículos (BRASIL, 2018, p. 31).

problematizam a discussão sobre limites culturais e fronteiras nacionais (BRASIL, 2018, p. 552).

A segunda competência específica das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da BNCC para o Ensino Médio, afirma que o aluno deve:

Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais geradores de conflito e negociação, desigualdade e igualdade, exclusão e inclusão e de situações que envolvam o exercício arbitrário do poder (BRASIL, 2018, p. 561).

Nesta competência específica, o que se pretende é entender os processos de ocupação do espaço e a delimitação de fronteiras, compreendendo qual é o papel dos agentes responsáveis pelas transformações espaciais tanto no campo quanto na cidade, no interior dos espaços urbanos ou de uma região. A produção das territorialidades é feita por diferentes atores sociais, que através de suas interações engendram o espaço e produzem fluxos tanto de pessoas quanto de mercadorias. Conforme o documento (BRASIL, 2018, p. 561), “dada essa complexidade de relações, é prioritário levar em conta o raciocínio geográfico e estratégico, bem como o significado da história e da política na produção do espaço.”

Especificamente falando de fronteiras, a habilidade (EM13CHS203) diz que o aluno deve “Contrapor os diversos significados de território, fronteiras e vazio (espacial, temporal e cultural) em diferentes sociedades, contextualizando e relativizando visões dualistas como civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo e cidade/campo, entre outras.” (BRASIL, 2018, p. 561). Com a habilidade (EM13CHS204), espera-se que o estudante saiba:

Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas (BRASIL, 2018, p. 561).

Todas as habilidades relacionadas à segunda competência estão voltadas para o entendimento do espaço, das territorialidades em diferentes dimensões (política, cultural, ambiental etc.), do movimento e formação de fronteiras, dos fluxos de capital, mercadorias e pessoas, do impacto das tecnologias na dinâmica dos processos sociais entre outras.

As concepções de fronteira presentes na BNCC denotam uma preocupação em evidenciar o caráter territorial e nacional da fronteira, apontando para as temáticas que convergem e derivam do assunto, como migrações, globalização, formação histórica e geográfica do limite internacional, conflitos étnicos por território e suas repercussões nos delineamentos de limites estatais, e a diversidade de agentes atuantes para a consolidação das fronteiras ao longo do tempo. Para o Ensino Médio o entendimento de fronteira se amplia, incluindo não somente a fronteira evidenciada pela escala nacional, mas também a fronteira da escala local, apontando relações dicotômicas como campo/cidade. No capítulo serão retomadas as discussões sobre o documento da BNCC.

3 TRAJETÓRIAS E PRÁTICAS DOS PROFESSORES NAS FRONTEIRAS

As entrevistas com os docentes, que lecionam em cidades situadas na fronteira brasileira, serão apresentadas neste capítulo. As entrevistas foram transcritas de forma não literal, mas buscando ser extremamente fiéis ao que os participantes relataram nas conversas coletadas. Além da transcrição, foram exibidos quais materiais didáticos os professores enviaram para a pesquisa e uma contextualização breve sobre cada uma das cidades onde estes professores atuam, apresentando dados socioeconômicos e uma descrição da dinâmica fronteira presente entre os municípios de ambos os lados da fronteira internacional.

Os docentes entrevistados lecionam nos municípios gaúchos de Aceguá, Alecrim e Sant'Ana do Livramento, no município paranaense de Santo Antônio do Sudoeste, na cidade sul-mato-grossense de Ponta Porã, na cidade rondoniense de Guajará-Mirim e no município de Oiapoque, no Amapá. Em Ponta Porã, foram entrevistados dois professores, sendo que uma das docentes preferiu responder ao questionário por e-mail, por isso suas respostas foram escritas em primeira pessoa. O mesmo aconteceu com a professora de Sant'Ana do Livramento, que optou por responder ao questionário por escrito.

A participante do Oiapoque optou por conversar através de trocas de mensagens de textos pelo WhatsApp, pois segundo ela, a internet em sua região estava oscilando no momento da entrevista e a conexão estava instável, prejudicando assim a qualidade do áudio. A ordem de apresentação seguirá o critério cronológico de concessão das entrevistas para a pesquisa. O mapa abaixo (Figura 1) mostra a localização dos municípios onde os professores entrevistados lecionam e a faixa de fronteira.

Os materiais didáticos fornecidos pelos docentes serão mostrados em seguida de cada uma das entrevistas, sem ordem de importância ou hierarquia, porém a análise dos materiais constará no capítulo 4, Discutindo Trajetórias e as Práticas dos Professores em suas Condições Fronteiriças, de forma a permitir comparações entre as diferentes estratégias praticadas pelo conjunto dos docentes.

Figura 1: Mapa dos municípios fronteiriços abordados na pesquisa.



Fonte: Elaborado por Fernando Pires Pinto e Cátia Cilene Pereira Froehlich, 2020.

3.1 Alecrim – RS

O município de Alecrim está situado a noroeste do estado do Rio Grande do Sul (RS), limítrofe com a Argentina, tendo como cidade fronteiriça mais próxima Alba Posse, cidade gêmea de Porto Mauá, também localizada no noroeste do RS. A sede municipal de Alecrim está localizada entre 20 e 25 km da fronteira com a Argentina e a 540 km aproximadamente da capital Porto Alegre. O município conta com uma população estimada de 5,8 mil habitantes, distribuídos nos seus 318 km² de extensão segundo dados de 2020 do IBGE.

Emancipada de Santo Cristo na década de 1960, Alecrim possui uma população majoritariamente rural (mais de 65% do total da população residente reside na zona rural) e baseia sua economia nos serviços e comércio com aproximadamente 60% de participação no PIB, seguido pela agropecuária com 32% onde se destacam a criação de bovinos e produção de leite, fumo, mandioca, soja e milho, além da pesca, visto sua proximidade com o Rio Uruguai, caracterizando uma fronteira fluvial com o país vizinho (SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2015b).

A produção de energia por hidrelétricas também é um forte fator da região onde se localiza Alecrim. Além da boa relação que a população local tem com o rio, um grande número de barragens se situam na fronteira Brasil/Argentina. Isso afeta diretamente a vida da população e do mosaico de uso e cobertura da terra, visto que grande parte desta população é rural e depende do rio e seus afluentes para a irrigação do plantio (GERHARDT, 2019).

Por ser uma cidade rural e agrícola, Alecrim possui uma forte relação com o município de Santa Rosa, principal centro urbano da região. Isso tanto nas questões de equipamentos públicos e serviços como em educação, saúde, comércio, entre outros, como principal via de acesso e distribuição e escoamento de produtos agrícolas e industriais (SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2015b).

A Figura 2 mostra a localização da cidade de Alecrim, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil e a sua fronteira natural, o rio Uruguai, na província de Misiones, Argentina.

Figura 2: Mapa de localização do município de Alecrim – RS .



Fonte: Elaborado por Fernando Pires Pinto e Cátia Cilene Pereira Froehlich, 2020.

3.1.1 Lecionando em Alecrim

A entrevista foi concedida pessoalmente nas dependências da escola estadual onde o professor leciona em Alecrim, no período da tarde, no dia 31/05/2019.

O docente iniciou a graduação em História pela Unijui no campus de Santa Rosa em 1998, vindo a trancar o curso três anos depois. Trabalhou em outras atividades, retomando os estudos no mesmo curso alguns anos depois e na mesma Universidade. Para concluir a graduação lhe falta somente o trabalho de conclusão de curso, mas ainda não conseguiu finalizar a pesquisa. Em 2016, se inscreveu para contrato emergencial⁴ de professores no estado do RS, na 17ª Coordenadoria

⁴ No estado do Rio Grande do Sul, os contratos emergenciais para professores da rede estadual são bastante comuns, haja vista que o último concurso realizado para a contratação no magistério ocorreu no ano de 2013, na gestão de Tarso Genro (2011-2014). A legislação que versa sobre os contratos é a constante na Seção IV da Lei Estadual nº 11.126, de 09 de fevereiro de 1998, que discorre sobre o Cadastro de Contratação Temporárias e define em seu artigo 18, parágrafo 1º, o caráter emergencial como “a necessidade de suprir vagas decorrentes da cedência de professores, com formação específica, para cumprir compromissos assumidos pelo Estado com entidades conveniadas”. Conforme

Regional de Educação (CRE), em Santa Rosa⁵, sendo designado para lecionar Geografia no município de Alecrim, distante 46 km de Santa Rosa, cidade onde ele reside.

Além da escola de Alecrim, onde leciona Geografia e Sociologia para todos os anos do Ensino Médio, também dá aulas numa escola estadual em Santa Rosa, ministrando as disciplinas de História e Geografia para os sextos, sétimos e oitavos anos do Ensino Fundamental. Afirma que precisa estar matriculado na graduação para manter seu contrato emergencial ativo, por isso também está protelando a conclusão de sua monografia. O professor nasceu e cresceu em Santa Rosa, mas sua mãe é uruguaia, nascida em Rivera, e seu pai é pelotense. Na adolescência, por alguns meses, viveu em Sant'Ana do Livramento e sempre teve contato com a fronteira de alguma forma.

Embora sua área seja a História, a CRE lhe propôs ministrar aulas de Geografia em substituição a um professor que estava deixando o cargo na escola de Alecrim. Um pouco assustado, pois seria um desafio lecionar algo fora de sua formação inicial, o professor aceitou a vaga e gostou muito, pois, segundo ele, Geografia e História se relacionam. Acredita que sua facilidade em lecionar Geografia vem das semelhanças dessa disciplina com a de História em muitos aspectos, destacando que gosta dos “contextos políticos, localizações e conflitos” pertinentes a ambas as disciplinas. Afirma que tem muito interesse em cursar a licenciatura em Geografia também, sendo que essa graduação será bem mais rápida de ser concluída, pois poderá aproveitar várias disciplinas da grade curricular do curso de História, conseguindo se formar em dois anos e meio.

o Artigo 19, serão admitidos para tais contratações apenas “os candidatos constantes do Cadastro de Contratações Temporárias, ora criado e a ser regulamentado por decreto do Poder Executivo, sendo que as inscrições no mesmo terão validade por prazo não superior a 3 (três) anos”. Em seu parágrafo 1º consta que “somente serão admitidos [...] candidatos que comprovarem titulação na área de conhecimento ou habilitação a ser lecionada, ou no mínimo, apresentarem atestados de frequência em curso de formação de professores ou em curso de nível superior, na mesma área, ou em áreas afins, preferencialmente a partir do quarto semestre, conforme normas expedidas pelo órgão normativo do Sistema Estadual de Ensino”.

⁵ As Coordenadorias Regionais de Educação representam a Secretariada Educação na área de sua jurisdição, tendo como atribuições também o fornecimento de pessoal qualificado para atuar nas escolas e a gestão de seus recursos financeiros e de infraestrutura. Cada coordenadoria é responsável pelas políticas relacionadas às suas regiões, tendo como atribuições coordenar, orientar e supervisionar escolas oferecendo suporte administrativo e pedagógico para a viabilização das políticas da secretaria. Fonte: Secretaria da Educação do RS

A relação com o município fronteiro de Alecrim começou a partir de sua contratação como professor temporário, pois o docente não conhecia e nem tinha vínculos com a cidade antes. Desde sua entrada na escola, sempre foi escolhido como professor conselheiro dos terceiros anos, o que lhe proporcionou participar de encontros com os estudantes concluintes em saídas de campo e confraternizações pelo interior do município. Relata que estas incursões se revelaram muito enriquecedoras do ponto de vista geográfico, pelas belezas do lugar, pela fronteira natural que é o rio Uruguai, pelas visitas ao porto e pelas vivências dos seus alunos fronteiriços, que lhe contam como é a vida na fronteira, relatando muitas vezes atos ilegais que o espantam, como o chibo, que é o contrabando de mercadorias utilizando pequenas embarcações para fazer a travessia do rio no horário da madrugada.

Afirma que a prática do chibo é comum entre seus alunos da faixa etária de 16 anos, aproximadamente, que lhe relatam como é a logística de realizar a travessia no rio de diversas mercadorias, como eletrodomésticos, comprados nas lojas do centro de Alecrim e transportados de madrugada para o lado argentino. Ele, inclusive, já foi convidado pelos jovens a participar em algum momento de umas das travessias, mas sempre recusou o convite. Os estudantes relatam diversas situações vividas durante a prática do chibo, tais como serem surpreendidos pela polícia argentina e terem o barco alvejado por tiros, precisarem pular do barco para escapar das balas, entre outras. Ele acredita que, por ser cultural, uma tradição do lugar, os alunos não tem noção do perigo que correm ao realizar a prática. “Eles não têm medo”, afirma o docente.

Outra prática de seus alunos e das famílias locais, principalmente as que residem na zona rural do município, é pescar em época de piracema. Relata que a polícia ambiental brasileira intensifica a fiscalização na época da reprodução dos peixes, mas os moradores pouco respeitam a proibição. O professor diz que conversa com os estudantes sobre a importância de se respeitar as leis de não se pescar durante a piracema, mas que ouve justificativas deles afirmando se tratar de uma prática cultural, pois “o pai faz, a gente sempre fez”. Como leciona Sociologia também, diz que aproveita estas aulas para conversar estes assuntos com a turma, promovendo debates com os alunos.

Relata que é comum na região acontecerem inundações em épocas de chuva e seus alunos ribeirinhos, ou que tem casas de veraneio (muitas famílias têm duas residências, que são as casas de veraneio na beira do rio e a moradia principal no centro de Alecrim) terem as suas casas alagadas. Conta que foi ver uma situação dessas em uma ocasião, por curiosidade, e encontrou algumas casas “só com o teto de fora”. Segundo ele, a força do rio consegue até mesmo arrancar estas habitações e levá-las com a correnteza.

Diz que os alunos estão acostumados com essas situações de terem que sair das suas casas em períodos alagadiços e retornarem depois, ou, na pior das hipóteses, ficarem ilhados aguardando até o nível da água abaixar para conseguirem sair de casa. Por serem famílias que plantam quase tudo que consomem e criam animais para alimentação própria, afirma que eles conseguem viver por alguns dias sem precisar ir até o centro para se abastecer no mercado em épocas como essa. O professor diz que, quando conseguem voltar à normalidade e às aulas, os estudantes sempre relatam como foi a experiência e, que ele, enquanto habitante de uma área urbana, acha tudo isso “muito tenso, mas ao mesmo tempo fascinante”.

Sobre a prática docente em Geografia, afirma que começa os conteúdos do primeiro ano do Ensino Médio ensinando o que é o capitalismo. Relata que os estudantes vêm das escolas rurais do interior “sem o conhecimento das palavras, por exemplo, o que é o capital?” e que ele utiliza o exemplo do caixa eletrônico para ilustrar o quanto a tecnologia substituiu a mão de obra humana e o quanto desemprega pessoas que antes executavam funções que agora são executadas por máquinas. Ele inicia o assunto no primeiro ano do Ensino Médio e aprofunda no terceiro ano. Recomenda aos alunos que olhem noticiários da TV para estarem sempre informados. Exemplifica com a situação do Reino Unido em relação ao *Brexit*, que é algo ensinado por ele em sala e que as mídias noticiam o tempo todo. Enfatiza aos estudantes que estes precisam estudar e acompanhar as notícias para conseguirem se posicionar perante os fatos e acontecimentos, que acabam por falar um pouco de ideologia em sala de aula. Diz que alguns de seus alunos brincam que “o brasileiro já nasce um *meme*, pois vive uma vida sofrida”.

Uma de suas práticas pedagógicas mais recorrentes é preparar slides com imagens e explicar o conteúdo utilizando-as, aproveitando sua facilidade em

“palestrar”. A escola conta com projetor de slides portátil, que pode ser levado até a sala de aula. Ele utiliza o quadro como plano de fundo para projetar. Para se preparar e explicar o conteúdo, costuma ler todo o capítulo do livro didático que irá trabalhar e, a partir daí, elabora a dinâmica da aula sobre aquele conteúdo, separando imagens que tenham a ver com a temática a ser trabalhada.

Realiza trabalhos em grupo onde os alunos apresentam algum assunto previamente escolhido para toda a turma. Solicita que os mesmos elaborem um roteiro para usarem como guia, mas desconta pontos do aluno que não souber explicar seu tema, pois julga que a interpretação e o entendimento do assunto fazem parte da aprendizagem. Diz que costuma interferir nestas apresentações para debater com os alunos sobre os temas que estão sendo apresentados, com o intuito de instigar os mesmos.

Ainda sobre a maneira como organiza os conteúdos, diz que nos dois primeiros anos os assuntos são tratados de maneira mais superficial, mas que no terceiro ano eles são bastante aprofundados, tanto pela maturidade dos alunos, quanto pela convivência entre ele e os jovens, pois no último ano, os estudantes já estão acostumados com sua didática e o processo de ensino-aprendizagem flui melhor.

Uma característica dos alunos da região, segundo ele, é que muitos optam por seguir carreira militar. Relata que muitos estudantes se matriculam em cursinhos preparatórios em Santa Rosa para a prova de ingresso da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEX). Aponta a questão financeira como principal atrativo para essa escolha dos jovens e diz que o índice de aprovação deles é relativamente alto. Os alunos que frequentam o cursinho acabam estudando mais do que os que não frequentam, ocasionando com isso uma diferenciação em sala de aula, onde há alunos bem mais adiantados do que outros. Segundo o professor, isso acaba se tornando um desafio, pois ele precisa nivelar a turma para que ninguém se sinta atrasado ou adiantado demais em relação aos conteúdos. Os frequentadores do cursinho constantemente querem debater com ele assuntos que foram abordados em suas aulas preparatórias. Diz que por um lado é bom, pois os jovens têm interesse em aprender, mas por outro acaba atrapalhando o andamento da aula, fazendo com que ele precise recuar ou avançar o debate sempre que necessário para contemplar a

todos. Dispõe-se a tirar dúvidas dos alunos no intervalo e na saída das aulas para não atrapalhar os outros.

Como auxiliares no seu preparo para lecionar, o professor assiste muitos documentários, lê pesquisas e procura sempre acompanhar o noticiário. Afirma que as aulas são desinteressantes e enfadonhas para os jovens, por isso procura trazer trechos de vídeos para a sala de aula, selecionando aqueles que julga serem os mais importantes, e tentando não ultrapassar de 5 a 6 minutos de vídeo, para não tornar entediante. Solicita sempre os trabalhos de pesquisa escritos à mão para evitar cópias da internet. Diz-se “à moda antiga”, pois gosta muito de solicitar a confecção de cartazes e de charges.

A avaliação na escola é semestral, então, ao final de cada semestre, é feito um “provão” com todo o conteúdo dado. Logo que iniciou na escola, afirma que “pegou um pouco pesado”, copiando questões já prontas de provas de vestibular, mas depois recuou em relação ao nível de exigência, pois as turmas não responderam à altura. Afirma que nas disciplinas de ciências humanas, o professor consegue avaliar o aluno até pelo seu interesse na matéria. As apresentações orais, segundo o professor, são um bom exemplo de como se pode avaliar o aluno e perceber o interesse real deste pela disciplina e pelos conteúdos, pois mesmo que o estudante fique nervoso ou tímido ao apresentar, aquele que domina o assunto vai conseguir se expressar.

O professor faz uma comparação dos métodos de ensino da sua época escolar (décadas de 1980 e 1990) e de agora. Segundo ele, hoje em dia as aulas estão mais descontraídas, mais dinâmicas. Acredita que o celular “tomou conta” e o professor precisa se adequar a essa nova realidade, pois, do contrário, não consegue cativar a atenção do aluno. Em suas aulas, afirma mesclar o que chama de aula tradicional com aulas mais dinâmicas. Acredita que as aulas tradicionais “davam certo” e não devam ser completamente descartadas.

No quesito avaliação, além da prova final, solicita pequenos trabalhos individuais e dá nota pelos cadernos completos. Diz que olha de todos e que os alunos “chegam a formar fila” na sua mesa para mostrarem os cadernos. O professor divide a nota em 40% para o primeiro semestre e 60% para o segundo. No montante final da nota, 10% são obtidos através do “Ser e Fazer” – 5% para cada semestre -, onde o aluno é avaliado por seu comportamento e sua participação em sala de aula. Afirma

que essa avaliação é importante e que faz questão de usar um percentual alto para avaliar pelo “Ser e Fazer”.

A respeito do conteúdo fronteira, especificamente, o professor diz que ensina no início do terceiro ano do Ensino Médio e também no sétimo ano do Ensino Fundamental. Aborda a questão dos limites e das fronteiras e, mais precisamente, a diferença entre fronteiras naturais e artificiais, destacando a fronteira natural do município de Alecrim, o rio Uruguai, tão presente no dia a dia dos estudantes. Para ele, que não mora em Alecrim, o fato de estar tão perto de uma fronteira o fascina, embora para os alunos seja algo corriqueiro conviver com essa peculiaridade.

Refere-se ao conteúdo das migrações internacionais para trabalhar a questão fronteiriça com os alunos, destacando que este conteúdo facilita o entendimento do que é uma fronteira. Utiliza o exemplo local para trabalhar a questão da migração e da dinâmica fronteiriça, questionando os alunos se o cruzamento para o lado argentino é fácil e por que. Afirma que começa utilizando exemplos de dinâmica fronteiriça do Brasil, depois do Rio Grande do Sul, para, em seguida, estender para os demais países e continentes. No livro didático utilizado pelos alunos, é abordada a questão da fronteira México – Estados Unidos, com uma fotografia de um muro estampando a página. Essa imagem chama a atenção dos alunos e o professor explica então a razão daquele muro existir.

A dinâmica fronteiriça local ganha destaque também como resposta nas provas, onde o rio Uruguai aparece sempre como exemplo de fronteira natural. A prática do chibo, realizada com a embarcação chamada caíco (espécie de barco a remo), é o exemplo cotidiano para eles de como funciona a integração cultural entre os dois lados da fronteira. Segundo o professor, “pra eles assim, é muito louco, o que pra nós parece assim uma dificuldade, nós temos que pegar a balsa, pra Mauá, pra ir pra Oberá, pra eles é assim: nunca fiz isso! Nunca fiz! Nós vamos de caíco mesmo, professor!”

O chibo é realizado para trazer do lado argentino produtos de subsistência das famílias, como comida e itens de higiene e limpeza, e também as mercadorias encomendadas pelos argentinos nas lojas locais. O professor afirma que há um trecho do rio muito profundo e com bastante correnteza chamado localmente de “Canalão”. Segundo ele, os alunos não temem atravessar o “Canalão”, inclusive tomam banho e

mergulham nessa parte do rio. Relembra um passeio com os estudantes de uns anos atrás aos balneários locais e de presenciar, ao vivo, essa prática deles de mergulhar nesse trecho perigoso do rio. Nesse dia, por estarem realizando um passeio de escola, com supervisão, o professor pediu que não nadassem até o trecho perigoso, pois ele seria o responsável por eles caso acontecesse algum acidente. Os alunos então caçoaram dizendo “o professor tem medo”, ao que ele respondeu “eu tenho mesmo”.

O professor afirma que trabalhar em um município de fronteira facilita a forma como ele ensina o conteúdo fronteira na disciplina de Geografia. Ele diz que sua visão de fronteira natural era “ilustrativa”, pois seu contato anterior com a fronteira natural do rio Uruguai, antes de ir trabalhar na escola de Alecrim, tinha sido uma visita à cidade de Oberá, na Argentina. Seu entendimento de fronteira era a de Sant’Ana do Livramento (Brasil) com Rivera (Uruguai), uma fronteira seca, onde ele havia morado anteriormente na adolescência. A vivência dos seus alunos com o rio Uruguai, que atravessam de caíco para o lado argentino constantemente, sem se darem conta dos perigos que correm, o deixam surpreso, pois ele imagina que essa prática fronteiraça ocorra em outros lugares do Brasil, não apenas em Alecrim. Já foi convidado diversas vezes pelos alunos para acompanhar um chibo no fim de semana, mas seus compromissos profissionais não o permitem (o professor é baterista de uma banda e realiza shows aos sábados e domingos).

A intensificação da sua vivência num município com uma fronteira natural, ouvindo as histórias dos alunos e acompanhando seus relatos da prática do chibo, contribuíram para que, hoje em dia, ao pensar em fronteira internacional, a que surge na sua mente seja a de Alecrim, a do rio Uruguai, e não mais a fronteira seca de Sant’Ana do Livramento da sua adolescência. O professor afirma que a maioria dos seus alunos admite ter feito o chibo ao menos uma vez. E todos conhecem quem realize a prática periodicamente. Questionado sobre o gênero dos alunos que admitem participar ou terem participado da prática do chibo, ele diz que apenas os meninos afirmam realizar.

A dinâmica fronteiraça também é abordada nas aulas de Geografia, segundo o docente, através da questão do tráfico de drogas e armas. Relata ter uma sobrinha que é casada com um militar que já trabalhou em Roraima. Numa conversa informal, solicitou a ele que lhe explicasse como o exército brasileiro trabalha nas fronteiras.

Disse que, a partir do relato deste familiar, mudou sua visão em relação a atuação militar nas fronteiras, pois imaginava que os militares ganhassem bem “para não fazer nada”. O professor diz que seus alunos relatam como a polícia atua em situações de flagrante durante os chibos. Segundo eles, a polícia brasileira é “mais tranquila” ao lidar com a situação, ao contrário da polícia argentina, que reprime a prática de maneira mais violenta e incisiva, atirando nas embarcações, levando o infrator para o lado argentino, onde são espancados e suas mercadorias são confiscadas. Os alunos dizem que, quando escutam o barulho do motor da embarcação da polícia argentina, o mais seguro a fazer é se atirar na água e perder as mercadorias. Dependendo do horário, “eles chegam já atirando”, segundo os estudantes.

Questionado se utiliza imagens de fronteira nas aulas, o professor diz que sempre usa nos slides várias imagens de fronteiras em lugares diferentes, como, por exemplo, a da Venezuela com o Brasil, Sant’Ana do Livramento e Rivera, no Uruguai, e a do próprio rio Uruguai em Alecrim. Relembra um trabalho de Sociologia realizado com as turmas onde solicitou que gravassem um curta-metragem. Um dos grupos simulou uma batalha de guerra às margens do rio Uruguai, no meio da mata, utilizando o relevo como trincheira, mostrando a fotografia belíssima do lugar. Diz que ficou encantado com o vídeo, e que não imaginava existirem lugares assim na região. Relata que os alunos lhe enviam vídeos fazendo silagem, trabalhando na roça, pois ele se interessa muito pela questão agrária, escoamento de grãos etc. Afirma que não sabia que o era “fazer silagem” e que aprendeu na prática através dos vídeos e dos relatos dos alunos.

O professor foi buscar o livro didático que utiliza em aula e mostrou o capítulo que fala sobre fronteiras e limites, intitulado “Territórios e fronteiras”. O tema abordado no capítulo é sobre o País Basco (Figura 3). Ficou folheando o livro e mostrando suas anotações (Figura 4). Diz que ensina para os alunos que o capital não tem fronteira e completa “mas agora experimenta um mexicano entrar nos Estados Unidos pra ver se não tem fronteira, pra ver se não tem um muro lá.” O docente afirma que ele próprio escolheu esta coleção e quis diversificar em relação ao livro anterior que utilizava.

Acredita que no extremo norte do país, as relações fronteiriças se deem mais por questões migratórias e conflitos, diferente do sul, onde as relações com a fronteira são feitas através de práticas como o chibo e também de lazer com o outro lado.

Afirma que muitos argentinos também atravessam o rio Uruguai para aproveitar os balneários de Alecrim no verão e também para comprar nas lojas do centro. Enfatiza a questão da perda de mercadorias por quem pratica o chibo ao tentar atravessar e ser surpreendido pela polícia durante o trajeto, que é algo que pode acontecer e quem pratica está ciente do risco que corre. Ao mesmo tempo em que diz que não entende como eles têm coragem de praticar, também afirma que entende a necessidade da prática, pois muitos que a fazem são pobres e dependem do chibo para sobreviver.

A seguir, serão apresentados os materiais didáticos enviados pelo professor de Alecrim. Lembrando que as análises desses materiais serão feitas posteriormente, no capítulo seguinte, juntamente com os demais materiais enviados por todos os outros docentes participantes.

3.1.2 Materiais didáticos utilizados

Em relação aos materiais didáticos, o professor havia dito que enviaria para contribuir à análise algumas provas, trabalhos e anotações suas, porém encaminhou apenas fotografias do livro didático mais utilizado por ele. Foram realizados alguns contatos em períodos posteriores a data da concessão da entrevista a fim de obter cópias desses materiais didáticos. O retorno efetivo se deu em abril de 2020, com o envio de fotos das páginas do livro usado em sala de aula. As fotos a seguir ilustram o material mostrado por ele durante a entrevista. As imagens 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10 mostram o capítulo do livro intitulado “Territórios e Fronteiras” utilizado pelo professor de Alecrim para ensinar o conteúdo fronteira. O livro utilizado pelo professor é o “Ser Protagonista”, do 3º ano do Ensino Médio, da editora SM.

Figura 3: Página do livro didático utilizado pelo professor de Alecrim, e citado na entrevista, abordando os conceitos de Estado, fronteira, território nacional, soberania e nação, exemplificando com a questão do País Basco.

Estado e território nacional

As fronteiras podem ser internas ou externas. As primeiras subdividem um país em subespaços, como os estados brasileiros. As fronteiras externas são as divisas entre Estados – entidades soberanas com estrutura e organização política próprias, um território e um povo. Constitui o Estado o conjunto das instituições nacionais, como os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), as Forças Armadas e os demais órgãos que administram uma nação.

O **território nacional** é, portanto, a área apropriada, controlada e administrada por um Estado, na qual este exerce sua soberania e à qual se limita o exercício da lei.

A **soberania** consiste na liberdade de um Estado exercer poder político sobre seu território, sem intervenção de outros países ou grupos. As leis são aplicadas aos indivíduos que se encontram nos limites territoriais de cada Estado.

País Basco - Regiões (2012)

Fonte de pesquisa: Gáznos, Vera Lúcia de Moraes; Ibsa, Leda. Atlas geográfico Saravia. São Paulo: Saravia, 2013. p. 127.

Nação

A população de um país é constituída por diferentes grupos. Quando partilham a mesma origem, língua, religião ou cultura, esses grupos formam uma **nação**. Esta, por sua vez, submete-se à Constituição, ao governo e às instituições do país onde se localiza. Assim, um mesmo país pode abrigar em seu território nações distintas. O Brasil, por exemplo, abriga diversas nações indígenas, que, por se localizarem no território brasileiro, respondem aos desígnios do Estado nacional brasileiro.

Há casos em que o sentimento e a identificação nacional ultrapassam a fronteira de um país, como é o caso da nação basca.

Os bascos povoam o extremo norte da Espanha e o sudoeste da França. Mais de 90% do território que ocupam está na Espanha (veja o mapa). Esse povo possui uma cultura com traços próprios. A língua basca, o *euskara*, que não faz parte do grupo de línguas indo-europeias, é um bom exemplo. Embora estejam divididos em dois países, os bascos compartilham características que os unificam, partilhando sentimentos de identidade e nacionalidade.

Existe um movimento separatista que defende a criação de um Estado basco autônomo. O principal grupo que luta por essa causa é o ETA (Euskadi Ta Askatasuna, que, na língua basca, significa "Pátria Basca e Liberdade"), que, desde 1959, reivindica a independência do território basco. Envolvido em diversos atentados violentos ao longo dos anos, o grupo anunciou em 2011 o fim da luta armada.

Executivo: poder do Estado com a função de executar as leis e administrar os interesses da sociedade, de acordo com a legislação do país.

Judiciário: poder do Estado com a função de promover a justiça, interpretando e aplicando as leis de modo a garantir os direitos de todos os cidadãos.

Legislativo: poder estatal responsável pela elaboração de leis e normas que regem a sociedade. No Brasil, está a cargo do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal), das Assembleias Legislativas estaduais e das Câmaras Municipais.

Lêla

Mapas e História: construindo imagens do passado, de Jeremy Black. Florianópolis: Edusc, 2005.

O livro é uma importante referência nos estudos de história da cartografia. O autor mostra como as fronteiras foram se modificando ao longo do tempo.

SAIBA MAIS

Um time, uma nação, duas seleções nacionais

Bixente Lizarazu, o primeiro basco de origem francesa a jogar pelo Athletic Bilbao, foi campeão do mundo de futebol em 1998 na seleção francesa. Em 2010, o jogador basco Fernando Llorente conquistou o campeonato mundial de futebol na seleção da Espanha.

O Athletic Bilbao, tradicional clube de futebol da cidade de Bilbao (provincia de Biscaia), não aceita em sua equipe jogadores que não sejam bascos. O time conta apenas com jogadores franceses e espanhóis nascidos dentro dos limites do País Basco.

Mas, se um jogador basco se destacar, ele pode jogar pela seleção espanhola ou francesa, dado que o País Basco, embora tenha um povo, não é uma nação soberana e autônoma.

Jogadores do Bilbao durante jogo contra o Granada, Bilbao, Espanha. Foto de 2016.

Não escreva no livro.

13

Figura 5: Anotações do professor de Alecrim em página de um texto complementar referente ao conceito de espaço vital, defendido pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel.

Informe


O solo, a sociedade e o Estado

Como o Estado não é concebível sem território e sem fronteiras, constitui-se bastante rapidamente uma geografia política, e ainda que nas ciências políticas em geral se tenha perdido de vista com frequência a importância do fator espacial, da situação, etc., considera-se entretanto como fora de dúvida que o Estado não pode existir sem um solo. Abstrai-lo numa teoria do Estado é uma tentativa vã que nunca pôde ter êxito senão de modo passageiro. Pelo contrário, tem havido muitas teorias da sociedade que permaneceram completamente alheias a quaisquer considerações geográficas; estas têm mesmo tão pouco lugar na sociologia moderna que é inteiramente excepcional se encontrar uma obra em que elas desempenham algum papel. A maior parte dos sociólogos estuda o homem como se ele se tivesse formado no ar, sem laços com a terra. O erro dessa concepção salta aos olhos, é verdade, no que concerne às formas inferiores da sociedade, porque sua extrema simplicidade faz com que sejam semelhantes às formas mais elementares do Estado. Mas então, se os tipos mais simples de Estado são irrepresentáveis sem um solo que lhes pertença, assim também deve ser com os tipos mais simples da sociedade; a conclusão se impõe. Num e noutro caso, a dependência em relação ao solo é um efeito de causas de todo gênero que ligam o homem à terra. Sem dúvida, o papel do solo aparece com mais evidência na história dos Estados que na história das sociedades, e isso seria devido aos espaços mais consideráveis de que o Estado tem necessidade. As leis da evolução geográfica são menos fáceis de se perceber no desenvolvimento da família e da sociedade que no desenvolvimento do Estado; e o são justamente porque aquelas estão mais profundamente enraizadas ao solo e mudam menos facilmente do que este. É mesmo um dos fatos mais consideráveis da história a força com a qual a sociedade permanece fixada ao solo, mesmo quando o Estado dele se destacou. Quando o Estado romano morre, o povo romano lhe sobrevive sob a forma de grupos sociais de todo tipo e é pelo intermédio desses grupos que se transmitiu à posteridade uma multiplicidade de propriedades que o povo havia adquirido no Estado e pelo Estado.

Assim, quer seja o homem considerado isoladamente ou em grupo (família, tribo ou Estado), por toda parte em que se observar se encontrará algum pedaço de terra que pertence ou à sua pessoa ou ao grupo de que ele faz parte. No que diz respeito ao Estado, a geografia política após longo tempo se habituou a levar em consideração a dimensão do território ao lado da cifra da população. Mesmo os grupos, como as tribos, a família, a comuna, que não são unidades políticas autônomas, somente são possíveis sobre um solo, e seu desenvolvimento não pode ser compreendido senão com respeito a esse solo; assim como o progresso do Estado é ininteligível se não estiver relacionado com o progresso do domínio político. Em todos esses casos, estamos na presença de organismos que entram em intercâmbio mais ou menos durável com a terra, no curso do qual se trocam entre eles e a terra todo gênero de ações e de reações. E quer venha a supor que, num povo em vias de crescimento, a importância do solo não seja tão evidente, que observe esse povo no momento da decadência e da dissolução. Não se pode entender nada a respeito do que então ocorre se não for considerado o solo. Um povo regride quando perde território. Ele pode contar com menos cidadãos e conservar ainda muito solidamente o território onde se encontram as fontes de sua vida. Mas se seu território se reduz, é, de uma maneira geral, o começo do fim.

Um povo regride quando perde território. Ele pode contar com menos cidadãos e conservar ainda muito solidamente o território onde se encontram as fontes de sua vida. Mas se seu território se reduz, é, de uma maneira geral, o começo do fim.

*Adaptação
acompanha
espaço vital*



Friedrich Ratzel (1844-1904) foi um importante geógrafo alemão. Ele viveu o momento da constituição do Estado nacional alemão, e sua obra está marcada por um projeto estatal que defende a relação fundamental entre o povo, o Estado e seu território. Foto de c. 1900.

*melhor espaço
melhor cont...*

PARA DISCUTIR

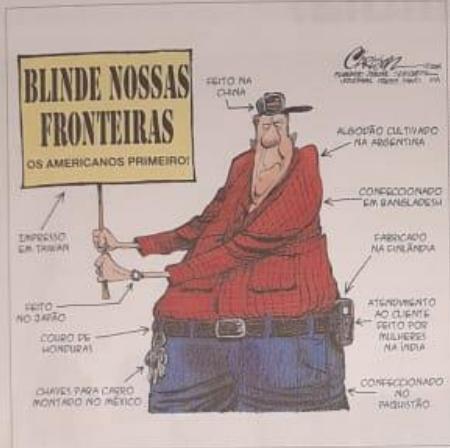
1. Em grupo, discuta e responda: Ratzel considera importante a definição de um território com limites precisos?
2. De acordo com o texto, qual foi a importância dos grupos remanescentes do antigo Império Romano, mesmo após sua dissolução?
3. Por que, para o autor, a redução do território é o "começo do fim"?

18

Figura 6: Página do livro utilizado pelo professor de Alecrim contendo exercícios abordando a questão da globalização, dos fluxos de capitais e da fronteira México – Estados Unidos.

Interpretando textos e imagens

12. Observe a charge a seguir e escreva um texto relacionando-a com:



Charge de Carlson, de 2005, sobre produtos importados nos EUA.

- a) a temática das fronteiras externas;
- b) a questão da soberania nacional;
- c) a globalização.

13. Leia o trecho abaixo e faça o que se pede.

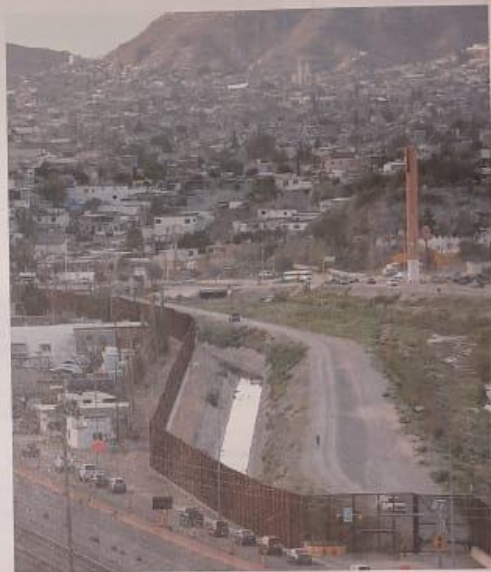
[...] em 1922, Kiev e a Ucrânia foram incorporadas formalmente à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Os ucranianos estavam então na URSS, mas não pareciam ser de lá. Obstinadamente as sucessivas mudanças de governo e de controles ajudaram a promover um sentimento crescente de nacionalismo ucraniano. Não fazia diferença quem estava no poder: no final do dia eles ainda eram ucranianos e sua lealdade a seu país, assim como sua lealdade recíproca e à sua terra, era tudo o que importava. [...]

DOOGAN, Andy. Futebol e guerra: resistência, triunfo e tragédia do Dinamo na Kiev ocupada pelos nazistas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 23-24.



Com base na situação descrita no texto (a dominação dos ucranianos pelos soviéticos), reflita sobre o nacionalismo e aponte algumas razões que contribuíram para seu aparecimento e difusão no mundo.

14. A foto a seguir mostra a fronteira entre dois países. Com base nela e em seus conhecimentos, faça o que se pede.



Muro na fronteira entre Estados Unidos e México. Foto de 2014.

- a) Classifique a fronteira em natural ou artificial.
- b) Analise a situação política e social que envolve os países e faça considerações sobre a fronteira que os separa.

15. Analise a tira de Chip Sansom, a seguir, e redija um breve texto comentando a dinâmica dos fluxos financeiros na atualidade.

Figura 7: Página do livro utilizado pelo professor de Alecrim com exercícios abordando Estado, fronteira e território.

Não escreva no livro.

Atividades


Revedo conceitos

1. Defina Estado e dê exemplos das instituições que o compõem.
2. O que é nação?
3. Relacione território com fronteiras.
4. Qual é o papel desempenhado pelas empresas na produção do espaço?
5. Cite algumas formas de atuação do Estado na produção do espaço no que se refere ao planejamento estratégico.
6. Explique por que os bancos centrais têm sua dinâmica monitorada pelos investidores das bolsas de valores.
7. Explique a importância do planejamento econômico para o desenvolvimento do país.
8. De que maneira a presença de recursos naturais pode influenciar na estratégia de desenvolvimento regional do Estado? Que outros fatores podem ser levados em conta no momento de planejar o desenvolvimento regional de um país?
9. Qual é a importância das reservas monetárias cambiais para um país?
10. Relacione migrações internacionais com desenvolvimento econômico.

Lendo mapas

11. O mar territorial corresponde às áreas marítimas que se encontram sob a soberania absoluta de cada Estado. De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 1982, essa área corresponde às 12 milhas náuticas adjacentes ao litoral de cada país e compreende o espaço aéreo, o leito e o subsolo marinhos. É, portanto, uma área estratégica para defesa militar e para a exploração e gestão dos recursos naturais. O mapa a seguir mostra o território marítimo brasileiro e a proposta de sua ampliação apresentada pelo país à ONU. Observe-o e responda às questões.

Brasil - Proposta de ampliação do território marítimo



Tipos de espaço marinho definidos pela Convenção da ONU sobre Direito do Mar

- Mar territorial (até 12 milhas náuticas)**
Praticamente uma extensão do território continental; Brasil tem soberania absoluta.
- Zona Econômica Exclusiva (ZEE) (até 200 milhas náuticas)**
Brasil tem direito exclusivo de exploração de todos os recursos marinhos, na água, no solo e subsolo.
- Plataforma continental jurídica (até 350 milhas náuticas)**
Nesse prolongamento, Brasil tem direito exclusivo apenas à exploração dos recursos do solo e subsolo.
- Plataforma continental geográfica (não tem medida definida juridicamente)**
Um platô que vai desde o continente até uma região onde há uma queda abrupta de profundidade (talude).

Fonte de pesquisa: Castro, Fábio de. *Brasil propõe uma 'Venezuela' a mais de área marítima. O Estado de S. Paulo*, 19 jan. 2015. Disponível em: <http://www.estadonline.com.br/noticias/geral/brasil-propoe-uma-venezuela-a-mais-de-area-maritima-imp-1621717>. Acesso em: 12 jan. 2016

- a) Comente a importância de essa reivindicação ser analisada por conselhos internacionais.
- b) Como a expansão do território marítimo pode afetar a exploração brasileira?

20

Figura 8: Página do livro utilizado pelo professor de Alecrim com texto complementar mostrando a singularidade de um trecho de limite internacional entre a Bélgica e a Holanda.

Mundo Hoje

Baarle: fronteiras distribuídas entre dois países

Baarle-Nassau e Baarle-Hertog são dois municípios que dividem a cidade de Baarle, na fronteira entre os Países Baixos e a Bélgica. Baarle-Nassau está localizada no sul dos Países Baixos na província de Brabante do Norte, e Baarle-Hertog está na província belga de Antuérpia. As duas cidades compartilham uma fronteira comum, mas a fronteira internacional que separa a cidade belga de Baarle-Hertog da cidade neerlandesa de Baarle-Nassau não é retilínea. Nem sequer curva.


Em vez disso, há 26 territórios separados entre si – pequenos fragmentos da Bélgica e dos Países Baixos distribuídos por Baarle. Há um trecho principal chamado Zondereigen, localizado ao norte da cidade belga de Merksplas, e 22 **exclaves** belgas nos Países Baixos além de três outros trechos na fronteira belgo-neerlandesa. [...]

A fronteira é demarcada por cruzeiros brancos nas calçadas e sinalizadores de metal nas vias, e serpenteia pela cidade sem obedecer ao traçado de casas, jardins ou ruas. Uma linha cruza um quarteirão por dentro de uma loja de presentes e sai no outro lado, em um supermercado. Muitas casas são cortadas ao meio pela fronteira e, por convenção, a nacionalidade é identificada com base na fachada frontal de cada uma. Se a fronteira cruza a porta da rua, seus lados pertencem a diferentes Estados, e isso é indicado por uma dupla numeração na fachada do edifício.

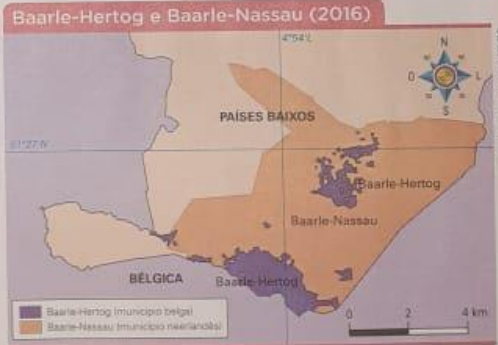
As cidades atraem muitos turistas. Por muitos anos, as lojas da Bélgica abriam aos domingos, enquanto as dos Países Baixos não – com exceção daquelas em Baarle. Às vezes, os impostos na Bélgica e nos Países Baixos diferem muito e um consumidor pode encontrar dois regimes de taxação diferentes em lojas de uma mesma rua. Por um período, de acordo com as leis neerlandesas, os restaurantes deviam fechar mais cedo. Para alguns estabelecimentos situados na fronteira, isso significava que os clientes precisavam simplesmente mudar suas mesas para o lado belga. Com a entrada na União Europeia, entretanto, algumas dessas diferenças deixaram de existir.

A estranha geografia entre Baarle-Hertog e Baarle-Nassau é resultado de tratados e acordos medievais, trocas e vendas de terra igualmente complexos entre os lordes de Bréda e os duques de Brabante, que remontam ao século XII. Após a divisão entre Países Baixos e Bélgica, estabelecida em 1839, impôs-se a necessidade de determinar a fronteira. Foram necessárias três comissões para

solucionar as questões fronteiriças. A última delas delimitou 36 km de divisas e foi concluída somente em 1995.



As marcas no chão representam os limites entre Baarle-Hertog, Bélgica ("B"), e Baarle-Nassau, Países Baixos ("NL"). Foto de 2013.



Fonte de pesquisa: Google Maps. Disponível em: <<http://www.google.com.br>>. Acesso em: 11 jan. 2016.

Exclave: porção de um país separada do território principal, encravada em território estrangeiro. Em relação ao território estrangeiro, pode ser considerada um enclave, ou seja, um território encravado em outro.

Neerlandês: relativo aos Países Baixos.

PARA ELABORAR

1. Você conhece as fronteiras de seu município? Faça uma pesquisa sobre os limites do município em que vive e também os do seu bairro.
2. Pesquise também outras fronteiras que tiveram uma fixação problemática como a descrita no texto.

Não escreva no livro.

19

Figura 9: Página do livro utilizado pelo professor de Alecrim abordando a temática das migrações internacionais com mapa mostrando as fronteiras controladas e vigiadas da Europa.

O mundo com fronteiras do trabalho: as migrações internacionais

Ao contrário da quebra de fronteiras no mercado financeiro mundial que permite a livre circulação do capital, os fluxos migratórios populacionais são repletos de barreiras.

A maior parte das migrações ocorre por questões econômicas, e a pobreza é um dos principais fatores que levam uma pessoa ou um grupo a se deslocar de um país para outro. Em geral, os países que atraem migrantes têm economia mais desenvolvida e oferecem mais oportunidades de emprego e melhores condições de trabalho.

As populações também tendem a se afastar dos locais de crise, como os países em guerra, dos locais afetados por desastres naturais ou onde ocorre perseguição a determinados grupos étnicos, religiosos ou sociais.

Alguns países, como os Estados Unidos e vários países europeus, criaram leis e barreiras para evitar a entrada de imigrantes porque se tornaram destino de grandes movimentos migratórios. Muitos deles utilizam sistemas de vigilância, empregam forte aparato policial e constroem muros e cercas em suas fronteiras.

Na fronteira entre o México e os Estados Unidos, há um grande muro que divide os dois países. Existem projetos que visam aumentá-lo e controlá-lo de maneira mais eficaz a entrada de imigrantes ilegais.

Na Europa, a região do estreito de Gibraltar e o litoral dos países banhados pelo mar Mediterrâneo são as áreas de maior fluxo de pessoas. Nelas, os países utilizam um forte aparato policial para evitar a entrada de imigrantes ilegais.

O governo grego, por exemplo, instalou cercas de arame farpado na fronteira com a Turquia, além de câmeras de vigilância, para coibir a entrada de imigrantes ilegais vindos do Oriente Médio e da África.

A Hungria construiu cercas na fronteira com a Sérvia com o mesmo objetivo de impedir o afluxo de imigrantes ilegais, especialmente aqueles originários do conflito na Síria que, entre 2011 e 2015, fez milhares de vítimas e milhões de refugiados.

A partir da crise mundial deflagrada em 2008, muitos migrantes retornaram ao país de origem. Em outros casos, países emergentes, como Brasil, China e Índia, tornaram-se destinos de migração.

No Brasil, a vinda de imigrantes haitianos e bolivianos ilegais tem sido uma preocupação para as autoridades, pois essas pessoas, em muitos casos, são empregadas na economia local em condições precárias, muitas vezes análogas à escravidão.

Muros e cercas fronteiriças (2016)



Leia

Planeta favela, de Mike Davis. São Paulo: Boitempo, 2006.

O livro mostra o avanço do processo de pauperização da população mundial paralelamente ao avanço do neoliberalismo.

Fonte de pesquisa: The Economist, 7 jan. 2016. Disponível em: <http://www.economist.com/blogs/graphicdetail/2016/01/daily-chart-5>. Acesso em: 11 jan. 2016.

Figura 10: Página do livro utilizado pelo professor de Alecrim, iniciando o capítulo sobre territórios e fronteiras, exemplificando com a fronteira Brasil-Argentina em Uruguaiana – RS, contendo texto que explica a formação histórica das fronteiras e abordando a integração fronteiriças das fronteiras brasileiras.

CAPÍTULO

1 Territórios e fronteiras


O QUE VOCÊ VAI ESTUDAR

Os conceitos de fronteira, Estado, território nacional e nação.

O papel do Estado na produção do espaço geográfico.

A circulação dos grandes capitais.

As barreiras para as migrações internacionais.



No Brasil, as cidades com população superior a 2 mil habitantes, cortadas pela linha de fronteira e que apresentam grande potencial de integração econômica e cultural com os países vizinhos, são consideradas **cidades-gêmeas**. Essas cidades exigem atenção especial do poder público por possuir forte interação com os países fronteiriços, seja no comércio e nos serviços públicos, como os de saúde e educação, seja nos fluxos financeiros, de pessoas, mercadorias, etc. Na foto, trecho da fronteira entre Uruguaiana (RS), no Brasil (em primeiro plano), e Paso de Los Libres, na Argentina (ao fundo), 2014.

O mapa-múndi mostra os vários países do mundo. As linhas que delimitam esses países são as **fronteiras**. Elas dão aos países a forma representada nos mapas, podendo ser naturais (uma cordilheira ou um rio, por exemplo) ou artificiais (uma construção humana).

Embora as fronteiras pareçam elementos fixos, a realidade da divisão política demonstra o contrário. Por serem estáticos, os mapas passam essa falsa impressão de fixidez, mas basta nos lembrarmos das guerras para contradizê-la.

Em geral, após o término dos conflitos, as partes **beligerantes** negociam um acordo de paz. Muitas vezes, impõe-se ao perdedor alguma sanção relativa a seu território, que pode ser subdividido ou até perdido em benefício das partes vencedoras. O território do antigo Império Austro-Húngaro, por exemplo, foi desmembrado após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) em três Estados independentes: a Áustria, a Tchecoslováquia e a Hungria.

A questão das fronteiras é muito complexa e não se restringe à linha que demarca os territórios. Em regiões de fronteira, é comum as línguas, os costumes e até as moedas se misturarem. Diversos estados brasileiros apresentam essas regiões fronteiriças em que a linha divisória dos países permite o fluxo diário de pessoas, mercadorias e dinheiro (legais e ilegais) de um lado para o outro.

Analise a fotografia e responda.

1. Classifique como natural ou como artificial o tipo de fronteira mostrado na imagem.
2. Quais regiões brasileiras fazem fronteira com...

3.2 Guajará-Mirim – RO

Guajará-Mirim é um município brasileiro do estado de Rondônia localizado na Faixa de Fronteira entre Brasil e Bolívia. Possui uma população estimada de 46,5 mil habitantes, onde mais de 80% se situa no centro urbano, e 24,8 mil km² de área, caracterizando uma densidade demográfica baixíssima de 1,68 habitantes por km², realidade da grande maioria dos municípios da região amazônica, segundo dados do IBGE de 2020. Sua cidade vizinha boliviana é Guayaramerín, que conta com aproximadamente 41,8 mil habitantes conforme censo do INE realizado em 2012. Guajará-Mirim e Guayaramerín são cidades-gêmeas.

As cidades estão separadas pelo rio Mamoré, caracterizando uma fronteira natural fluvial onde, para sua transposição, a população não conta com uma ponte, ou seja, a travessia é possível apenas via embarcações de pequeno e médio porte entre os portos de cada cidade. “Brasileiros e bolivianos cruzam diariamente a fronteira para trabalhar, estudar, fazer compras, visitar parentes, mas ao final do dia retornam ao seu país de origem” (MENDES; DOS SANTOS, 2019, p. 121). O rio Mamoré, dessa forma se apresenta como “elemento integrador” das pessoas que vivem em suas margens como povos nativos, ribeirinhos, entre outros e, ultimamente, a cidade de Guajará-Mirim tem recebido um grande número de imigrantes bolivianos, aumentando sua população e também proporcionando o crescimento da cidade. Em relação a fundação e desenvolvimento de Guajará-Mirim, Mendes e Dos Santos afirmam que

O surgimento das duas cidades está relacionado ao ciclo da exploração da castanha e extração do látex do início do século XIX, e ao processo de implantação da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, no início do século XX. Ao longo da história da fronteira, as relações políticas, econômicas, culturais e educacionais sempre estiveram presentes no modo de vida desses povos fronteiriços (2019, p. 121).

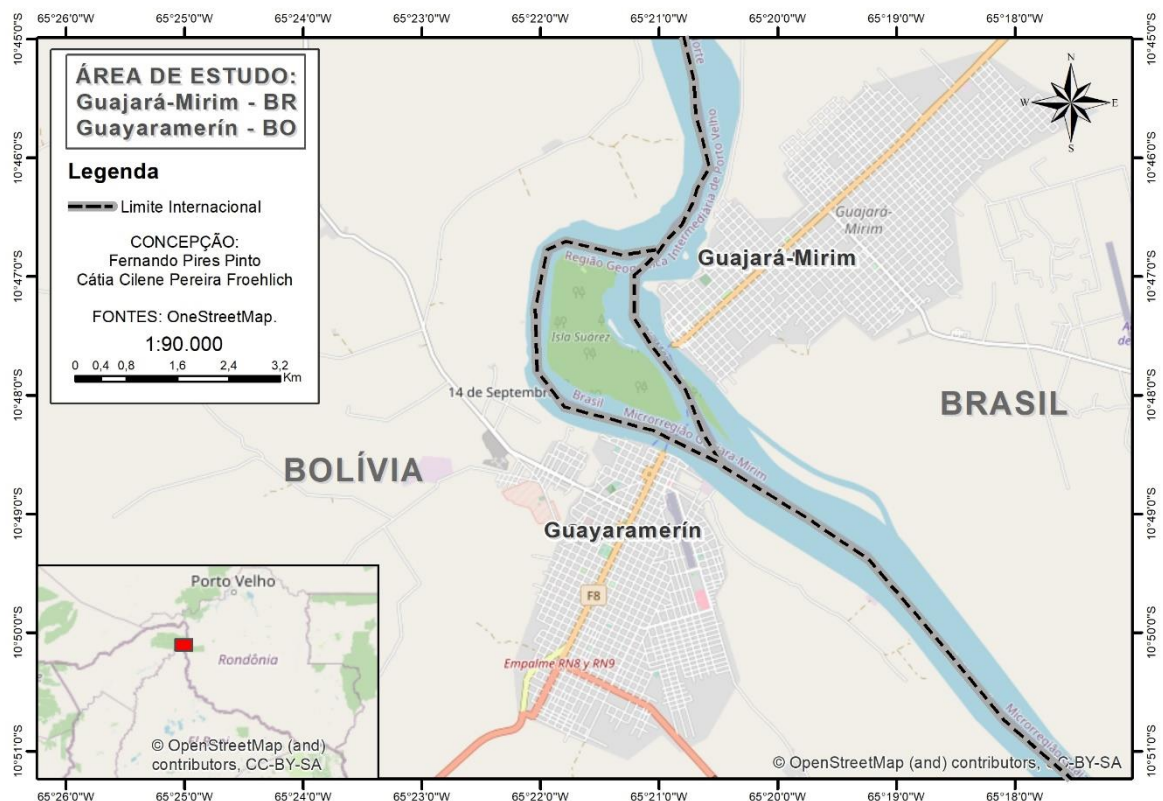
Fundada em 1929, Guajará-Mirim tem seu território composto em mais de 90% por áreas de preservação ambiental (APAs) como terras indígenas, parques, reservas biológicas, reservas extrativistas, entre outras, segundo o Instituto Socioambiental (ISA, 2021) e mapa das unidades de conservação e terras indígenas do Brasil atualizado até o presente momento.

Sobre as atividades econômicas da cidade rondoniense, Mendes e Dos Santos afirmam que

A economia do município é baseada nos recursos provenientes do serviço público, ou seja, uma economia do “contra-cheque”. Destaca-se a presença de pequenas indústrias de refrigerante, café e laticínios, a pecuária de corte e de leite, o extrativismo e o fluxo de turistas que são atraídos pelos produtos importados vendidos na Bolívia. A circulação de turistas traz um movimento significativo na rede hoteleira e nos restaurantes da cidade (MENDES; DOS SANTOS, 2019, p. 122).

A Área de Livre Comércio também é um grande atrativo local segundo a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). Isso ocorre devido a isenção de impostos em algumas mercadorias, além da beleza natural proporcionada pela bacia do rio Mamoré, com diversos passeios de barco e trilhas. A Figura 11 mostra a localização de Guajará-Mirim em Rondônia.

Figura 11: Mapa de localização de Guajará-Mirim – RO e sua cidade-gêmea Guayaramerín, no departamento de Beni, na Bolívia.



Fonte: elaborado por Fernando Pires Pinto e Cátia Cilene Pereira Froehlich, 2020.

3.2.1 Lecionando em Guajará-Mirim

A docente de Guajará-Mirim concedeu a entrevista no dia 11/07/2019 para o professor Roberto Filizola, da UFPR, nas dependências da escola em que ela

trabalha. As perguntas foram feitas pelo professor Roberto de acordo com o roteiro de entrevista constante no apêndice A.

A docente se formou em Pedagogia há 19 anos e, por 15 anos, trabalhou com as séries iniciais do Ensino Fundamental. Por um ano trabalhou com educação tecnológica e há três anos leciona Geografia para os anos finais do Ensino Fundamental. Afirma que suas práticas para ensinar a disciplina são bem dinâmicas, com muitas pesquisas e leituras, pois considera que a “Geografia de hoje não é a mesma da época que a gente estudava”. Diz que no passado, a disciplina se preocupava em ensinar apenas “rios, estados, capitais e se bitolava somente nisso” e que hoje não é mais assim, atualmente a Geografia “envolve política, história, consciência crítica”. Segundo ela, precisa se entender o passado para compreender o que ocorre hoje em dia.

Para preparar as aulas, reitera que realiza muitas pesquisas e leituras e utiliza o livro didático como base, selecionando os conteúdos conforme o livro proporciona. O planejamento é feito por ano, do sexto ao nono, buscando criar um elo entre os conteúdos. Nas avaliações, solicita aos alunos que realizem pesquisas, pois, segundo ela, “eu quero que eles se transformem em pesquisadores”, devido a docente ter formação acadêmica, ela afirma que o acadêmico é um “pesquisador eterno”. Além das pesquisas realizadas em casa e com a família, solicita que os alunos apresentem seus resultados obtidos para os colegas em sala de aula, pois “ele tem que mostrar que ele sabe, que ele tem o domínio daquela pesquisa que ele fez”.

Como ferramentas de avaliação utiliza também exercícios diários, práticas, relatórios de filmes que os alunos assistem em aula, onde no relatório deve constar uma parte descritiva e uma parte crítica do filme. A prova escrita também faz parte das atividades avaliativas. Afirma que a avaliação da aprendizagem é composta de três partes com suas respectivas pontuações: as atividades realizadas em sala de aula valem três pontos, as atividades extraclasse (pesquisas em casa) valem dois pontos e cinco pontos são de avaliação escrita (as provas). Ela costuma fracionar em duas provas valendo 2,5 pontos cada uma. As notas são computadas por bimestre.

O conteúdo fronteira não está previsto no currículo do Ensino Fundamental, porém, como a escola lida com alunos bolivianos e indígenas, há a necessidade de uma adequação. A professora afirma ser a docente mais “novinha” da escola, pois os

demais professores têm acima de 22 anos de experiência no magistério, então todos inserem a questão fronteiriça em suas práticas de sala de aula. Acredita que em torno de 5% dos alunos da escola só falem espanhol ou falem português com sotaque. Os demais alunos, mesmo que descendentes de bolivianos, ou que tenham o espanhol como língua de casa, na escola falam português fluente. A escola não tem uma estimativa de quantos alunos do total são bolivianos.

Entre 2011 e 2012, em outra escola que lecionou, a professora participou de um projeto chamado Observatório de Educação de Fronteira – OBEDEF⁶, onde o objetivo do mesmo era voltado para a alfabetização de alunos bolivianos em português. Além da fronteira Guajará-Mirim e Guayaramerín, participaram do projeto as cidades fronteiriças Ponta Porã (MS) e Eptaciolândia (AC), pois um dos principais objetivos dessa proposta era unificar os currículos escolares das cidades de fronteira, onde os mesmos conteúdos fossem ensinados tanto do lado brasileiro, quanto do lado boliviano, no caso de Guajará-Mirim, pois, segundo a professora, existem alunos brasileiros estudando do outro lado da fronteira.

A docente é nascida e criada em Guajará-Mirim e considera um privilégio morar numa cidade fronteiriça. Segundo ela, “a gente não precisa viajar quilômetros para cruzar outro país, outra cultura, uma outra realidade”. O lado paterno de sua família é boliviano e ela fez aulas de espanhol, aprendendo um pouco da língua para poder se comunicar melhor com os alunos. Afirma que eles sofrem preconceito na escola e que, por isso, se sentem inferiorizados em relação aos alunos brasileiros. Como forma de inclusão e acolhimento desses estudantes, a professora sempre saúda a turma no início das aulas também em espanhol, causando admiração de alguns alunos que desconhecem que ela fale o idioma deles. Diz que muitos alunos bolivianos tentam “matar” sua cultura ao estudar do lado brasileiro, pois estão em outro território, outra cultura, falando em outra língua. Ao conversar com os pais desses estudantes,

⁶ Conforme a página/blog do OBEDEF, o “Observatório da Educação na Fronteira é um projeto criado e implantado para promover pesquisas sobre o Ensino Fundamental em contextos plurilíngues e multiculturais como o da fronteira e a qualificação de seu corpo docente. É uma iniciativa que amplia o campo de observação sobre a fronteira e os processos educativos que lhes são peculiares” (OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO NA FRONTEIRA, c2012). O Observatório foi criado em 2011 e teve seu último boletim informativo em setembro de 2012. Disponível em: <<http://obedf2010.blogspot.com/p/o-observatorio.html>>. Acesso em: 30 de mar. 2021.

descobre que em casa eles falam espanhol sem problemas, mas que na escola, sentem vergonha de suas origens.

A escola busca trabalhar a cultura boliviana e aspectos culturais regionais do Brasil todo, segundo a docente. No dia 06 de agosto se comemora a independência da Bolívia e, quase todas as escolas da cidade, incentivam os alunos a irem para a aula com vestimentas típicas do seu país, apresentando músicas, danças e culinária boliviana. Na escola que ela leciona, a data da independência da Bolívia é considerada feriado escolar, com suspensão das aulas. Segundo a docente, “a gente respeita a cultura do nosso vizinho”. Mas, antes ou depois da data, sempre é feita uma comemoração em homenagem à independência boliviana.

A professora diz que gosta muito “da cultura, da comida, das danças, do jeito deles”. Afirma que as cidades de Guajará Mirim e Guayaramerín estão entrelaçadas a ponto dos costumes e da cultura de ambos os países acabarem se somando, se misturando e que isso é rotineiro para eles, faz parte do dia a dia. Segundo ela “é normal a gente comer no café da manhã um *massaco*⁷, uma *saltenha*, você ouvir uma música em espanhol, um toque.” A docente diz que há variedades linguísticas dentro da própria língua falada pelos bolivianos, pois há mistura com idiomas indígenas, enriquecendo o vocabulário falado na região.

Uma característica local, apontada pela professora, é a situação ilegal de muitas famílias bolivianas vivendo do lado brasileiro. Elas não têm autorização para morar no Brasil e, com isso, acabam participando pouco das reuniões e eventos realizados pela escola, justamente pelo medo de serem descobertas pelas autoridades. Aponta que muitos alunos filhos de bolivianos nasceram no Brasil e seus documentos são emitidos em território brasileiro, mas os pais se encontram em situação de imigrantes ilegais. A criminalidade local, segundo ela, se deve ao tráfico de drogas e a roubos e furtos de carros e motocicletas, principalmente. Frequentemente o noticiário local aborda manchetes envolvendo esses tipos de crimes.

⁷ Segundo o site Buenas Dicas, o massaco ou masaco é “mais comum na região oriental (e plana) da Bolívia, em regiões como Santa Cruz, Pando e Beni. Prato criado pelos nativos, é uma massa à base de banana ou mandioca, que também leva carne seca. Para seguir a tradição, deve ser preparado na banha de porco. Em vez de banana, também pode ser feito com mandioca (yuca)”.

Como palavras finais, a docente diz que a temática fronteiriça “é um assunto muito bonito, um trabalho muito relevante, por conta de se tratar de seres humanos, de cultura, que a cultura é a nossa base, a nossa raiz, que identifica de onde nós viemos”. Afirma que ainda aguarda o currículo unificado de fronteira, pois “a nossa realidade é muito diferente de um Centro-Oeste, de um Nordeste, do Sul, mais distantes. Nós estamos em fronteira, nós estamos com seres humanos com culturas diferentes, com duas línguas, a língua materna e a segunda língua, então a gente já é beneficiado por essa parte”. Finaliza dizendo que aconselha aos alunos a não deixarem de falar o espanhol, pois o fato de serem bilíngues os faz se sobressaírem e, futuramente isso irá ajudar a arrumar um emprego, por exemplo.

A docente respondeu ao e-mail de contato meses após a concessão da entrevista e não enviou materiais didáticos para análise, pois segundo ela, seus livros físicos e arquivos digitais haviam ficado na escola e a mesma estava fechada devido a pandemia de Covid-19. Foi feita nova tentativa alguns meses depois para a obtenção de algum material didático para análise, porém a resposta foi a mesma dada anteriormente, a de que a escola permanecia fechada em função da pandemia.

3.3 Ponta Porã – MS

Ponta Porã e Pedro Juan Caballero são cidades gêmeas que marcam um dos limites entre o Brasil e o Paraguai. No lado brasileiro, o município pertence ao estado do Mato Grosso do Sul, já no Paraguai, a cidade é a capital do departamento de Amambay. As cidades têm uma origem em comum e a criação dessa fronteira está relacionada a Guerra do Paraguai. Segundo Márcio Augusto Scherma (2016):

Conforme apontado por Torrecilha (2013, p. 144), a região que hoje compreende as cidades era habitada por indígenas Guarani, antes da criação das fronteiras entre os países. Até a Guerra do Paraguai, a cidade de Punta Porã (antigo nome de Pedro Juan Caballero) não possuía fronteira com o Império Brasileiro. Foi justamente a guerra que levou até lá essa divisa. A chegada da fronteira à região contribuiu para separar os indígenas que já ali habitavam, criando uma clivagem étnica com diferenças culturais, políticas, religiosas e até mesmo linguísticas entre eles. (TORRECILHA, 2013, p. 144 apud SCHERMA, 2016, p. 5)⁸

⁸ TORRECILHA, Maria Lucia. **A gestão compartilhada como espaço de integração na fronteira Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai)**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós- graduação em Geografia Humana. 2013. Tese. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-09122013-112517/publico/2013_MariaLuciaTorrecilha_VCorr.pdf> Acesso em abr. 2020.

Com base nos dados do IBGE estimados pelo último censo, a população de Ponta Porã, em 2010, era de 77.872 habitantes. As projeções para 2019 demonstravam um crescimento no número de habitantes do município, com uma população estimada em 92.526 pessoas. Já a densidade demográfica é baixa, sendo 14,61 hab./km². Os dados sobre a população paraguaia são da *Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos* (DGEEC). Sobre a população estimada e projetada, segundo distrito, sexo e grupos de idade, 2000-2025, temos no departamento de Amambay uma população de 169.615 habitantes e no município de Pedro Juan Caballero de 120.576 habitantes para o ano de 2019.

A área da unidade territorial de Ponta Porã é de 5.330,448 km² e está localizada no Bioma Cerrado, a 300 km de capital sul-mato-grossense e a 1.350 km de Brasília. Já Pedro Juan Caballero está distante cerca de 450 km da capital paraguaia Assunção.

Em 2017, o salário médio mensal em Ponta Porã era de 2.2 salários mínimos e 15,2% da população estava ocupando, o que totaliza 13.608 pessoas. Com base nos dados do Censo Económico Nacional do Paraguai, de 2011, Pedro Juan Caballero tem em sua atividade econômica o predomínio do comércio, seguido do setor de serviços e em menor relevância as atividades industriais. Do total de pessoal ocupado, 16.606, 9.374 pessoas estão atuando no setor do comércio, 5.584 na prestação de serviços e apenas 1.648 no setor industrial.

A Figura 12 mostra a localização da cidade de Ponta Porã, no estado do Mato Grosso do Sul, Brasil e sua cidade gêmea Pedro Juan Caballero, no departamento de Amambay, Paraguai.

Figura 12: Mapa de localização do município de Ponta Porã – MS e sua cidade-gêmea Pedro Juan Caballero, no departamento de Amambay, Paraguay.



Fonte: elaborado por Fernando Pires Pinto e Cátia Cilene Pereira Froehlich, 2020.

3.3.1 Lecionando em Ponta Porã – primeiro entrevistado

A entrevista foi concedida no dia 28/11/2019, através de ligação via WhatsApp, durante um intervalo entre as aulas que o professor estava lecionando no turno da tarde. A conversa iniciou com ele pedindo desculpas pelo barulho ao fundo do áudio, pois os estudantes estavam realizando atividades nos corredores da escola.

O professor entrevistado iniciou a graduação em Geografia em 2006, nas Faculdades Integradas de Ponta Porã (FIP). Formou-se em 2009. Em 2010, iniciou uma especialização no Ensino de História e Geografia. É técnico em Meio Ambiente pelo Instituto Federal de Ponta Porã. Atualmente estuda graduação em Gestão em Agronegócio no IFMS. Atua como professor há oito anos. Iniciou na rede privada, onde permaneceu por seis meses e logo ingressou na rede estadual de Mato Grosso do Sul. Atua na coordenação de uma escola no período da manhã e leciona Geografia

no período vespertino em outra escola da rede estadual. Dá aula para sétimos, oitavos e nonos anos do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio. Relata que sua mãe é de origem paraguaia. O professor nasceu em Campo Grande, mas, ainda criança, foi morar em Ponta Porã. Fala espanhol fluente e entende um pouco do idioma guarani.

Ambas as escolas em que ele atua ofertam os ensinos Fundamental e Médio. Uma delas se localiza a 200 metros do limite entre Brasil e Paraguai e, cerca de 84% dos alunos matriculados, são paraguaios. Relata que os alunos paraguaios têm dificuldades de compreender as diferenças territoriais entre os dois países fronteiriços, cabendo mais ao professor de Geografia do que das outras disciplinas trabalhar em sala estas diferenças. Na modalidade EJA de uma das escolas, eles têm o projeto “Fronteira: Princesinha dos Ervais”, em que os alunos participam de atividades de apresentações culturais, como culinária típica paraguaia, com o propósito de demonstrar e valorizar a influência do país vizinho na comunidade e na formação territorial do município de Ponta Porã.

Para o sétimo ano, de acordo com a ementa do estado do MS, o conteúdo fronteira aparece ao se ensinar a questão do território brasileiro e a sua situação limítrofe dentro da América do Sul. No oitavo ano, é retomado o conteúdo fronteira ao se estudar o continente americano e suas divisões regionais. Foi realizado um projeto na escola para responder à questão sobre Ponta Porã “ter ou não rios”, pois os recursos hídricos ponta-poranenses têm uma característica peculiar. Os córregos e rios que passam pelo território do município pertencem à bacia hidrográfica do rio Paraná e correm somente para o lado brasileiro. Já os rios e córregos de Pedro Juan Caballero, cidade paraguaia limítrofe, pertencem à bacia hidrográfica do rio Paraguai e correm somente em direção ao território paraguaio. Esse divisor de águas entre as duas bacias serviu como guia para a limitação dos territórios, onde se situam os marcos fronteiriços entre os países.

Juntando as populações de ambos os municípios, somam em torno de 210 mil pessoas, sendo que destes, 16 mil habitantes residem no maior assentamento da América Latina, o Itamarati, localizado em território brasileiro. O professor entrevistado ressalta que a questão da Guerra do Paraguai é muito presente na cultura e costumes do local, pois o desfecho da guerra se deu a 30 km de Ponta Porã, numa localidade

chamada Cerro Corá, onde ocorreu a morte do Marechal Solano López. A integração entre os dois lados da fronteira é bem significativa, demonstrado pelo grande número de famílias “brasiguaias”. O nome do município se deve a uma laguna situada em território paraguaio chamada de *Punta Porá*, onde porá em guarani significa “bonita”.

Os materiais didáticos e recursos pedagógicos utilizados pelo professor são os livros didáticos e as tecnologias como o Google Earth e o Google Maps, para trabalhar a questão da espacialidade e da territorialidade. Como atividades avaliativas, o professor prefere realizar trabalhos a provas, pois, de acordo com a pauta educacional do estado do Mato Grosso do Sul, o aluno é protagonista de sua aprendizagem. Utiliza normalmente trabalhos de pesquisa em casa e saídas de campo para locais próximos ao limite internacional. Realizou um trabalho de pesquisa que teve como produto final um banner.

Em sala de aula, procura trabalhar os conceitos que envolvem a questão fronteiriça, tais como fronteira, limite, faixa de fronteira, explicando para que serve um marco fronteiro, entre outros. Escreve os conceitos no quadro e usa a sala de tecnologia para que os alunos acessem as ferramentas do Google para visualização e melhor compreensão. Utiliza fotografias aéreas do município, para identificar a linha limítrofe entre ambos os países e sempre traça um paralelo com a História, dando ênfase à Guerra do Paraguai, pois o desfecho do conflito se deu a 30 km de distância de onde hoje é o município de Ponta Porã.

Todo ano é realizada uma saída de campo até o parque Cerro Corá, local onde houve o embate que deu fim à guerra, situado em território paraguaio, e também à Colônia Militar dos Dourados, a 60 km de Ponta Porã, onde houve a batalha da Retirada da Laguna. É idealizado um projeto de pesquisa sobre o assunto previamente a estas atividades de campo. O Parque de Cerro Corá acaba se tornando uma atividade bastante atrativa para os alunos, pois é um local bem organizado, com áreas preservadas, museu, monumentos e guias que contam tanto a história da Guerra do Paraguai, quanto da formação territorial de Pedro Juan Caballero e de Ponta Porã. O parque é cortado pelo rio *Aquidabán*.

O professor enfatiza que a diversidade e a integração cultural são gigantescas, pois os municípios vizinhos contam com comunidades formadas por descendentes de

alemães, uma grande colônia menonita⁹ (situada em território paraguaio), muitos moradores de origem chinesa, japonesa e árabe. Afirma que existem em torno de 15 mil estudantes brasileiros que estudam no Paraguai, principalmente no curso de Medicina, pois os valores das mensalidades das universidades paraguaias são inferiores às das universidades brasileiras. Na questão comercial, a região conta com o Shopping China, local de venda de diversos produtos, principalmente eletroeletrônicos, que é bastante procurado para compras por ofertar valores mais baixos que as lojas brasileiras em épocas de cotação baixa do dólar. Nessas ocasiões, segundo ele, a cidade “fica lotada” de pessoas de fora para realizar suas compras.

A respeito da questão de que residir e trabalhar em município fronteiriço influencie ou não no ensino do conteúdo fronteira, o professor acredita que sim, pois existe uma facilidade em estarem próximos do limite entre dois países, fazendo com que os alunos percebam na prática essa situação de viver na fronteira internacional. As demarcações territoriais dividindo ambos os lados, representadas pelos marcos fronteiriços, propiciam uma materialidade para que o aluno perceba a fronteira como presente no seu cotidiano e também como esta divisão foi realizada no passado. Isso permite que o aluno tire conclusões a respeito da relação diplomática entre os dois Estados nacionais, se a relação é amistosa, por exemplo.

Ele cita que o limite acaba passando despercebido pelo aluno no seu cotidiano, pois já é algo tão natural atravessar para o outro lado da linha para estudar e manter sua rotina diária que, muitas vezes, o estudante não se dá conta de sua condição de morador de uma fronteira internacional, ficando para a escola resgatar essa peculiaridade regional, mostrando ao aluno que, embora o território seja contíguo, após a linha divisória há outro idioma, outras normas, outra constituição nacional etc., provocando o que ele chama de “choque de culturas”. Questionado sobre como aborda em sala de aula uma fronteira diferente da vivida e percebida pelos estudantes de Ponta Porã, ou seja, uma fronteira mais hostil e que não permite a livre passagem dos moradores, como a dos Estados Unidos com o México, o professor diz que este tema é estudado no oitavo ano, quando leciona sobre a América do Norte e explica a questão das imigrações ilegais e suas consequências.

⁹ Os menonitas - seguidores do sacerdote Menno Simons -, são um grupo religioso que se consolidou na Suíça, Holanda e Alemanha, no início do século 16.

A respeito do plano político pedagógico (PPP) da escola, ele cita que, em 2018, foi definido que o ensino de espanhol nas escolas do Mato Grosso do Sul deixou de ser obrigatório, cedendo espaço para o ensino de inglês como língua estrangeira moderna obrigatória. E, como curiosidade, o professor diz que os alunos paraguaios que estudam em escolas brasileiras falam, em média, três idiomas: o espanhol, o guarani e o português. A temática da fronteira não aparece como assunto central no PPP das escolas, segundo ele. A questão da fronteira se faz presente através do que já prevê a BNCC, contudo o corpo docente entende que a condição fronteiriça da escola e dos alunos é importante e precisa ser levada em consideração, principalmente no que diz respeito à integração cultural entre os dois lados do limite internacional.

3.3.2 Materiais didáticos utilizados

A respeito dos materiais utilizados para ensinar o conteúdo fronteira, o entrevistado enviou fotos das páginas de um dos livros didáticos que utiliza, onde as imagens de fronteira são as de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, levando para a escala local a exemplificação. As Figuras 13, 14, 15, 16 e 17 mostram as páginas do livro intitulado “Aprenda Geografia”, de autoria de José Manoel Richard Quintas (o professor não enviou a ficha catalográfica da obra), voltado ao quarto ano do Ensino Fundamental, mas que é utilizado no sétimo ano pelo docente. As Figuras 18 e 19 são registros de uma apresentação de danças paraguaias realizada pelos alunos da EJA de uma de suas escolas. A apresentação foi a abertura do “Projeto Fronteira: Princesinha dos Ervais”, realizado pela escola em 2019.

Figura 13: Sumário do livro didático utilizado pelo professor de Ponta Porã para ensinar o conteúdo fronteira utilizando o próprio município como exemplo.

ÍNDICE	
1-A paisagem	09
2-Os mapas e as plantas.....	11
2.1- Os mapas	11
2.2- As plantas	13
3-Os estados, os municípios e os distritos	15
3.1- Os estados.....	15
3.2- Os municípios.....	15
3.3- Os distritos.....	16
4-A localização do município de Ponta Porã.....	19
5-Os limites, as divisas e as fronteiras.....	22
5.1- Os limites.....	22
5.2- As divisas.....	22
5.3- As fronteiras	22
6-Os limites territoriais do município de Ponta Porã.....	24
7-A planta e o mapa do município Ponta Porã.....	26
7.1- A Planta.....	26
7.2- O mapa do município de Ponta Porã	26
8-O espaço urbano do município de Ponta Porã.....	28
9-O espaço rural do município de Ponta Porã	30
10-A formação e as transformações do relevo	34
11-O relevo e a agropecuária	36
11.1- O relevo	36
11.2- A agricultura	36
11.3- A pecuária	38
12-A importância da preservação dos rios.....	41
13-A hidrografia do município de Ponta Porã	44
14-As paisagens naturais e as suas mudanças	48
15-O clima	52
16-A urbanização	54
17-A população do município de Ponta Porã.....	56

Figura 14: Página do livro utilizado pelo professor de Ponta Porã abordando a diferença entre paisagem natural e cultural usando paisagens do município como exemplo.

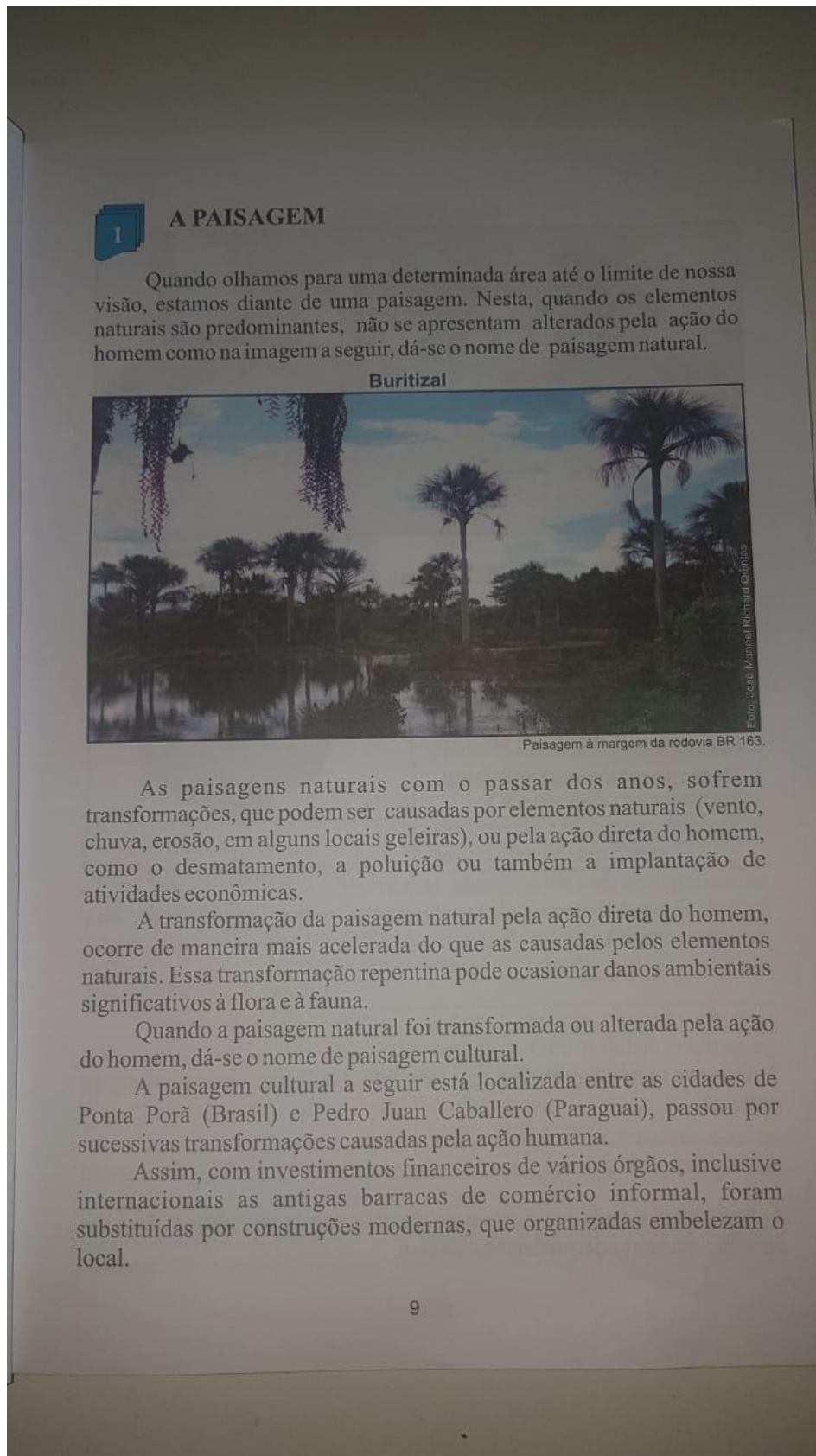
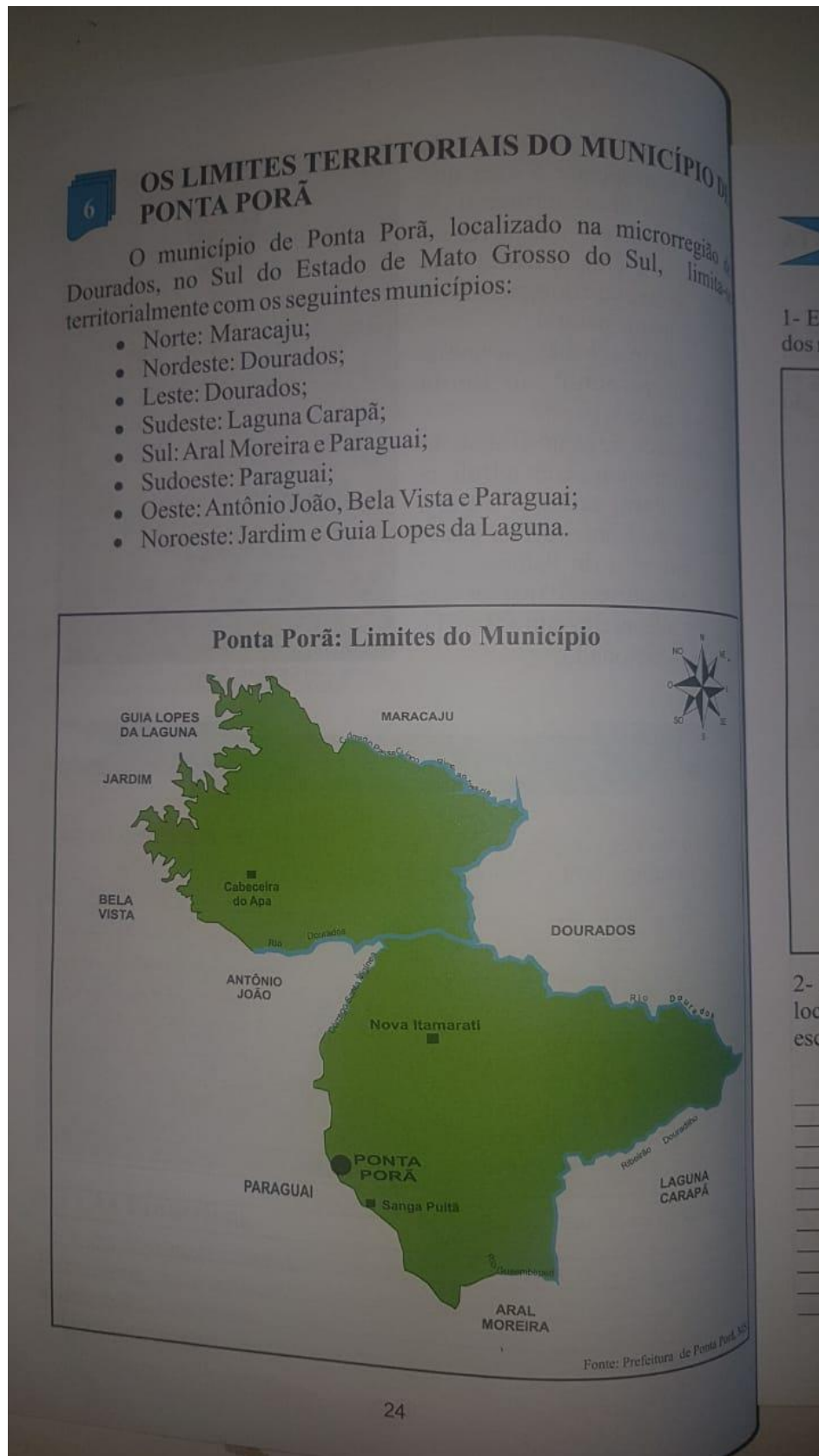


Figura 15: Página do livro utilizado pelo professor de Ponta Porã citando a diferença entre limites, divisas e fronteiras utilizando o próprio município e o estado do Mato Grosso do Sul como exemplo.



Figura 17: Página do livro utilizado pelo professor de Ponta Porã mostrando os limites territoriais do próprio município.



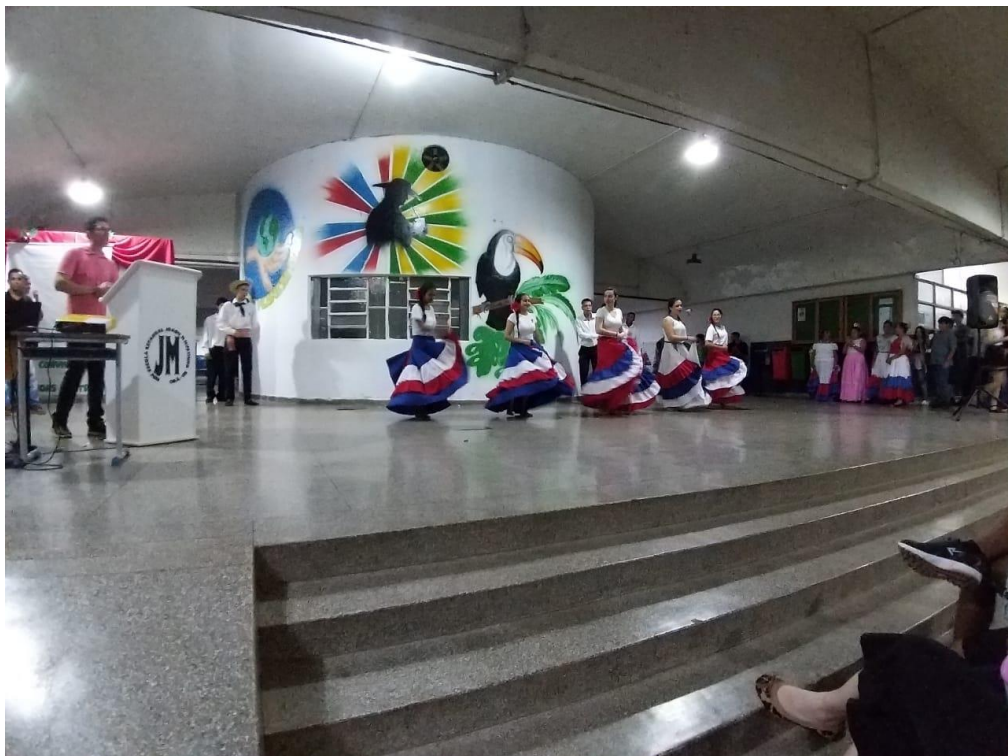
Fonte: Arquivo pessoal do docente de Ponta Porã, 2019.

Figura 18: Abertura do “Projeto Fronteira: Princesinha dos Ervais” com apresentação de dança típica paraguaia realizada pelos alunos da EJA.



Fonte: Arquivo pessoal do docente de Ponta Porã, 2019.

Figura 19: Alunos caracterizados com vestimentas típicas paraguaias dançando em apresentação artística na abertura do “Projeto Fronteira: Princesinha dos Ervais”.



Fonte: Arquivo pessoal do docente de Ponta Porã, 2019.

3.3.3 Lecionando em Ponta Porã – segunda entrevistada

A docente optou por conceder a entrevista respondendo ao questionário por escrito. Como motivos para a não realização da entrevista por chamada de áudio ou vídeo, alegou que sua internet não tinha uma conexão muito rápida e mencionou que necessitaria da ajuda do marido para cuidar do filho pequeno enquanto estivéssemos conversando. O questionário foi encaminhado por e-mail no dia 28/11/2019 e respondido na mesma data. As repostas foram transcritas tais como a professora as enviou, ajustando-se apenas a ortografia.

Pergunta: Fale um pouco sobre sua atuação profissional, onde se formou e em que, há quantos anos leciona, em quantas e quais escolas e para quais níveis (Fundamental e/ou Médio) você dá aula.

Resposta: Sou professora licenciada pela FIP (Faculdade de Ponta Porã) com Mestrado em Geografia pela UFGD. Atuo como professora de Ensino Fundamental e Médio desde abril de 2016 em Escolas Estaduais de Ponta Porã, atualmente atuo somente com Ensino Médio em uma escola estadual.

Pergunta: Há quanto tempo você reside/trabalha nessa cidade? Você nasceu na fronteira? Caso negativo, por qual motivo você reside/trabalha em um município fronteiriço atualmente?

Resposta: “Moro em Ponta Porã há 27 anos. Não nasci em Ponta Porã, vim com os meus pais que já possuíam familiares em Ponta Porã e Dourados.”

Pergunta: Quais materiais didáticos e recursos pedagógicos você utiliza para preparar e ministrar suas aulas? Como você avalia a aprendizagem dos alunos?

Resposta: “Livro didático, mapas impressos, e pesquisa em diversas bibliografias. A aprendizagem é boa, eles se interessam mais quando o assunto é fronteira, faz parte da identidade e cotidiano deles.”

Pergunta: Como você ensina a temática da fronteira em suas aulas? Em quais anos você costuma ensinar este tema?

Resposta: “Utilizando livro didático, textos de pesquisas, e mapas impressos. O tema fronteira faz parte do conteúdo do 7º ano do Ensino Fundamental; do 1º ano do Ensino Médio; e 3º ano do Ensino Médio como Revisão de conteúdo.”

Pergunta: Você acredita que o fato de residir e/ou trabalhar num município fronteiro influencia na sua maneira de ensinar a fronteira internacional? Justifique.

Resposta: *“Sim, o fato de residir e trabalhar em um município fronteiro influencia porque são assuntos vivenciados em nosso dia a dia e faz com que os alunos tenham mais interesse também.”*

Pergunta: O PPP (plano político pedagógico) da escola que você leciona menciona algo relacionado ao ensino da fronteira?

Resposta: *“Sim, menciona trazendo a importância da identidade dos alunos, da particularidade de uma escola da fronteira.”*

3.3.4 Materiais didáticos utilizados

Em relação aos materiais didáticos, a professora enviou fotos de duas páginas do livro (Geografia: espaço e vivência, editora Saraiva) que estava utilizando e que abordam o conteúdo fronteira. A primeira fotografia (Figura 20) é da página do livro didático mostrando o mapa político do Brasil, seus países limítrofes e as anotações pessoais da professora sobre este conteúdo. Na segunda imagem, o tema abordado é sobre soberania, fronteiras terrestres e marítimas, a faixa de fronteira e também as anotações pessoais da professora (Figura 21).

Na conversa prévia ao envio do questionário, realizada pelo WhatsApp, a docente mencionou que também utiliza como fonte de pesquisa para as aulas os conteúdos que estudou para escrever sua dissertação de mestrado. Destaca que, quando pode levar material impresso para a sala de aula, imprime o mapa do grupo Retis¹⁰ (Figura 22) - que utilizou em sua dissertação -, pois segundo ela, nesse mapa é possível visualizar a faixa de fronteira. Complementa que no mapa que consta no livro didático (Figura 20) é possível visualizar o limite fronteiro e afirma “vejo que muitas pessoas não sabem a diferença entre limite e fronteira [...] vejo professores não sabendo.”

¹⁰ O Grupo Retis é um grupo de pesquisa vinculado ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio De Janeiro (UFRJ). Uma das suas áreas de interesse é sobre Limites e Fronteiras Internacionais. Site do grupo: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/#ixzz6r0Uzi420> Acesso em mar. 2021.

Figura 20: Página do livro didático mostrando o mapa político do Brasil, seus países limítrofes e as anotações pessoais da professora sobre o conteúdo.

Brasil: limites e fronteiras

? A escola em que você estuda ocupa um território que, certamente, apresenta limites com as áreas situadas ao redor. Quais são os limites que separam sua escola das áreas do entorno dela? Como estão ocupados os territórios vizinhos à escola? Qual é a diferença entre limite e fronteira?

Assim como existem os limites que circundam sua escola, os países apresentam limites que os separam dos seus vizinhos. Esses **limites** indicam onde termina o território de um país e começa o de outro.

Os limites são estabelecidos, na maioria das vezes, por acordos e tratados entre dois ou mais países. Por meio desses acordos, são criadas linhas imaginárias que podem ser definidas por acidentes geográficos, como rios, lagos, serras e montanhas, ou demarcadas artificialmente por marcos construídos sobre o terreno.

O termo limite é muitas vezes utilizado como sinônimo de fronteira. Contudo, **fronteira** é mais apropriado para designar uma faixa do território de um país que se estende ao longo da linha de limite. Quando parte do território do país é banhada por águas oceânicas, estabelece-se uma faixa que corresponde a sua fronteira marítima.

Fronteiras do território brasileiro

15 719 km (fronteira terrestre)
7 367 km (fronteira marítima)

Fontes: ANUÁRIO Estatístico 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. v. 73. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 nov. 2014. ATLAS geográfico escolar. 6. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. p. 91.

Ver sugestão de atividade e textos complementares no caderno **Orientações ao professor** referentes a esta página.

A tríplice fronteira

A Ponte da Amizade liga as cidades de Foz do Iguaçu, no estado do Paraná, e Ciudad del Este, no Paraguai. A ponte localiza-se sobre o Rio Paraná, limite entre os dois países. Foz do Iguaçu situa-se na faixa de fronteira mais movimentada do nosso país. Nessa cidade, o Brasil limita-se com outro país, além do Paraguai: a Argentina. Todos os dias, centenas de brasileiros, paraguaios e argentinos cruzam os limites de seus países para trabalhar, estudar ou mesmo fazer compras no território vizinho.

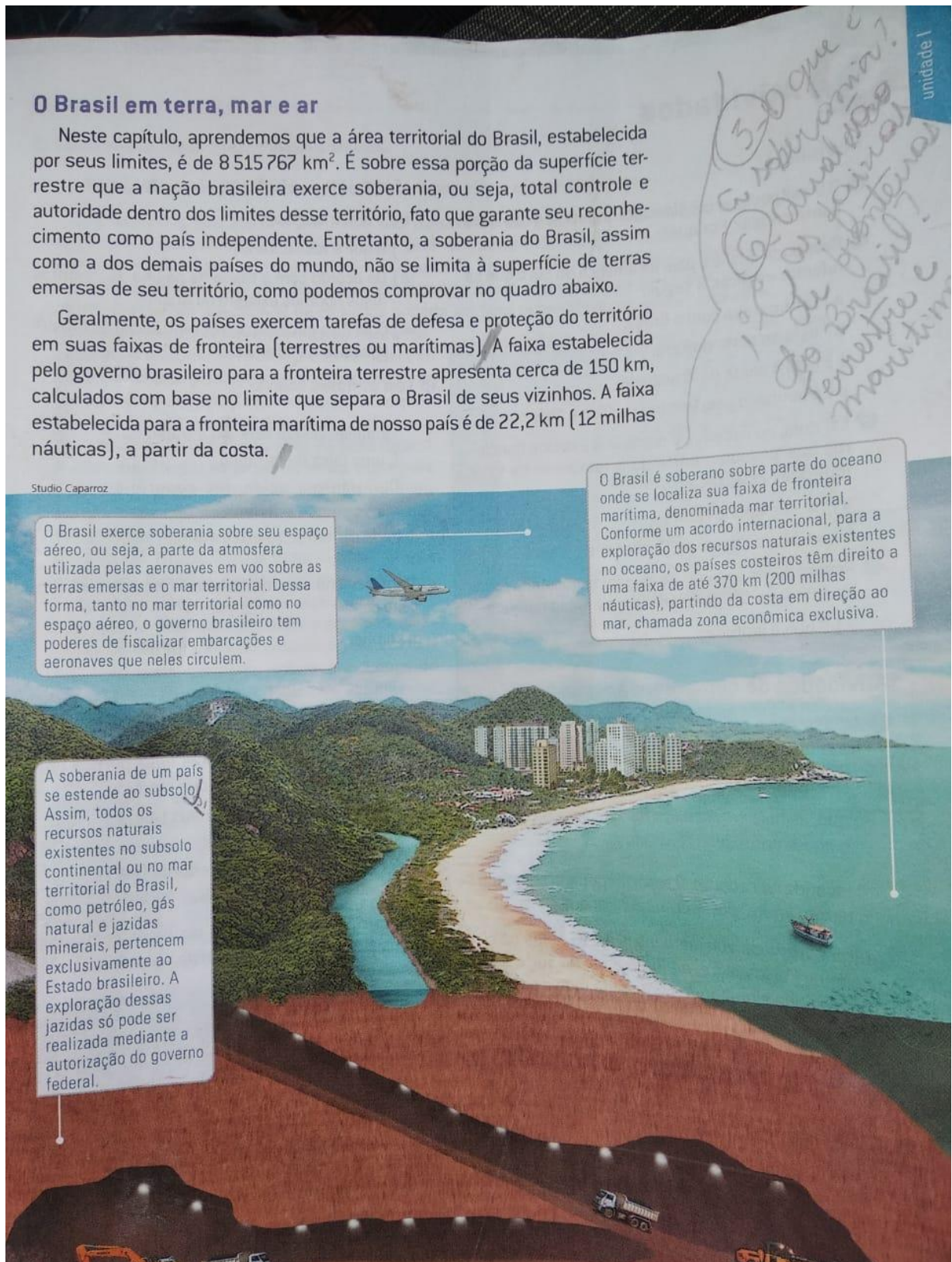
Na foto ao lado, de 2014, Ponte da Amizade sobre o Rio Paraná, principal via de ligação entre o Brasil e o Paraguai.

1. Localize no mapa os países sul-americanos que não se limitam com o Brasil. *Equador, Chile*

2. Compare a extensão da fronteira terrestre com a extensão da fronteira marítima do território brasileiro e calcule sua extensão total.

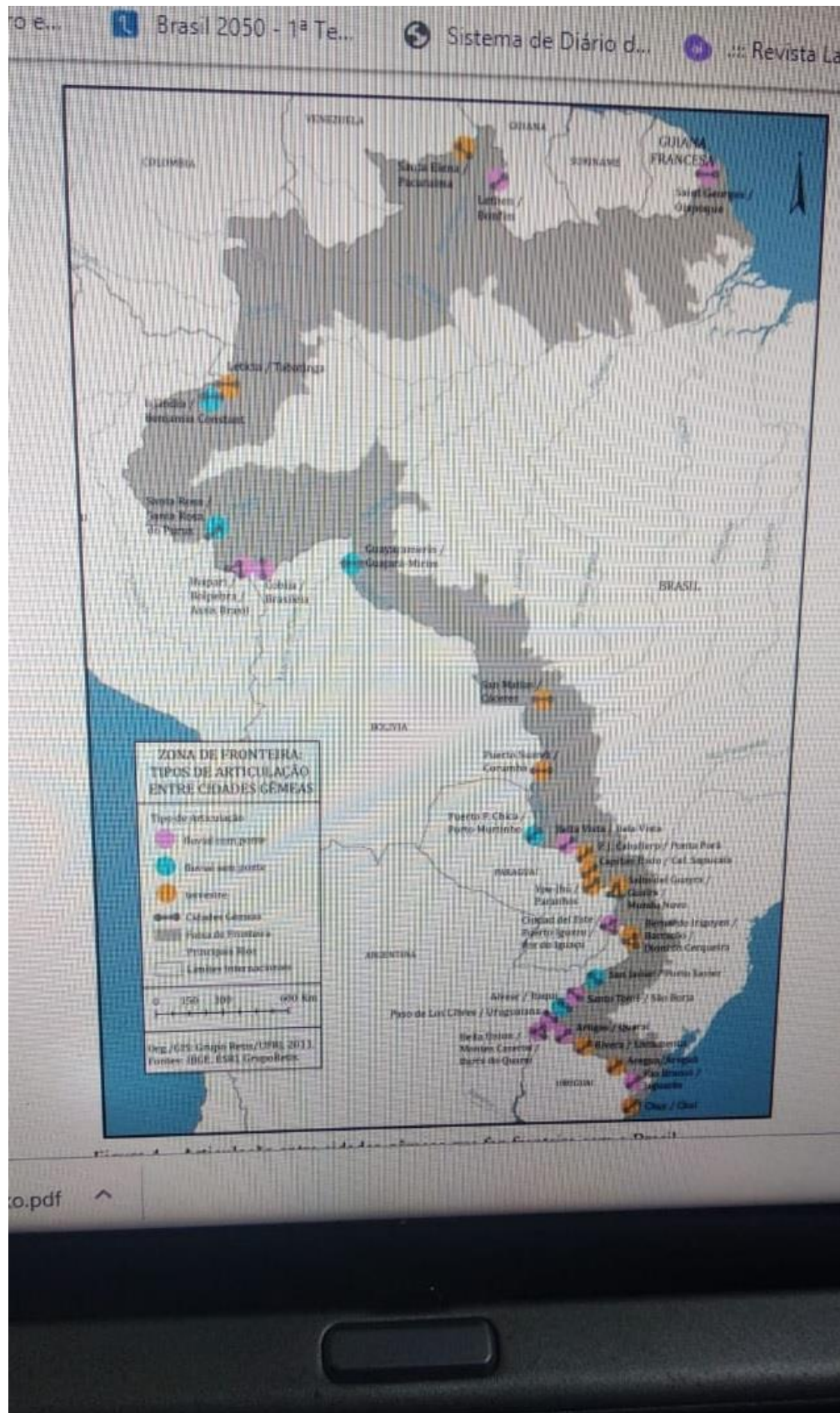
3. Quais pontos marcam o encontro entre as fronteiras marítimas e terrestres do Brasil? Em que estados esses pontos se localizam?

Figura 21: Página do livro didático explicando o que é soberania, fronteiras terrestres e marítimas, a faixa de fronteira e as anotações pessoais da professora de Ponta Porã sobre o conteúdo.



Fonte: Arquivo pessoal da docente de Ponta Porã, 2019.

Figura 22: Fotografia da tela do computador da professora de Ponta Porã mostrando o mapa do Grupo Retis, que ela utilizou em sua dissertação de mestrado e utiliza com os alunos sempre que pode levar mapas impressos.



Fonte: arquivo pessoal da docente de Ponta Porã, 2019.

3.4 Aceguá – RS

Aceguá e Acegua são cidades-gêmeas localizadas na fronteira Brasil-Uruguai. Essa é uma fronteira seca, as duas cidades são pequenas e populacional e economicamente estagnadas. Com base nos dados do Censo do Uruguai de 2011, produzidos pelo Instituto Nacional de Estadística (INE) a população do departamento de Cerro Largo é de 84.698 pessoas. A cidade de Acegua possui 1.511 habitantes. No lado brasileiro, Aceguá possui uma população ligeiramente maior, com 4.394 habitantes, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010a) baseados no Censo de 2010. As projeções para 2019 demonstravam a expectativa de baixo crescimento populacional: 4.901 habitantes.

A área municipal de Aceguá é de 1.551,339 km² e a densidade demográfica da cidade é baixíssima: 2,84 hab./km². Aceguá está distante cerca de 2.500 km de Brasília. Em relação à capital Porto Alegre, a distância é de cerca de 430 km. Acegua no Uruguai tem uma distância semelhante da capital Montevidéu, 450 km. Na região, a maior cidade próxima a Aceguá é Bagé; no lado uruguaio, Melo.

O Censo ainda aponta que em 2017, o salário médio mensal em Aceguá era de 2.5 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 22.6%. Sobre a atividade econômica dessas cidades-gêmeas é possível identificar uma dificuldade para o desenvolvimento econômico. As atividades do setor primário, a agropecuária, têm maior destaque, seguidas pelo comércio e serviços e, por último, a atividade industrial. A presença dos *freeshops* é marcante na região. Segundo Luana Pavani Detoni e Eduardo Rocha:

Em 2006 a instalação das lojas de livre comércio, os *freeshops*, na linha divisória entre Aceguá - BR e Acegua - UY, acabou por aprimorar o comércio brasileiro nas mercadorias mais voltadas ao dia a dia da população, sendo nítida a presença do consumidor uruguaio, em especial quando a relação do câmbio está favorável. Situação observada nos supermercados brasileiros lotados de uruguaio e os produtos anunciados em espanhol. Junto à presença dos *freeshops* também surgiu o comércio ambulante voltado ao artesanato e aos produtos típicos de camelô, como óculos, CDs, DVDs, entre outros acessórios. (2017, p. 11)

A Figura 23 mostra a localização das cidades gêmeas de Aceguá, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil e Acegua, no departamento de Cerro Largo, Uruguai.

Figura 23: Mapa de localização do município de Aceguá – RS e sua fronteira seca com a cidade-gêmea de Acegua, no departamento de Cerro Largo, Uruguai.



Elaborado por Fernando Pires Pinto e Cátia Cilene Pereira Froehlich, 2020.

3.4.1 Lecionando em Aceguá

A entrevista foi concedida através de chamada de áudio pelo WhatsApp no dia 20/03/2020.

A docente entrevistada se formou em licenciatura plena em Geografia pela UNINTER (curso EAD) no ano de 2017. Tem duas pós-graduações, uma em Metodologia no Ensino de Geografia e outra em Educação e suas Tecnologias, essa última concluída em 2019, ambas cursadas também à distância pela UNINTER. Em dezembro de 2018, foi nomeada na rede municipal de ensino de Aceguá, iniciando em fevereiro de 2019, no começo do ano letivo. Foi designada para uma escola de ensino fundamental na zona rural, lecionando para turmas de sexto a nono ano. Em junho de 2019, foi chamada para trabalhar em regime de contrato emergencial no estado para lecionar em uma escola também na zona rural de Aceguá, no distrito

chamado Colônia Nova. Nesta escola, as aulas são multisseriadas, sendo o sexto e o sétimo anos ofertados concomitantemente e o oitavo e nono anos também ofertados na mesma sala, todos no período vespertino. A professora reside no município vizinho de Bagé e se desloca diariamente para trabalhar em Aceguá.

Ela afirma que a cidade é basicamente formada por áreas rurais, e relata haverem no centro urbano apenas duas escolas, uma estadual e outra municipal. Seu vínculo com o município fronteiro de Aceguá é apenas profissional, pois sua residência é em Bagé. A cidade, segundo a professora, “é pacata, pequena e sem muitos atrativos”, contando como principal fonte de lazer e turismo os *free shops*.

Quando iniciou nas redes municipal e estadual, as escolas já estavam utilizando em sala de aula livros didáticos de Geografia escolhidos no ano anterior. Em uma das escolas o livro adotado foi o da coleção “Vontade de saber”, da editora FTD e, na outra, a coleção escolhida foi a “Expedições geográficas”, da editora Moderna. A professora usou o livro como recurso pedagógico do início ao fim do ano letivo. Como instrumentos de avaliação, costuma aplicar provas e solicitar trabalhos em grupo e individuais. O aluno também se auto avalia ao final de cada trimestre, atribuindo a si próprio uma nota por comportamento e motivação em sala de aula. Essa auto avaliação é utilizada pelos professores no somatório final das notas. Acredita não ter cobrado o conteúdo fronteira em nenhuma prova, pois o volume de conteúdo é extenso e ela seleciona aqueles temas que considera mais importantes para cobrar do aluno em uma avaliação.

Relata que, por se tratarem de escolas em zona rural, o acesso à internet é inexistente. Em uma das escolas, o uso do celular pelos alunos dentro do colégio é proibido, dificultando ainda mais utilizar a internet como fonte de pesquisa. Além do livro didático, ela utiliza textos e exercícios impressos (folhinhas) e atividades que envolvam leituras e confecções de mapas, de acordo com o conteúdo que está sendo ministrado para cada ano, por exemplo, mapas do Brasil para o sétimo ano e mapas dos continentes europeu e asiático para o nono ano. Uma das escolas conta com um projetor de slides que precisa ser montado no auditório a cada vez que se deseja utilizar. A professora então prefere não fazer uso dele, pois é trabalhoso montar o equipamento e organizar o ambiente para a utilização. Ela adquiriu um projetor de slides portátil, mas ainda não se familiarizou com a ferramenta e a utilizou

pouquíssimas vezes em sala. Diz que pretende fazer uso de maneira mais constante em aulas futuras.

A professora trabalha a temática da fronteira principalmente no sétimo ano, ao estudarem o território brasileiro e seus vizinhos. Relata que a fronteira para os alunos é algo abstrato, pois não há barreiras físicas separando o território uruguaio do brasileiro. Ao se trabalhar conteúdos como clima, vegetação e economia do RS, a constatação é de que estes acabam sendo idênticos ou muito parecidos com os do vizinho Uruguai, onde predomina o mesmo bioma, as mesmas atividades econômicas, temperaturas e precipitação idênticas, entre outras características similares. O que difere mais significativamente, segundo a professora, é o idioma espanhol, uma das poucas diferenças com o outro lado da fronteira.

Uma surpresa para ela, ao iniciar o trabalho docente em Aceguá, foi ter tido praticamente nenhum contato com o idioma espanhol em sala de aula, pois, como leciona em escolas rurais, mais afastadas do limite fronteiro, os estudantes, em sua maioria, têm ascendência germânica¹¹ e falam o dialeto alemão, sendo este idioma muito mais comum nas escolas em que ela trabalha do que o espanhol. Não há alunos uruguaios nas escolas rurais. Nas escolas mais próximas do limite fronteiro, ela tem conhecimento de que estudam jovens e crianças uruguaias, mas não sabe precisar a quantidade e nem se são moradores do lado brasileiro ou se residem em território uruguaio e que atravessam a fronteira para estudar nas escolas brasileiras. Relata que seus alunos são filhos de colonos de ascendência germânica e que vivem da criação de gado leiteiro, associados à cooperativa agrícola Camal (Cooperativa Agrícola Mista Aceguá LTDA), que beneficia e comercializa o leite produzido pelos agricultores associados.

Questionada sobre se o fato de lecionar em um município fronteiro influencia na sua maneira de ensinar o conteúdo fronteira, a mesma afirma que não. Diz que acredita não existir diferença e, ponderando acerca dos motivos que a fazem crer que não há essa diferenciação, justifica que talvez seja pelo fato das escolas se

¹¹ Esses povos chegaram ao Pampa vindos de Santa Catarina em 1949. Foram 86 famílias de menonitas alemães que fundaram a Colônia Nova, no então distrito de Aceguá (município de Bagé), próximo à fronteira com o Uruguai. Foram em busca de trabalho e novas terras para cultivar. Receberam uma estância de gado de 2.256 hectares e compartimentaram em pequenos lotes, começaram a criação de gado, produção de leite e futuramente criaram uma nova colônia, Pioneira, expandindo a tradição e cultura menonita pelo município (52 Histórias, 2010).

localizarem em área rural, longe do limite fronteiro, contribuindo para que não exista essa percepção cotidiana de que se está em uma fronteira. Atribui como justificativa também o fato de ser iniciante na profissão docente, tendo tido pouquíssima experiência anterior em sala de aula.

Sobre a percepção dos estudantes em viverem em um município fronteiro, ela complementa que o território é contíguo, apenas com uma demarcação visível de que ali está um limite internacional, representada por um marco, contribuindo para que a fronteira passe despercebida no cotidiano dos alunos; segundo ela, “para eles é uma coisa só, não tem diferença”. Relata que há uma aduana entre Bagé e Aceguá, mas que também não tem grande representatividade no cotidiano dos alunos. Pelo fato de a fronteira ser um território contínuo, uma avenida com canteiro central, os moradores não a percebem no dia a dia. Acredita que, para seus alunos, “vai cair a ficha que é outro país mesmo lá em Melo, quem vai mais pra Melo, que é dentro do Uruguai, já é outra cidade. Mas Aceguá mesmo, a divisão delas, são dois países diferentes, eles sabem, mas a rotina é normal pra eles.” Ressalta que os alunos da colônia não vão com tanta frequência para a cidade, “a vida deles é mais no campo mesmo.”

Questionada sobre se no plano político pedagógico (PPP) da escola há algo a respeito sobre a integração entre os países vizinhos e as questões fronteiriças, a professora afirma que sim, que há citações quanto a esta temática, porém o plano foi iniciado em 2019 e não foi finalizado, por dificuldades em se reunirem para a conclusão do documento devido à distância da escola, faltando ainda alguns detalhes para a finalização do mesmo. Recorda de estarem mencionados no texto do plano questões acerca da condição fronteira do município, também da cultura do lugar, que engloba a situação dos moradores indígenas da região, que devem ser trabalhados em sala de aula.

3.4.2 Materiais didáticos utilizados

A docente enviou para a análise fotos de dois livros didáticos que utiliza para ensinar o conteúdo fronteira (“Vontade de saber”, da editora FTD e “Expedições geográficas”, da editora Moderna). O conteúdo abordado nos livros são: definição de limites e fronteiras (Figura 24), diferença entre marcos fronteiriços naturais e artificiais (Figura 25), Mercosul (Figura 26), faixa de fronteira (Figura 27), cidades-gêmeas (Figura 28) e Uruguai (Figura 29).

Figura 24: Página do livro utilizado pela professora de Aceguá abordando limites e fronteiras.



Figura 25: Página do livro didático utilizado pela professora de Aceguá abordando o conteúdo sobre marcos de fronteira.



Figura 26: Página do livro didático utilizado pela professora de Aceguá abordando o conteúdo sobre o Mercosul.

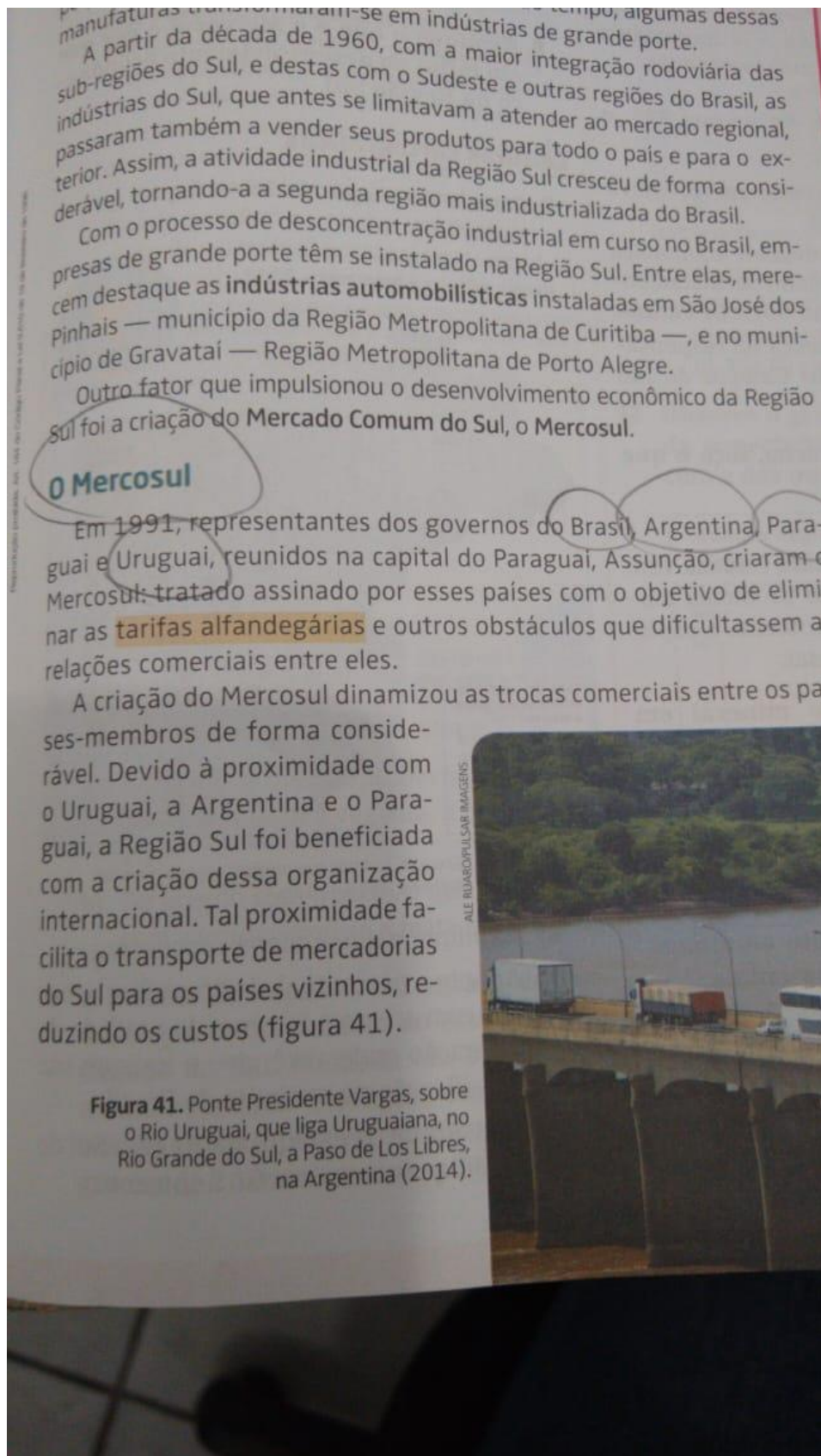


Figura 27: Página do livro didático utilizado pela professora de Aceguá abordando o conteúdo sobre a faixa de fronteira.

Componente curricular
GEOGRAFIA

PERCURSO 31

O Brasil na América do Sul: fronteiras e integração física e energética

1 Faixa de fronteira brasileira

O Brasil faz fronteira com 10 dos 12 países da América do Sul, incluindo a Guiana Francesa. Nos últimos anos, o governo brasileiro ampliou a atenção para a ocupação e a utilização da chamada **faixa de fronteira**, reconhecendo sua importância territorial estratégica diante do processo de integração sul-americano.

A faixa de fronteira brasileira corresponde a uma região que se estende ao longo de 15.719 quilômetros da fronteira terrestre do país. Com 150 quilômetros de largura, essa longa faixa se estende por 11 unidades da federação e 588 municípios, abrigando uma população próxima a 10 milhões de habitantes (figura 6).

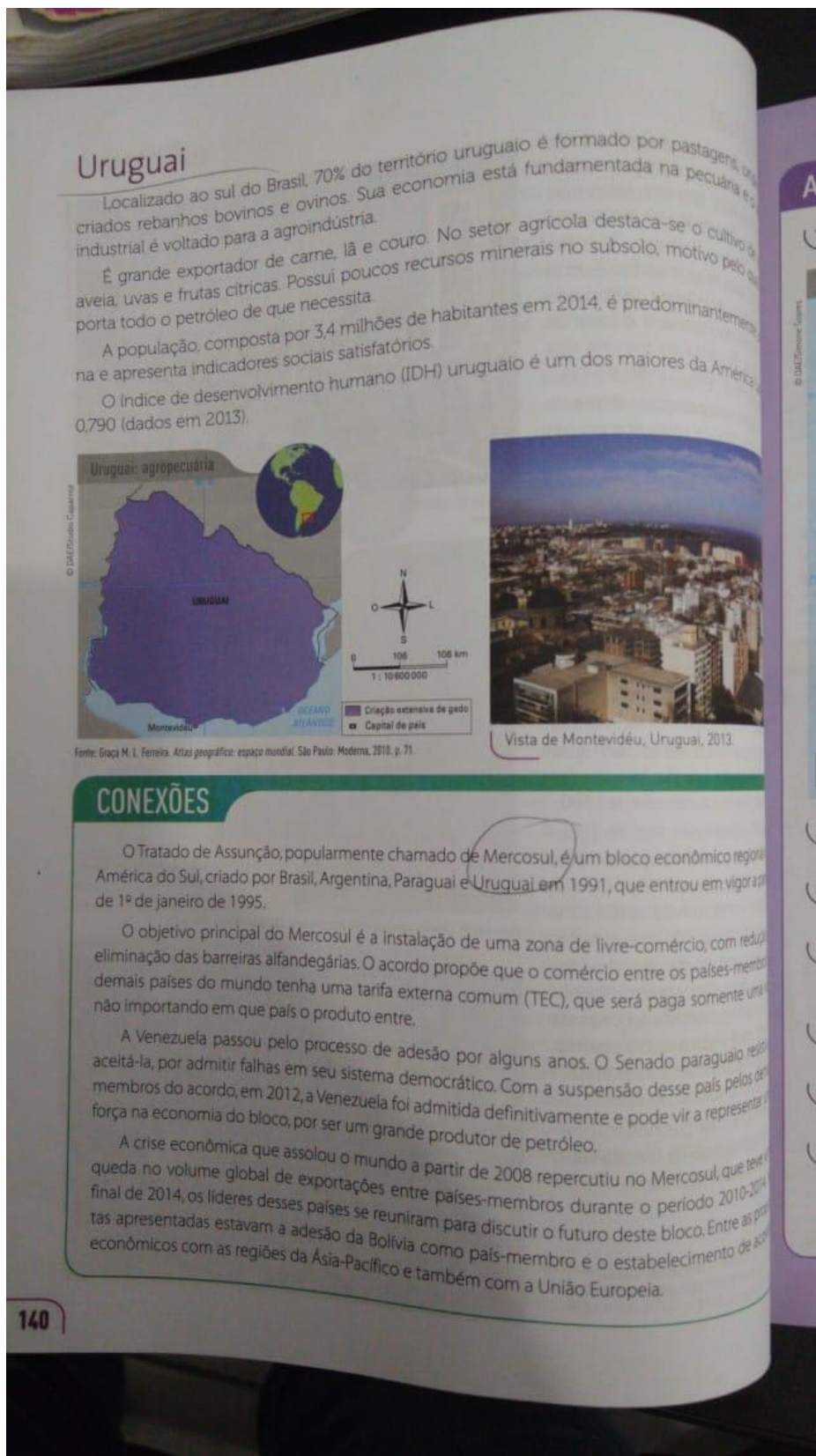
As faixas de fronteira de dois países formam a **zona de fronteira** (figura 7), onde parte expressiva das relações transfronteiriças se estabelece nas chamadas **cidades-gêmeas**.

Brasil: municípios da faixa de fronteira – 2014

Cite dois municípios do estado de Mato Grosso do Sul situados na linha de fronteira com o Paraguai.
Ponta Porã e Porto Murtinho.

Fontes: BRASIL. Ministério da Integração Regional. *Cartilha do programa de desenvolvimento da faixa de fronteira*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2009. p. 13. Disponível em: <www.mi.gov.br/cartilha-pdff>; BRASIL. Ministério da Integração Nacional. "Portaria Nº 125, de 21 de março de 2014". In *Diário Oficial da União – Seção 1*. Nº 56, segunda-feira, 24 de março de 2014. p. 45. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=45&data=24/03/2014>>. Acessos em: 21 Jan. 2015.

Figura 29: Página do livro didático utilizado pela professora de Aceguá abordando o conteúdo sobre o Uruguai.



3.5 Santo Antônio do Sudoeste – PR

Localizado na fronteira Brasil-Argentina, o município paranaense de Santo Antônio do Sudoeste conta com uma população estimada de 20,2 mil habitantes conforme dados do IBGE de 2020. Essa população está distribuída ao longo dos seus 325 km² de extensão sendo ela majoritariamente urbana (mais de 70%) e tendo como vizinha do seu núcleo urbano a cidade argentina de San Antonio, que possui pouco mais de 11,3 mil habitantes conforme censo realizado pelo *Instituto Nacional de Estadística y Censos* (INDEC) em 2010.

Estas duas cidades gêmeas estão divididas por uma fronteira natural, o rio Santo Antônio, caracterizando-a como uma fronteira fluvial onde a população faz a travessia via ponte contendo as respectivas aduanas em cada lado, argentino e brasileiro. A travessia também é realizada por pequenas trilhas em partes onde a mata ciliar foi retirada que, em alguns casos, até mesmo veículos como caminhões e tratores transpassam a fronteira havendo inúmeros produtos que acompanham estas migrações (MARI, 2016).

Santo Antônio do Sudoeste está a cerca de 575 km de distância de Curitiba, capital paranaense, e possui grande importância local visto sua conexão direta com o país vizinho. Também é conhecida, assim como todo sudoeste paranaense, como um importante polo industrial da confecção de roupas, em especial masculinas com mais de 30 empresas situadas no município com mais de 1100 empregados (CEMBRANEL, 2012). Campos e Battisti dão mais detalhes sobre a atividade agrícola local:

Como os demais municípios da região sudoeste do Paraná, Santo Antônio do Sudoeste tem sua economia baseada na atividade agropecuária. A pecuária (criação de suínos) que nos primeiros anos de sua fundação foi o que mais gerou renda para os produtores locais, teve, com o passar dos anos, a companhia das lavouras como principais atividades, abrindo espaço para a produção de grãos (feijão, milho, fumo, trigo e a soja). (CAMPOS; BATTISTI, 2012, p. 3).

A divisa/fronteira foi definitivamente estabelecida em 1898 com o tratado assinado entre Brasil e Argentina pelo Ministro das Relações Exteriores na época, General Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira tendo o rio Santo Antônio como referência. O município começou a se formar em meados dos anos 40 com migrantes agricultores gaúchos e catarinenses com a produção e exportação de erva-mate para a Argentina e se emancipou no início dos anos 1950 (CAMPOS; BATTISTI, 2012). A

Figura 30 mostra a localização da cidade de Santo Antônio do Sudoeste e a sua cidade-gêmea na Argentina, San Antonio.

Figura 30: Mapa de localização de Santo Antônio do Sudoeste – PR e sua cidade-gêmea na Argentina, San Antonio, na província de Misiones.



Elaborado por Fernando Pires Pinto e Cátia Cilene Pereira Froehlich, 2020.

3.5.1 Lecionando em Santo Antônio do Sudoeste

A entrevista com professor de Santo Antônio do Sudoeste foi concedida em 25/03/2020 através de ligação de áudio pelo aplicativo WhatsApp.

O docente iniciou a graduação em licenciatura em Geografia em 2007 e se formou em 2010 na Unioeste de Francisco Beltrão (PR), mas começou a lecionar antes mesmo de se formar, já no segundo ano de graduação, com 21 anos. Diz que cometeu “muitas loucuras” em sala de aula no início de sua atuação profissional. Segundo ele “até hoje a gente comete, mas na época era muito mais”. Atuava como professor substituto na rede estadual do Paraná nos municípios de Santo Antônio do Sudoeste e Pranchita, com contratos que variavam de quinze dias a três meses de

duração. Atuava principalmente na zona rural e, eventualmente, na zona urbana, substituindo professores em licença médica.

A partir de 2010 começou a lecionar como professor titular e não mais como substituto, mas ainda em regime de contratação. Em 2015 foi nomeado em concurso público na rede estadual e passou a lecionar apenas em Santo Antônio do Sudoeste, e segue atuando apenas no município até a data da entrevista. Coursou três especializações, sendo a primeira em Interdisciplinaridade, no ano de 2011, e as demais foram em Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos, ambas cursadas em 2012 pelas Faculdades Celer, de Xaxim - SC.

Atualmente atua em três escolas. Em uma delas leciona Geografia do sexto ao nono ano no ensino regular; na outra escola, que oferta o ensino integral, leciona diversas disciplinas, sendo uma delas denominada Estudo Orientado, onde o foco é auxiliar os alunos do sexto ano do Ensino Fundamental em aprenderem a como estudar melhor e se organizar; na terceira escola, atua na EJA lecionando Geografia para jovens e adultos. Afirma que gosta bastante de atuar com a disciplina de Estudo Orientado. Segundo o professor, alguns de seus alunos vêm da rede municipal e têm dificuldades em se adaptar à quantidade de disciplinas ofertadas, pois são muitas.

Em relação ao seu vínculo com o município, o docente relata que seus avós são imigrantes do RS, da região de Santiago, e foram se estabelecer na cidade há 60 anos. Seus pais nasceram em Santo Antônio do Sudoeste e viveram boa parte da vida no município, optando por se mudarem para o Paraguai depois de casados. O retorno à cidade paranaense ocorreu quando o professor tinha entre 7 e 8 anos de idade, pois seu pai achava que o ensino no Paraguai era pouco qualificado em relação ao brasileiro e, sua maior preocupação, era proporcionar que os filhos tivessem oportunidade de estudar para que não precisassem trabalhar na roça.

Em relação à dinâmica fronteiriça, o professor relata que muitos brasileiros trabalham do lado argentino e vice-versa, utilizando muitas vezes as entradas clandestinas, que eles denominam de piques (contração de picada), ocasionando uma migração pendular desses trabalhadores. Em geral os argentinos trabalham de maneira ilegal em colocações que exigem pouca qualificação profissional, como ajudantes de pedreiro, diaristas e ajudantes na zona rural. A abundante mão-de-obra argentina na região faz com que o salário dos trabalhadores brasileiros fique

desvalorizado e as vagas de trabalho sejam disputadas entre argentinos e brasileiros. Essas situações decorrentes da dinâmica de trabalho da fronteira local são abordadas em sala de aula com seus alunos.

Em relação a circulação de veículos na fronteira, a aduana existente em Santo Antônio do Sudoeste não permite a passagem de caminhões. Já em relação ao comércio, o câmbio das moedas de ambos os países influencia na dinâmica de compras local, pois quando o peso argentino está desvalorizado, os brasileiros fazem suas compras no país vizinho. Lembra que no início dos anos 2000 era o contrário, os argentinos que compravam no Brasil, pois \$ 1,00 valia em torno de R\$ 3,00. Relata que alguns argentinos atravessam a fronteira para fazer turismo do lado brasileiro também.

Outra situação presente na fronteira San Antonio e Santo Antônio do Sudoeste é o contrabando de mercadorias conhecido como chibo. Da Argentina para o Brasil, o principal item contrabandeado são botijões de gás de cozinha, que são mais baratos do lado argentino. Já os vizinhos buscam a carne de frango brasileira, em decorrência da escassez da mercadoria em San Antonio. Relata que antigamente os chibos mais comuns da Argentina para o Brasil eram o de farinha, alpiste e fumo, por se tratar de uma fronteira agrícola. Os chibos ocorrem tanto pelo rio Santo Antônio quanto pela fronteira seca, sempre pelos piques, os pontos de travessias ilegais.

Sobre a integração fronteira, a ponte que liga os dois municípios, Santo Antônio do Sudoeste e San Antonio, só permite a passagem de veículos leves. A aduana do lado brasileiro foi reformada, mas a do lado argentino não. A respeito de atividades festivas com o intuito de promover essa integração entre os dois lados, no dia da independência da Argentina, 9 de julho, é realizada uma partida de futebol simbólica entre as seleções de ambos os municípios, para celebrar os laços entre as cidades-gêmeas. Nesse dia o time brasileiro joga na cidade vizinha e, no dia 07 de setembro, independência do Brasil, é a vez do time de San Antonio jogar do lado brasileiro. Outra data festiva da integração é o Dia da Amizade, onde anualmente é organizada uma feira e eventos na ponte que faz a ligação entre os dois lados da fronteira e seus arredores.

Em relação aos recursos pedagógicos que o docente utiliza como apoio para ministrar suas aulas, ele afirma que procura diversificar entre o uso do livro didático,

materiais preparados em casa, slides, mapas impressos para os alunos usarem em sala de aula, vídeos e notícias retiradas da internet. O conteúdo fronteira é trabalhado no sétimo ano, na abordagem sobre a formação e ocupação territorial do Brasil e, no segundo ano do Ensino Médio, que também trata da formação do território nacional. Disse que procura levar o estudo sobre fronteira para a história local, principalmente sobre a Questão de Palmas¹², pois segundo o docente, é um assunto que dá para exemplificar bem sobre limites e a formação da fronteira.

Relata sobre uma saída de campo que fez em 2017, para visita ao rio Santo Antônio, onde o objetivo era trabalhar matas ciliares e outros assuntos de hidrografia, mas o conteúdo fronteira também foi abordado. Questionado se saídas de campo são um recurso que ele utiliza como ferramenta auxiliar para as aulas, o docente explica que, sempre que possível, gosta de “sair da sala de aula”. Ele e os demais professores gostam de realizar saídas a campo, porém ficam dependentes de recursos, disponibilidade, cronograma, liberação da direção, entre outros. Diz que organizar as saídas de campo se torna “extremamente trabalhoso e burocrático”.

Ao responder a pergunta sobre se o fato de ser fronteiro influencia na sua maneira de ensinar o conteúdo fronteira, o docente reafirma que sim e acrescenta que “acaba sendo muito gostoso, sabe? Você falar algo que você está pisando por cima, sabe? Que está debaixo do seu nariz”. Complementa que sempre procura fazer essa relação “bem intensa” do conteúdo fronteira internacional com a situação fronteiriça dos alunos.

Questionado se o Plano Político Pedagógico (PPP) da escola contempla a questão fronteiriça e o ensino da fronteira, o docente relata que desconhece que exista algo exclusivo sobre estes temas no Plano. Afirma que os assuntos da fronteira internacional “já estão encaixados dentro dos conteúdos de Geografia e História”. Lembra de uma ação da prefeitura para limpeza do rio Santo Antônio, onde

¹² A Questão de Palmas foi uma disputa/litígio fronteiriço entre Brasil e Argentina, no final do século XIX onde ambos países reivindicavam um território de 30.621 km² que abrangia, pelo lado brasileiro, a região oeste dos estados de Santa Catarina e do Paraná e, pelo lado argentino, a Província de Misiones (RADIN & CORAZZA, 2018, p. 135). Esse litígio começou com a Argentina reivindicando este território com base nos Tratados de Madrid, de 1750, e de Santo Ildefonso, de 1777, que estabeleciam as fronteiras entre Portugal e Espanha. Foi resolvida em 1895 depois da decisão do Presidente dos Estados Unidos na época, Groover Cleveland, onde teve o Brasil como vencedor da disputa (RADIN & CORAZZA, 2018, p. 137).

escoteiros da Argentina e alunos do município de Santo Antônio do Sudoeste foram convidados para se encontrarem na ponte internacional para um ato simbólico, com a execução dos hinos nacionais. Mas diz que foi um ato pontual e que desconhece que o município realize eventos culturais com frequência.

Sobre a existência de alunos argentinos estudando do lado brasileiro, o professor diz que nas suas escolas não há. Já filhos de brasileiros que moram em San Antonio e atravessam a fronteira para estudar no Brasil são mais comuns, segundo ele, embora o número não seja expressivo, girando em torno de 1% a 2% dos alunos matriculados. O idioma estrangeiro ensinado atualmente nas escolas é o inglês. Para quem deseja estudar espanhol, o governo paranaense oferece, mediante processo seletivo, aulas noturnas através do Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM)¹³. Mas o docente afirma que há alguns anos, na época em que ele cursou o Ensino Médio, tanto Inglês quanto o Espanhol eram ofertadas como disciplinas obrigatórias

3.5.2 Materiais didáticos utilizados

O professor enviou fotos de páginas do livro didático (Vontade de Saber, editora FTD) que utiliza para lecionar o conteúdo fronteira – a primeira abordando limites e fronteiras (Figuras 31) e a segunda abordando marcos fronteiriços (Figura 32); uma página do caderno de Geografia de um aluno abordando a questão de Palmas (Figura 33); cópia da prova que aplicou no sétimo ano aonde o conteúdo fronteira foi mencionado (Figuras 34 e 35); a recuperação desta mesma prova (Figuras 36 e 37), e fotos de uma saída de campo (Figuras 38 e 39), realizada por ele e demais professores de Geografia do município de Santo Antônio do Sudoeste, onde percorreram um percurso indo da nascente até a foz do rio Santo Antônio. O objetivo da saída de campo era mapearem e coletarem dados sobre o rio Santo Antônio, fronteira natural entre Brasil e Argentina no sudoeste paranaense.

¹³ O Celem é um espaço pedagógico para o ensino de línguas estrangeiras modernas (LEM), português para falantes de outras línguas (Pfol) e Língua Brasileira de Sinais (Libras), com funcionamento nas instituições de ensino da rede estadual de ensino. Disponível em: < <http://www.lem.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=345>> Acesso em fev. 2021.

Figura 31: Página do livro didático utilizado pelo professor de Santo Antônio do Sudoeste abordando o conteúdo fronteira.

As fronteiras

Toda vez que nos referirmos à **fronteira**, estamos mencionando uma faixa, ou seja, uma zona do território, geralmente habitada, que se estende ao longo da linha do limite.

No mapa abaixo estão representados os países que fazem limite com o Brasil. Observe a extensão do limite terrestre, do litoral brasileiro e também a extensão dos limites que o Brasil possui com cada país vizinho.

Brasil: extensão dos limites territoriais

País	Extensão (km)
Peru	2 995 km
Bolívia	3 338 km
Paraguai	1 366 km
Argentina	1 261 km
Uruguai	1 068 km
Guiana Francesa	730 km
Suriname	588 km
Guiana	1 606 km
Venezuela	2 199 km
Colômbia	1 644 km

Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).
Extraído do site: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_2013.pdf>
Acesso em: 1 out. 2014.

1. Qual é mais extenso, a fronteira terrestre ou o litoral brasileiro?
2. Com qual dos países o Brasil possui a fronteira mais extensa?

Na fotografia de 2009, podemos observar o Rio Iguaçu desaguando no Rio Paraná, respectivamente na divisa territorial entre a Argentina, o Paraguai e o Brasil, no município de Foz do Iguaçu, estado do Paraná.

Fonte: Arquivo pessoal do docente de Santo Antônio do Sudoeste, 2020.

Figura 32: Página do livro utilizado pelo professor de Santo Antônio do Sudoeste onde é explicado o que é limite fronteiriço e marcos de fronteira.

Localizando o Brasil

Aproximadamente 93% do território brasileiro está localizado no Hemisfério Sul do planeta. O restante, 7%, está localizado no Hemisfério Norte, ou seja, uma pequena porção do território brasileiro está ao norte da Linha do Equador.

O território brasileiro está inteiramente localizado à oeste do Meridiano de Greenwich, o que faz dele um país pertencente ao Hemisfério Ocidental da Terra.

O planisfério abaixo mostra a localização do Brasil no mundo. Observe-o.

O Brasil no mundo

Fonte: ATLAS geográfico escolar. 6. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. p. 32.

Estádio Milton Corrêa

O Estádio Milton Corrêa, também conhecido como "Zerão", localizado em Macapá, no estado do Amapá, é diferente de qualquer outro estádio. A linha que marca o meio do campo está localizada justamente onde passa a Linha do Equador. Por isso, metade do campo faz parte do Hemisfério Norte e a outra metade, do Hemisfério Sul.

Situado na porção sul do continente americano, o Brasil faz limite com quase todos os países da América do Sul, exceto com Chile e Equador. **Limite** é a linha que determina e separa os domínios de dois ou mais territórios, como de um país, estado ou município, pode ser um **marco natural** (rio, montanha) ou um **marco artificial**, construído pelo ser humano (rua, estrada, obelisco). Os limites podem, ainda, não ter nenhuma marcação, sendo linhas imaginárias.

Os limites também podem ser encontrados por meio de coordenadas geográficas. Nos mapas, os limites são representados por linhas que demarcam a área dos territórios.

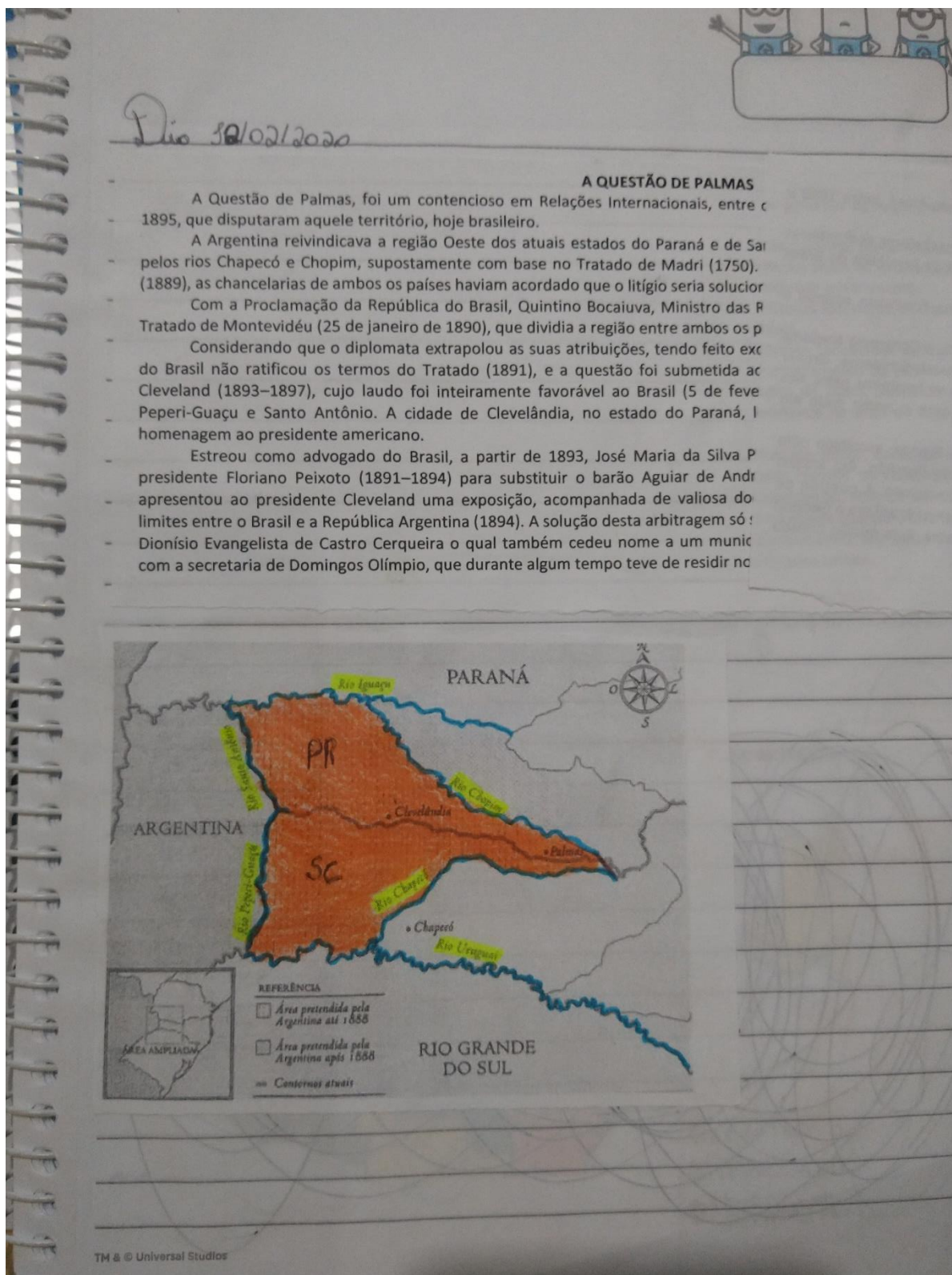
Na fotografia de 2014, podemos observar o obelisco que delimita o limite entre Brasil, Argentina e Paraguai, no município de Foz do Iguaçu, no Paraná.

Obelisco: monumento vertical que tem como forma, geralmente, uma base quadrangular que vai diminuindo até culminar em uma extremidade pontiaguda.

16 ok at

Fonte: Arquivo pessoal do docente de Santo Antônio do Sudoeste, 2020.

Figura 33: Caderno de um aluno contendo texto e mapa para colorir abordando a Questão de Palmas.




Fonte: Arquivo pessoal do docente de Santo Antônio do Sudoeste, 2020.

Figura 34: Prova de Geografia do sétimo ano abordando o conteúdo fronteira.

**AVALIAÇÃO DE GEOGRAFIA – O TERRITÓRIO BRASILEIRO:
FORMAÇÃO E SUA REGIONALIZAÇÃO – PROFESSOR [REDACTED] VALOR 10.00**

NOME: _____ N: _____

1-Observe mapa e escreva o nome dos estados, onde estão os pontos extremos do nosso país: 0.8



PONTOS	PONTO EXTREMO	ESTADO	MARCO NATURAL
A	RORAIMA
B	SUL
C	Ponta do Seixas
D	Serra de Contamana

2- Escreva o nome e as siglas dos estados brasileiros a seguir: 1.0
 ES:.....
 SC:.....
 RN:.....


4- Quais estados que compõem a Região Centro-Oeste e Sul? 0.7
CENTRO-OESTE:
 •
 •

Fonte: Arquivo pessoal do docente de Santo Antônio do Sudoeste, 2020.

Figura 35: Prova de Geografia do sétimo ano abordando o conteúdo fronteira.

Mato Grosso do Sul:
 Pernambuco:
 Acre:
 Tocantins:
 Sergipe:

3- Pinte a Macrorregião SUDESTE do Brasil, e as outras deixem em branco. 0.8



SUL:
 •
 •
 •

7- Explique o que são fronteiras?

6- Quais desses países NÃO fazem fronteiras com o Brasil? 1.2
 Paraguai Bolívia Peru
 Suriname Uruguai Guiana Francesa
 Venezuela Chile Colômbia
 Equador Guiana Argentina

7- Limite é a linha que determina e separa os domínios de dois ou mais territórios, como de um país, estado ou município. Pode ser um **marco**(rios, montanhas, lagos, etc.), ou um **marco** construído pelo ser humano (rua, estrada, obelisco, etc) 0.8

Fonte: Arquivo pessoal do docente de Santo Antônio do Sudoeste, 2020.

Figura 36: Prova de recuperação do sétimo ano abordando o conteúdo fronteira.

RECUPERAÇÃO DE GEOGRAFIA – O TERRITÓRIO BRASILEIRO:
FORMAÇÃO E SUA REGIONALIZAÇÃO – PROFESSOR [REDACTED] VALOR 10,00


NOME: _____ N: _____ ANO: _____

1- Na América do Sul, apenas dois países não têm fronteiras com o Brasil, assinale quais são esses dois países. 1,0
 Suriname Uruguai Guiana Francesa
 Equador Guiana Argentina
 Venezuela Chile Colômbia
 Paraguai Bolívia Peru

2- Escreva o nome e as siglas dos estados brasileiros a seguir: 2,0
 Ceará:
 Piauí:
 Alagoas:
 Bahia:
 Amapá:

 RO:
 AM:
 PB:
 MA:
 MG:

3- Pinte os estados da região SUL do Brasil, e os outros deixem em branco. 0,6



4- Quais estados que compõem a Região Sudeste? 0,4
SUDESTE
 •
 •
 •
 •


5- Marque V para verdadeiro e F para falso nas alternativas a seguir. 2,0
 Limite é a faixa que determina e separa os domínios de dois ou mais territórios.
 Fronteira é a faixa de terras que se estende ao longo do limite, geralmente habitada.
 Rios, montanhas, lagos, podem ser usados como limites de territórios, podemos chamá-los de *marco original*.
 A floresta tropical (mata atlântica), já foi muito alterada e destruída, sendo que restam apenas 57 % da sua área original.
 Ruas, estradas, obelisco, podem ser usados como limites entre territórios, chamamos de *marco artificial*.
 As principais atividades econômicas desenvolvida no primeiro ciclo econômico do Brasil eram a pecuária, pau-brasil e a indústria.
 O extremo **ESTE** do Brasil se localiza no Acre. E seu marco natural é a Serra de Contamana.

Fonte: Arquivo pessoal do docente de Santo Antônio do Sudoeste, 2020.

Figura 37: Prova de recuperação do sétimo ano abordando o conteúdo fronteira.

RO:
 AM:
 PB:
 MA:
 MG:

3- Pinte os estados da região SUL do Brasil, e os outros deixem em branco. 0,6



limites de territórios, podemos chamá-los de *marco original*.
 A floresta tropical (mata atlântica), já foi muito alterada e destruída, sendo que restam apenas 57 % da sua área original.
 Ruas, estradas, obelisco, podem ser usados como limites entre territórios, chamamos de *marco artificial*.
 As principais atividades econômicas desenvolvida no primeiro ciclo econômico do Brasil eram a pecuária, pau-brasil e a indústria.
 O extremo **ESTE** do Brasil se localiza no Acre. E seu marco natural é a Serra de Contamana.
 O extremo **SUL** do Brasil se localiza em Santa Catarina. E seu marco natural é o Arroio Chuí.
 O extremo **NORTE** Brasil se localiza em Roraima. E seu marco natural é o Monte Caburai.
 O extremo **OESTE** do Brasil se localiza no Acre. E seu marco natural é a Serra de Contamana.

6- Quando os portugueses chegaram ao Brasil no século XVI, encontraram vários povos indígenas que há séculos viviam distribuídos por essas terras. Segundo o que estudamos em sala, explique como vivem, atualmente, a grande maioria desses povos. 1,0

Fonte: Arquivo pessoal do docente de Santo Antônio do Sudoeste, 2020.

Figura 38: Fotos presentes no relatório de saída de campo dos professores de Geografia de Santo Antônio do Sudoeste percorrendo o rio Santo Antônio da nascente até a foz (as legendas em vermelho e amarelo nas fotos são originais do arquivo enviado).



Fonte: Printscreen de tela capturado de arquivo em PDF do relatório de saída de campo enviado pelo docente de Santo Antônio do Sudoeste, 2020.

Figura 39: Compilado de fotos presentes no relatório de saída de campo dos professores de Geografia de Santo Antônio do Sudoeste percorrendo o rio Santo Antônio da nascente até a foz (as legendas em vermelho nas fotos são originais do arquivo enviado).



Fonte: Printscreens de tela capturados de arquivo em PDF do relatório de saída de campo enviado pelo docente de Santo Antônio do Sudoeste.

3.6 Oiapoque – AP

O município do Oiapoque está situado na porção mais setentrional do estado do Amapá e é limítrofe com a Guiana Francesa, território ultramarino da França na América do Sul. A população oiapoquense foi estimada em 27. 906 habitantes para o ano de 2020 de acordo com o IBGE. O município é composto pela sede municipal e mais dois distritos, sendo eles Clevelândia do Norte, que é uma área de destacamento militar do exército, e Vila Velha, área onde se situam propriedades agroextrativas (PREFEITURA MUNICIPAL DE OIAPOQUE, c2017 - 2021). Oiapoque conta com uma Unidade de Conservação, o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, criado em 2002, que abrange 40% do território oiapoquense. Além disso, possui ainda em seu território uma boa parte da Floresta Estadual do Amapá – FLOTA, categorizada como Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

A única forma de se chegar a Oiapoque por via terrestre é através da BR 156, que liga o município à capital do estado, Macapá, distante 600 km. Contudo, a rodovia federal não possui pavimentação asfáltica em boa parte de sua extensão, o que provoca sérias dificuldades de deslocamento para se dirigir à Macapá ou a municípios limítrofes. Os atoleiros na via são constantes e comuns na época das chuvas amazônicas. Segundo Almeida e Rauber, “nessa configuração espacial, a região de Oiapoque é constituída muito mais pelas relações transfronteiriças com o Platô das Guianas do que com a área de influência de Macapá.” (ALMEIDA; RAUBER, 2016, p. 476). Logo, o que caracteriza o município na região se deve a distância geográfica dos grandes centros, as vias de acesso em situação precária e sua condição transfronteiriça (ALMEIDA; RAUBER, 2016, p. 476).

Historicamente, a ocupação de Oiapoque se deu em torno da extração do ouro e da árvore *Anibarosaeodora*, conhecida popularmente como pau-rosa, usada para produção de perfumes na França. O garimpo movimentava a economia local e gerava novas demandas de trabalho, tais como a venda de ferramentas, mantimentos, itens pessoais, além da prostituição e do transporte de mercadorias e pessoas para a região; a chamada “economia do garimpo” contribuiu significativamente para o adensamento populacional da cidade. Os migrantes eram oriundos de estados vizinhos como Pará, Ceará e Maranhão, e também das Guianas, Suriname e Caribe. Por muito tempo, apesar do garimpo não ser autorizado no município, a atividade ainda foi uma das maiores responsáveis por atrair migrantes e incrementar a economia na região, originando assim o surgimento de uma elite econômica local (ALMEIDA; RAUBER, 2016, p. 485).

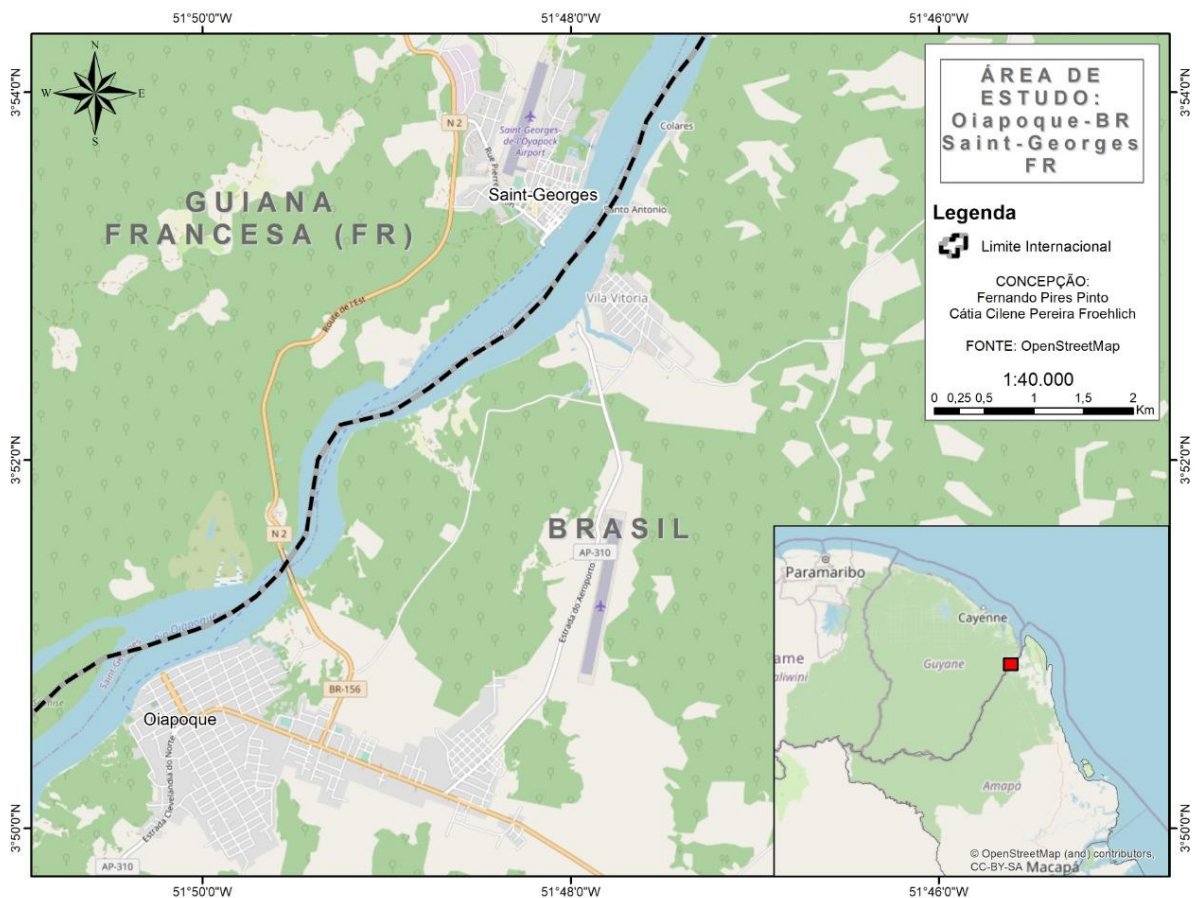
Atualmente, Oiapoque não depende somente da economia do garimpo, cedendo espaço a outra dinâmica espacial e econômica. Segundo Almeida e Rauber

[...] essa nova dinâmica está associada especificamente ao comércio transfronteiriço, com mercadorias locais e regionais, a partir da “economia do euro”, sempre mais valorizado que a moeda brasileira, com a emergência e regularização do setor pesqueiro e com a estruturação dos setores públicos em nível federal que estão associados com a questão estratégica da fronteira. (2016 p.485).

Além do comércio transfronteiriço, outra atividade econômica do município gira entorno da agropecuária, com destaque para fazendas de gado ao longo da BR 156. A arrecadação de impostos municipais é baixa devido à informalidade de boa parte

atividades econômicas, fazendo com o que PIB *per capita* oiapoquense não seja alto, se comparado à capital do estado, Macapá¹⁴. Em 2017, a inauguração da ponte binacional entre o Brasil e a Guiana Francesa, facilitou o transporte e a relação comercial entre os dois lados da fronteira, permitindo uma dinamização do fluxo de mercadorias, principalmente. A Figura 40 mostra o mapa de localização de Oiapoque e sua cidade-gêmea Saint Georges, na Guiana Francesa.

Figura 40: Mapa de localização de Oiapoque – AP e sua cidade-gêmea Saint-Georges, na Guiana Francesa, separadas pela fronteira natural, o rio Oiapoque.



Elaborado por Fernando Pires Pinto e Cátia Cilene Pereira Froehlich, 2020.

3.6.1 Lecionando em Oiapoque

A docente concedeu a entrevista através de troca de mensagens pelo aplicativo WhatsApp em 07/07/20. Ela optou por conversar desta forma pois, alegou que sua internet estava com o sinal fraco no momento e poderia dificultar uma chamada de

¹⁴ Segundo o IBGE, em 2018 o PIB foi de R\$ 16 mil por habitante em Oiapoque e R\$ 22 mil em Macapá (IBGE, 2020).

áudio ou vídeo. Reforçou que a internet estava há dias oscilando na região devido às chuvas constantes. Após esse primeiro contato, a professora respondeu a dúvidas alguns dias depois e, posteriormente, não respondeu mais as mensagens enviadas.

A professora formou-se em 2015 em Licenciatura e Bacharelado em Geografia na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), em Macapá. Após a conclusão da graduação, retornou a Oiapoque para trabalhar e, já no recém instalado campus da UNIFAP do município, cursou as especializações em Geografia e Desenvolvimento Franco – Brasileiro¹⁵. Faz pós graduação em Estudos Amazônicos¹⁶.

A docente informou que pretende fazer a seleção para o mestrado na capital, Macapá, mas fica preocupada com o deslocamento, pois são 12 horas de viagem. Diz que pretende se candidatar ao Programa de Pós Graduação em Geografia, pois depois “fica mais fácil nas provas de títulos”. Seu tema de pesquisa será sobre as relações dos Parques Nacionais de fronteira Tumucumaque e o Parque da Guiana, que se localizam “um de frente para o outro” e segundo a professora, no Parque das Guianas pode se utilizar os recursos naturais e no do Tumucumaque não, o que acaba “provocando confusão”, pois as legislações são diferentes, segundo ela.

A docente nasceu em Santa Inês, no Maranhão, e foi para Oiapoque com sete anos de idade com seus pais. Afirma que “como tenho 21 nos de fronteira, me considero amapaense”. Ela complementa dizendo “sou de família típica de imigrantes”, pois seus pais foram para Oiapoque na década de 90 para vender produtos aos garimpeiros da região e acabaram se estabelecendo na cidade.

Afirma que utiliza livros didáticos, mas que os devolve para a escola no fim do ano. “Eu não tenho nada aqui. Uso coisas de livros e tento exemplificar na nossa vivência. Nós temos um contato direto e intenso com a Guiana, apesar de que nós sofremos xenofobia por parte deles.” Segundo ela, o brasileiro é mal visto na Guiana Francesa. Os livros didáticos que a escola recebe são os que sobram das escolas da capital, Macapá. Só recentemente que a escola onde ela leciona foi registrada no Ministério da Educação (MEC) e passará a receber seus próprios livros.

¹⁵ O nome oficial do curso é Especialização em Geografia em Relações Socioespaciais na fronteira franco-brasileira: ensino e desenvolvimento local, conforme o edital 001/2017-CEGEOFB/UNIFAP.

¹⁶ A professora não retornou o contato para esclarecer aonde cursa a pós-graduação em Estudos Amazônicos.

A escola que leciona não tem projetor de slides e nem Datashow. “Quando quero mostrar coisas, eu levo mapas grandes que a universidade me deu. E levo e ponho no quadro pra eles verem os lugares, as regiões.” Afirma que realiza muitas saídas de campo com os alunos, os levando para a ponte binacional “para mostrar de fato a fronteira”. Complementa que, sempre que pode, leva os alunos para realizar trabalhos de campo em áreas naturais do município. Diz que em 2019 levou uma turma de nono ano ao local conhecido como Pedra do Abacaxi, um ponto turístico que fica a 10 km do centro da cidade (Figura 41). A saída de campo estava prevista como uma aula multidisciplinar da semana do Meio Ambiente. A Pedra do Abacaxi está situada no Platô das Guianas, “uma das regiões mais antigas do planeta”, segundo ela.

O município de Oiapoque possui três escolas estaduais, sendo que uma delas está localizada dentro de uma base militar do exército, que fica a 5 km do centro da cidade. Ela leciona no Ensino Médio e no Ensino Fundamental II regular matutino e vespertino. Leciona em escolas municipais como contratada e é professora desde 2016. Também já deu aula em escolas estaduais, mas seu contrato foi suspenso no começo da pandemia.

No município de Oiapoque as pessoas trabalham em vendas nos comércios, como autônomos e também no funcionalismo público. Quando há chuvas intensas (inverno amazônico), uma parte da BR 156, a estrada que liga a capital Amapá ao município, que não é asfaltada, faz com que os caminhões que estão transportando mantimentos atolem e a comida fique mais cara em Oiapoque. Diz que o Euro circula livremente por lá. Dos 600 km da BR 156, 120 não são asfaltados. Afirma que a obra mais antiga do Brasil é a da BR 156 e que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) iria retomar as obras esse ano (2020), mas adiou devido a pandemia.

Afirma que o estado do Amapá precisa comprar de fora “praticamente tudo”, pois a agricultura familiar é pouco expressiva, sendo grande parte de subsistência e basicamente concentrada na produção de farinha, plantação de melancias e produção de açaí. Relata que boa parte do comércio de Oiapoque é movimentado pelos guianenses que atravessam a fronteira para comprar no Brasil, já que o Euro é aceito na cidade brasileira.

A professora diz que a cidade guianense de Saint Georges fica a 20 minutos de distância de Oiapoque indo de “voadeira”, um barco a motor muito comum na região. Afirma que é mais fácil os guianenses irem a Oiapoque do que o contrário, pois os brasileiros “precisam ter documentos e as pessoas não têm”. Segundo ela, o ouro também movimentava bastante o comércio local, mas que tem diminuído devido as ações policiais tanto do Brasil quanto da Guiana Francesa.

Diz que a ponte binacional deveria conectar ambos os lados da fronteira, mas na prática só serve para separar, pois os brasileiros só passam para o território da Guiana se tiverem as documentações de autorização. Já para os guianenses que desejam ingressar em território brasileiro, basta apresentar o passaporte. Grande parte dos brasileiros que vivem na Guiana o fazem de maneira clandestina. Atravessam a fronteira pelo mato ou pelo oceano em busca de melhores condições de vida e lá vivem escondidos.

Segundo a docente, as cidades guianenses são mais urbanizadas e organizadas e “o Oiapoque é uma fronteira ‘esquecida’”, pois o Governo Federal sabe que a cidade fronteiriça é de importância para a segurança nacional, mas não faz nada em prol do desenvolvimento do município. Relata que “aqui as ruas não são asfaltadas, só algumas do centro, e agora que parou o racionamento de energia, porque implantaram uma pequena plantaçao de placas solares”.

Relata que a instalação da universidade e do Instituto Federal no município são recentes, datam de 2014, e tem uma pressão muito grande para fechar, aonde parte dessa pressão vem dos próprios professores que fazem o concurso para Oiapoque por ser menos concorrido, mas depois querem ser transferidos para outros municípios. Outro argumento para o fechamento, segundo a professora, é porque “é muito gasto para pouco retorno”.

Segundo a professora, a cidade de Oiapoque tem cerca de 25 mil habitantes, sendo o segundo maior município em tamanho territorial e o quarto maior em população no Amapá. Grande parte da população oiapoqueense é composta por indígenas. O município conta com duas terras indígenas – Uaçá e Juminã - com mais de 36 aldeias. “Tem aldeia que você vai pelo rio umas 12 ou 16 horas”, relata a docente. Afirma que o Amapá é o estado com mais áreas de preservação do Brasil, pois as florestas são Unidades de Conservação (UC).

Diz que além da BR 156 ser a via de deslocamento terrestre, há ainda no município uma pista de pouso utilizada pelos militares e para os doentes que precisam ser levados com urgência para tratamento médico na capital, Macapá. Afirma que o trajeto entre Oiapoque e Macapá (600 km de distância) leva de 12 a 24 horas conforme as condições da estrada. No Oiapoque se localizam dois parques nacionais: Tumucumaque e Cabo Orange, sendo o primeiro o maior do Brasil e um dos maiores do mundo. O Cabo Orange é uma UC marinha e “fica bem na pontinha do Amapá, lá em cima.” Diz que no Tumucumaque ocorrem diversos conflitos para extração de ouro, pois têm muitos garimpos na região e as nascentes dos rios Oiapoque e Jari estão lá localizadas.

Sobre o ensino de fronteira, especificamente, a docente diz “eu não sei como intensificar as atividades de fronteira para eles. Eu quero melhorar porque sinto que abordo pouco. Falo de fronteira no contexto geral e sei que deixo passar oportunidades.” Complementa afirmando:

Bom, eu concordo que residir na fronteira influencia o nosso ensinar porque estamos em contato direto. É impossível não falar sobre isso. E nós crescemos com um pensamento equivocado. Por exemplo, falei para eles que ganhar mil euros é a mesma coisa de mil reais. Eles me questionaram, pois mil euros hoje está valendo seis mil reais, o que não tá errado, mas isso só influencia se você mora bem perto do Brasil e consegue trocar o Euro e comprar coisas no Brasil. Agora se tu mora longe no Brasil, o dinheiro não vai aumentar, tu não vai conseguir trocar o Euro em real e comprar as coisas. Falo isso para eles, para refletirem que o euro é muito forte, mas eles só conseguem usufruir se eles residirem perto.

Ainda a respeito do poder de compra que a diferença do valor do Euro e do real tem, a docente diz que isso facilita para os guianenses, que conseguem adquirir imóveis em Oiapoque e até mesmo na capital, Macapá.

Sobre o PPP da escola, afirma que não há nada específico sobre o ensino da fronteira. Diz que a escola que leciona mantém projetos esporádicos de intercâmbio com escolas de Saint-Georges, na Guiana Francesa, para melhorar a interação. Um exemplo citado por ela dessas interações é a data da Independência do Brasil, onde os alunos guianenses são convidados a desfilar com os estudantes brasileiros.

3.6.2 Materiais didáticos utilizados

A professora enviou somente fotografias de uma saída a campo realizada para a Pedra do Abacaxi com alunos do Ensino Fundamental (Figuras 41 e 42).

Figura 41: Saída a campo na Pedra do Abacaxi, em Oiapoque.



Fonte: Arquivo pessoal da docente do Oiapoque, 2020.

Figura 42: Saída de campo no centro de Oiapoque.



Fonte: Arquivo pessoal da docente do Oiapoque, 2020.

3.7 Sant'Ana do Livramento – RS

Sant'Ana do Livramento é um município brasileiro localizado no Rio Grande do Sul com aproximadamente 7 mil km² de área, um dos maiores do estado em extensão ficando atrás apenas de Alegrete. Sua fronteira com o município uruguaio de Rivera, com quase 98 km de extensão, é classificada como seca tendo apenas uma linha imaginária separando as duas cidades, consideradas desta forma cidades gêmeas. Livramento, como é popularmente conhecida, possui população estimada de 76.321 de habitantes conforme dados do IBGE de 2020, enquanto a localidade de Rivera e áreas vizinhas contam com uma população em torno de 64.485 habitantes segundo dados do INE de 2011.

Livramento está a quase 500 km de distância de Porto Alegre, capital do estado o que corresponde a praticamente o outro extremo considerando o eixo leste-oeste. O mesmo acontece com Rivera em relação a Montevideú, com os mesmos 500 km

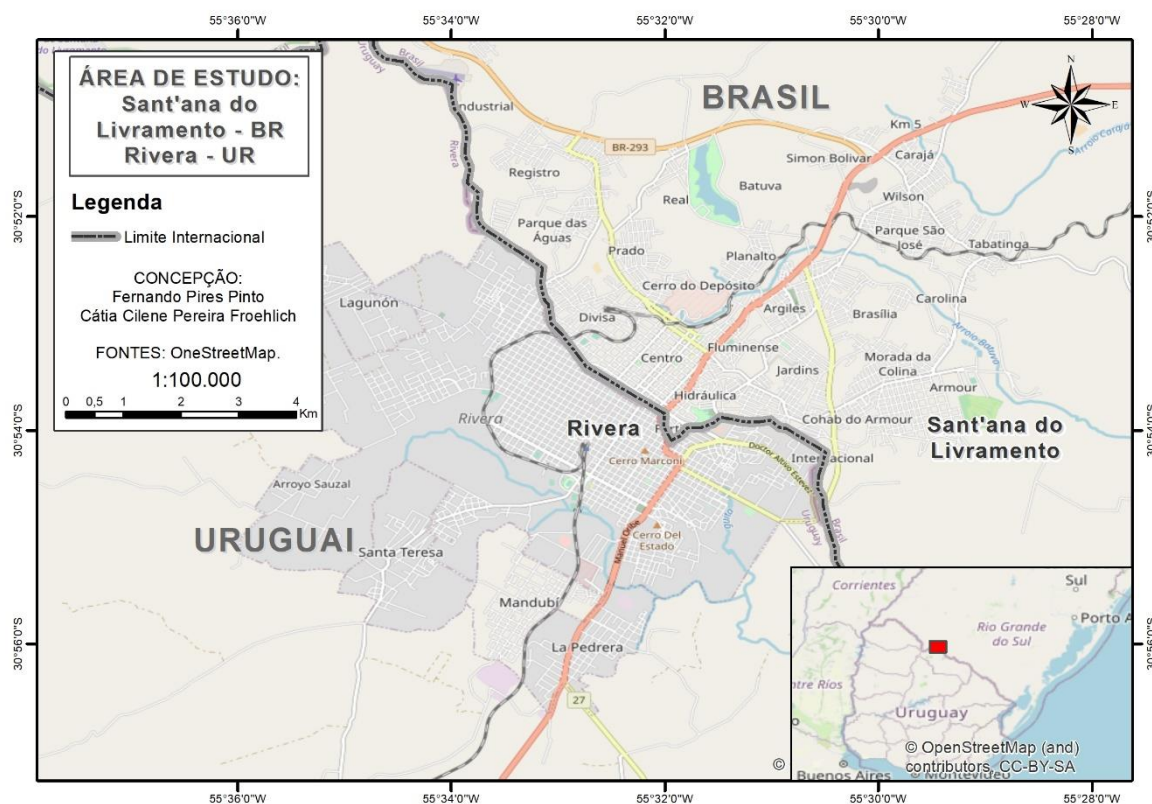
de distância. A fronteira entre estas cidades é autodenominada como “Fronteira da Paz” visto a boa relação que as mesmas mantêm uma com a outra. O “*portunho*” é um dos fatores que unem ambos povos, comum nas regiões fronteiriças entre Brasil e seus vizinhos sul-americanos.

Esta fronteira surgiu como postos militares de controle fronteiriço tanto do lado brasileiro quanto do lado uruguaio em meados do século XIX. Contudo, com o passar do tempo a população foi se estabelecendo nas cidades e criando vínculo uma com a outra onde mesmo hoje não se reconhecem como distintas e sim como similares.

É importante observar a integração viária do tecido urbano de Santana do Livramento e Rivera. A conurbação dos dois núcleos urbanos e o seu adensamento têm levado ao surgimento de questões de mobilidade urbana, entre outros problemas comuns, tratados em nível nacional por programas de desenvolvimento para a Faixa de Fronteira, com especial atenção para as chamadas cidades-gêmeas. (SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2015, p.22).

Rivera e Livramento são conhecidas dentro do estado do Rio Grande do Sul pelos seus *free shops*. A avenida central de Rivera é caracterizada especificamente por grandes lojas de bazar, roupas, eletrodomésticos, perfumaria, produtos coloniais entre outros, além do chamado contrabando formiga, pequenos contrabandistas de pequenas mercadorias como eletrônicos, roupas, acessórios etc. (CUBERLO, 2020). Mas como esta economia dos *free shops* é mais aproveitada do lado uruguaio, Livramento acaba apenas servindo como um posto de passagem para o país vizinho. Desta forma o município tenta tirar proveito desta “condição” e tem nos serviços/comércio (59%) como sua maior contribuição na economia local, seguido pela agropecuária (23,8%), com forte participação da criação de bovinos, aves, cultivo de uva e soja. (SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2015a). A Figura 43 mostra a localização de Sant’Ana do Livramento e sua cidade-gêmea Rivera, no Uruguai.

Figura 43: Mapa de localização de Sant'Ana do Livramento e a fronteira seca com sua cidade-gêmea Rivera, no departamento de mesmo nome, no Uruguai.



Fonte: Elaborado por Fernando Pires Pinto e Cátia Cilene Pereira Froehlich, 2020.

3.7.1 Lecionando em Sant'Ana do Livramento

Entrevista concedida em 31 de julho de 2020. A docente escreveu seu nome completo no começo da primeira resposta, mas como a participação é anônima, a informação foi omitida. As respostas foram transcritas de maneira literal, exatamente como a professora as enviou.

Pergunta: Fale um pouco sobre sua atuação profissional, onde se formou e em que, há quantos anos leciona, em quantas e quais escolas e para quais níveis (Fundamental e/ou Médio) você dá aula. Em qual cidade você atua?

Meu nome é [...], tenho 49 anos aos 18 me formei no magistério comecei dando aulas particulares em casa depois fiz minhas graduações ao longo da minha jornada, sou concursada no estado e no município. Na rede municipal (com carga horária de 20horas) há 24 anos e há 18 anos na rede estadual onde trabalho 40h; minha primeira formação foi Magistério após Estudos Sociais na Urcamp (Universidade da Região da Campanha); Geografia pela UFSM; Pós em Psicopedagogia pela Universidade de Santa Catarina e em Coordenação Pedagógica pela UFRGS (a distância).

Já trabalhei com níveis do Fundamental Anos finais; Ensino Médio e EJA nas duas modalidades Fundamental e Médio. Atualmente na rede municipal sou Coordenadora Pedagógica na Educação Infantil no turno da manhã; no turno da tarde sou vice diretora em uma escola estadual e no turno noturno sou professora de Geografia da EJA do Ensino Médio. A cidade que resido e atuo profissionalmente é em Santana do Livramento/RS.

Pergunta: Há quanto tempo você reside/trabalha nessa cidade? Você nasceu na fronteira? Caso negativo, por qual motivo você reside/trabalha em um município fronteiriço atualmente?

Resposta: *“Resido na fronteira desde que nasci há exatamente 49 anos e iniciei a trabalhar em 1994. Sou natural de Santana do Livramento (BRASIL) cidade que faz fronteira com Rivera (URUGUAI). Trabalho profissionalmente na área da educação desde 1994.”*

Pergunta: Quais materiais didáticos e recursos pedagógicos você utiliza para preparar e ministrar suas aulas? Como você avalia a aprendizagem dos alunos?

Os materiais pedagógicos continuam sendo a utilização de livros, revistas, vídeos, sites, material impresso e concreto quando possível. A aprendizagem dos alunos vou dividir em antes e pós Pandemia: Como antes tínhamos o convívio quase que diário ficava mais fácil avaliar a aprendizagem e buscar sanar as dificuldades dos mesmos, pois ao conhecer o aluno tinha como diagnosticar através das atividades suas dificuldades; atividades essas com textos, interpretações, mapas, etc. Atualmente está muito difícil é muita mudança sem tempo de adaptação para o mundo digital, mas é o que temos e sinceramente vejo como um faz de conta: o professor planeja e faz de conta que o aluno assimilou o conteúdo e o aluno realiza a tarefa, mas faz de conta que aprende.

Pergunta: Como você ensina a temática da fronteira em suas aulas? Em quais anos você costuma ensinar este tema?

Para nós que somos daqui da fronteira essa interação é normal são dois países, mas o convívio se torna natural e recebemos muitos alunos do outro país para terminar seus estudos aqui no Brasil e é normal para nós. Assim como tem muitos alunos brasileiros que estudam em escolas do Uruguai.

Procuro sempre fazer ligação quando falamos em orientação, em localização, em limites, em linha de fronteira. Geralmente é no primeiro ano do Ensino médio e no terceiro ano que os objetos do conhecimento servem para fazer essa ligação.

Pergunta: Você acredita que o fato de residir e/ou trabalhar num município fronteiriço influencia na sua maneira de ensinar a fronteira internacional? Justifique.

Acredito que sim, pois além de conhecer e ensinar sobre fronteira internacional e tudo que está interligado ao assunto tem a parte da vivência o que faz com

que o que se ensina tenha um âmbito real e concreto. Por exemplo, um produto, um local, um marco de fronteira, pode-se ter acesso real com os alunos. Mas também acredito ser muito relativo pois quando se gosta do que se faz o trabalho se torna interessante.

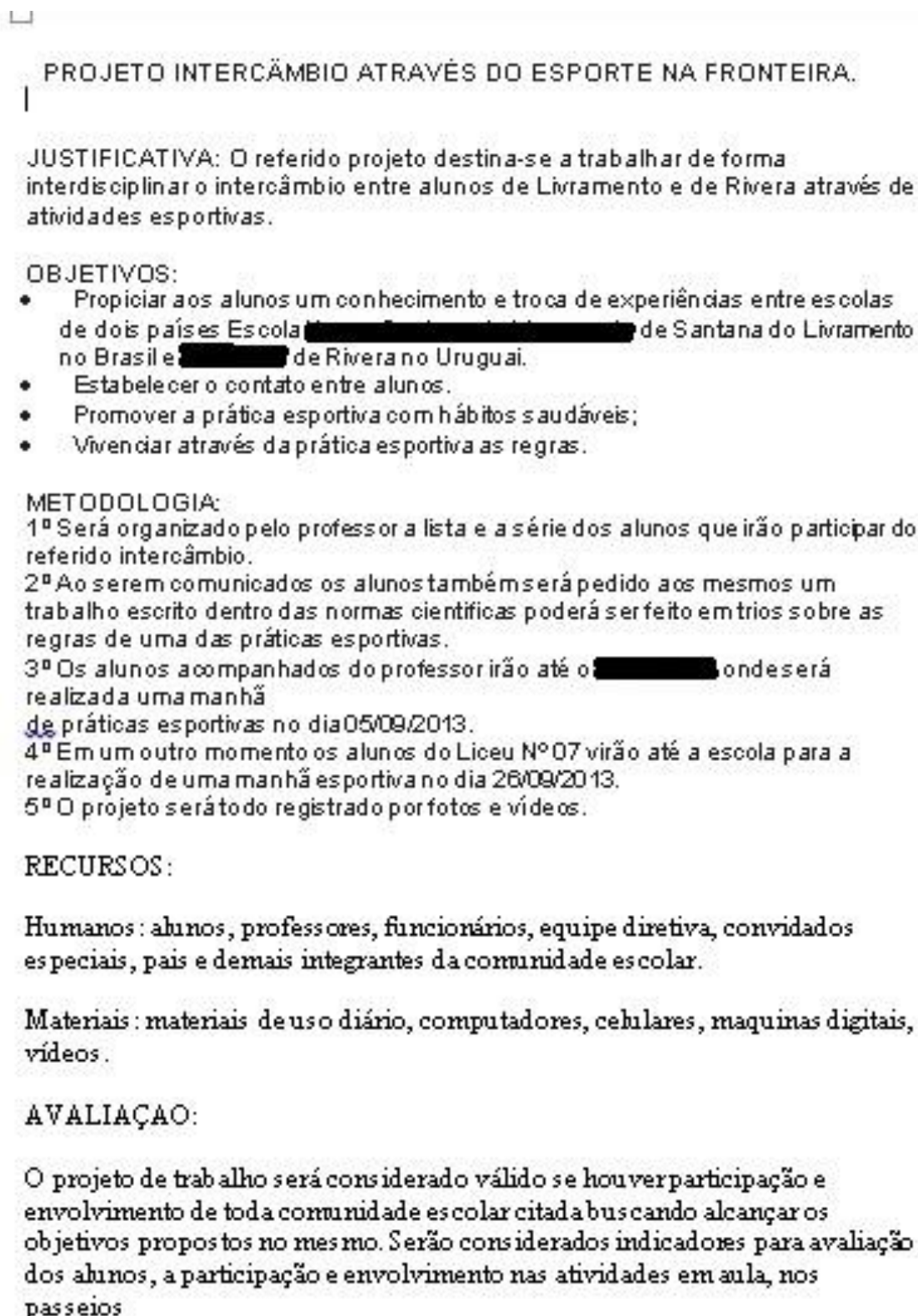
Pergunta: O PPP (plano político pedagógico) da escola que você leciona menciona algo relacionado ao ensino da fronteira?

Resposta: “*O ensino do Espanhol por se localizar em zona de fronteira.*”

3.7.2 Materiais didáticos utilizados

Em relação aos materiais didáticos solicitados, a docente enviou um projeto de intercâmbio esportivo e integração cultural (Figura 44) entre uma das escolas em que leciona com uma escola de Rivera, no Uruguai. Mencionou terem realizado mais projetos semelhantes, porém os arquivos não estavam com ela, e sim na escola, que permanecia fechada em função da pandemia. Foi solicitado à professora que explicasse sobre como o projeto foi desenvolvido e fornecesse mais detalhes, porém a docente não o fez em tempo hábil.

Figura 44: Projeto de intercâmbio esportivo e cultural entre escola de Sant'Ana do Livramento e escola de Rivera.



4 DISCUTINDO TRAJETÓRIAS E AS PRÁTICAS DOS PROFESSORES EM SUAS CONDIÇÕES FRONTEIRIÇAS

Para analisar as falas e informações obtidas nas entrevistas com os docentes, serão analisadas, primeiramente, as respostas fornecidas a cada pergunta do questionário base respondidas pelos professores. Cabe ressaltar, porém, que algumas informações importantes também foram obtidas através da conversa prévia ou posterior à concessão da entrevista propriamente dita. Logo, vale considerar que toda a troca de mensagens entre a pesquisadora e os participantes foram levadas em conta, e não somente a entrevista principal.

Uma questão que se faz relevante mencionar foi a diferença na riqueza de detalhes e quantidade de informações obtidas conforme a maneira de se realizar as entrevistas. As conversas feitas presencialmente com os professores foram as que mais apresentaram desdobramentos e detalhamentos, onde os entrevistados puderam falar até além do que previamente havia sido perguntado. Elaborando um ranking, em segundo lugar ficariam as entrevistas gravadas por áudio, pois também foram muito ricas e proveitosas, com bom aproveitamento, mesmo que a tecnologia deixasse a desejar em alguns momentos, como sinal de internet ruim tanto para a pesquisadora quanto para os pesquisados.

Em terceiro lugar ficaria a conversa por mensagens de texto que, embora não seja uma maneira tão satisfatória de se obter respostas quanto uma conversa falada, ainda assim a troca de mensagens em tempo real foi de melhor aproveitamento do que as respostas escritas com base no questionário enviado. Esta última opção de participação na pesquisa, embora se torne mais prática para o entrevistado, limita as informações em poucas linhas e não se torna tão proveitosa na coleta de detalhes que poderiam ser melhor esmiuçados na conversa falada, com interação em tempo real entre entrevistadora e entrevistados.

Em relação a escolarização e atuação profissional, os professores entrevistados apresentam uma variedade de cursos e especializações nas mais diversas graduações e pós graduações. Todos os participantes atuam em escolas públicas das redes municipais e/ou estaduais. O quadro abaixo mostra as áreas de formação de cada um dos docentes:

Quadro 1: Formação profissional e tempo de magistério dos docentes entrevistados.

Docente	Magistério	Graduação	Pós -graduação lato sensu	Pós graduação stricto sensu	Tempo de atuação profissional no magistério*
Alecrim	-	História (UNIJUI) em andamento	-	-	3 anos
Guajará-Mirim		Pedagogia (UNIR) Administração de empresas (UNIR)	Possui uma	-	19 anos
Ponta Porã Primeiro entrevistado	-	Geografia (FIP) Gestão em Agronegócio (IFMS) em andamento	Possui uma	-	8 anos
Ponta Porã Segunda entrevistada	-	Geografia (FIP)	-	Mestrado em Geografia (UFGD)	3 anos e meio
Santo Antônio do Sudoeste	-	Geografia (UNIOESTE)	Possui três	-	12 anos
Aceguá	-	Geografia (Uninter/EAD)	Possui duas	-	1 ano
Oiapoque	-	Geografia (UNIFAP)	Possui uma	-	4 anos
Sant'Ana do Livramento	Sim	Estudos Sociais (URCAMP) Geografia (UFSM)	Possui duas	-	24 anos

*Tempo de atuação profissional contado até a data da concessão da entrevista.

Quadro elaborado por Cátia Cilene Pereira Froehlich com base nas informações fornecidas pelos entrevistados

Dos oito entrevistados, somente dois não possuem graduação em Geografia. Com exceção do professor de Alecrim, que ainda não havia concluído sua graduação até a data da entrevista, todos os demais professores possuem pós-graduações, sendo as na modalidade lato sensu as predominantes. A área da educação lidera as temáticas das especializações. Somente as docentes do Oiapoque e Ponta Porã (segunda entrevistada) realizaram seus estudos em outras áreas (desenvolvimento regional e saúde na fronteira, respectivamente).

Em relação a vivência na fronteira, quase todos os docentes têm vínculos com as cidades onde lecionam. Com exceção dos professores de Aceguá e Alecrim, que moram em cidades maiores próximas as que trabalham, Bagé e Santa Rosa, respectivamente, os demais residem e atuam profissionalmente no mesmo município. O professor de Alecrim morou alguns anos da adolescência em Sant'Ana do Livramento, logo sua relação com a fronteira sempre foi constante, como ele mesmo destacou em sua fala. Os professores do Oiapoque e de Santo Antônio do Sudoeste são de famílias de migrantes. A primeira oriunda de uma família que migrou para a região com o intuito de vender utensílios para os garimpeiros, e a família do segundo faz parte da leva de gaúchos que saíram do RS em direção ao oeste do Paraná na expansão da fronteira agrícola na década de 1960.

Sobre os recursos e materiais que os docentes utilizam para prepararem suas aulas, o livro didático foi o mais citado entre todos eles. As fotos enviadas foram, majoritariamente, das páginas dos livros utilizados para ensinar o conteúdo fronteira. Apenas os professores de Santo Antônio do Sudoeste e Sant'Ana do Livramento enviaram outras variedades de materiais, como provas e trabalhos realizados abordando a temática da fronteira e um roteiro de projeto esportivo integrado. Fotos de saídas a campo foram enviadas pelos professores de Santo Antônio do Sudoeste e do Oiapoque. O professor de Ponta Porã 1 enviou fotos de uma apresentação cultural em uma das escolas que leciona. Embora não seja um material didático de sala de aula, a confraternização também pode ser interpretada como uma prática pedagógica que auxilia no ensino do conteúdo fronteira. O quadro abaixo mostra os materiais e recursos didáticos utilizados pelos docentes dentro da sala de aula.

Quadro 2: Materiais didáticos utilizados pelos docentes entrevistados.

	Livro Didático	Slides	Saídas a campo	Pesquisa em grupos/ individuais	Trabalhos impressos	Mapas impressos	Ferramentas Digitais como Google Earth e Google Maps	Mapa escolar	Filmes/vídeos
Alecrim	x	x		x					x
Guajará-Mirim	x			x					x
Ponta Porã 1	x		x	x			x		x
Ponta Porã 2	x			x		x			
Santo Antônio do Sudoeste	x	x	x		x	x			x
Aceguá	x				x				
Oiapoque	x		x					x	
Sant'Ana do Livramento	x				x				x

Quadro elaborado por Cátia Cilene Pereira Froehlich com base nas informações fornecidas pelos entrevistados.

A constatação de que todos os docentes entrevistados mencionam utilizarem o livro didático como ferramenta pedagógica é resultado não apenas de uma escolha individual de cada professor, mas sim da ampla produção e distribuição de livros didáticos nas escolas públicas brasileiras, através do Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD). Para Höfling (2003, p. 159), o PNLD é uma “estratégia de apoio à política educacional implementada pelo Estado brasileiro com a perspectiva de suprir uma demanda que adquire caráter obrigatório com a Constituição de 1988”. Essa política nacional se pauta no inciso VII do Artigo 208 da Constituição Federal, onde diz que “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de (...) VII – atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”. (BRASIL, 1988)

Sobre o pedido de envio dos materiais didáticos para se ensinar o conteúdo fronteira, o objetivo não é avaliar as escolhas dos livros dos professores entrevistados e fazer uma análise minuciosa das coleções e volumes por eles utilizados em suas práticas escolares, a ideia é verificar como a fronteira internacional está retratada nestes materiais e se a fronteira que o professor afirma ensinar está em consonância mais com o livro, que vai mostrar majoritariamente o caráter estatal e limítrofe da fronteira, ou com as vivências de um docente fronteiriço, que reside e/ou trabalha na fronteira e a experimenta cotidianamente, bem como seus alunos.

Analisar o conteúdo do livro a respeito de como a temática da fronteira é abordada não seria possível dentro dessa pesquisa e tampouco é seu objetivo, porém, o livro didático denota “as visões e os significados do projeto dominante”, (TONINI, 2003, p. 36), portanto sua importância como um artefato cultural, que se presta ao papel de reforçar valores e estereótipos, sendo muitas vezes o único recurso didático presente nas escolas, não deva ser esquecido. Com isso, não levar em consideração que o livro didático aparece nas respostas dos entrevistados como o material didático mais utilizado, seria negar a importância da política nacional do PNLD, que está cumprindo seu objetivo, mesmo que com algumas lacunas, como mencionou a docente do Oiapoque em seu relato, que é o de democratizar o acesso a recursos didáticos previsto na lei brasileira.

Analisando as páginas dos livros didáticos enviados pelos docentes, podemos afirmar, de maneira geral, que os textos e as imagens contidas nos livros corroboram com a visão hegemônica da fronteira, que privilegia o caráter estatal e de soberania do território. As paisagens e cenários transfronteiriços (FILIZOLA; KOZEL. 2011, p. 18) reforçam o estigma da fronteira como lugar a ser protegido e que necessita da presença do Estado para salvaguardar o território nacional do ilegal, do outro, do que não é bem-vindo (NUNES, 2021, p. 293). Em relação às imagens que acompanham os capítulos abordando fronteiras nos livros didáticos, Nunes reforça que

Muros, cercas e grades são as imagens mais recorrentes nos livros didáticos de Geografia quando se trata de temas ou questões ligadas à ideia de fronteira. As fotografias de muros ou grades existentes em diversos lugares do mundo (com destaque para as da fronteira entre México e Estados Unidos que comparecem em maior número) contribuem significativamente para construir a concepção de fronteira como limite, barreira e contenção. (2021, p. 292).

A faixa de fronteira aparece em uma das imagens presente no livro didático utilizado pela professora de Aceguá (Figura 27) e no mapa elaborado pelo Grupo Retis utilizado pela professora de Ponta Porã 2 (Figura 22). A docente pontaporanense foi a única que mencionou considerar relevante diferenciar fronteira de limite e destacou que utiliza textos que leu em sua pesquisa de mestrado para preparar as suas aulas, demonstrando assim uma preocupação em buscar fontes de informações para além do livro didático utilizado pela escola.

O professor de Ponta Porã 1 enviou fotografias de um livro que ele utiliza e que mostram a própria cidade como foco da questão fronteiriça, exemplificando os temas geográficos, como paisagem, limites e divisas (Figuras 13, 14, 15, 16 e 17). Nesse caso o foco sai do ponto de vista nacional e vai para o local, abordando a realidade específica daquela cidade fronteiriça e da sua relação com a sua cidade-gêmea de Pedro Juan Caballero. A professora de Aceguá foi a única que enviou em suas fotografias uma página do livro que aborda o Uruguai, país limítrofe na sua fronteira e as questões sobre o Mercosul.

Em relação aos anos em que o conteúdo fronteira é ensinado, a resposta majoritária foi o sétimo ano do Ensino Fundamental, onde o estudo da formação e ocupação do território brasileiro está previsto na BNCC no objeto de aprendizagem “Formação territorial do Brasil” e na habilidade EF07GE02 “Analisar a influência dos fluxos econômicos e populacionais na formação socioeconômica e territorial do Brasil,

compreendendo os conflitos e as tensões históricas e contemporâneas” (BRASIL, 2018, p. 387). O primeiro e o terceiro ano do Ensino Médio foram citados também como etapas da escolarização onde o conteúdo fronteira é revisitado para se estudar orientação espacial, localização e o limite fronteiro, embora a BNCC não oriente em qual ano do Ensino Médio o conteúdo deva ser ensinado, ela apenas aponta as habilidades e competências que o aluno deva atingir.

Sobre os métodos para se avaliar a aprendizagem dos alunos, as respostas apontaram para os mais usuais em sala de aula na educação básica, que são as provas, os trabalhos de pesquisa e a participação em aula. Os professores de Alecrim e Aceguá relatam que a participação do aluno é inclusive pontuada no somatório final da nota do estudante. Os demais professores não mencionaram sobre incorporar a participação no cômputo final da nota, subentendendo-se assim que ou esta parte da nota não exista ou seja subjetiva, a critério do professor.

As respostas à pergunta sobre se o fato de serem fronteiros e/ou lecionarem em um município de fronteira influenciaria na sua forma de ensinar o conteúdo fronteira teve resposta majoritária positiva. A única docente que respondeu negativamente foi a professora de Aceguá, que justificou alegando que, pelo fato das escolas em que ela trabalha se localizarem em zona rural, possivelmente, esse fato influenciasse para que a distância com o limite fronteiro, mais perceptível no centro da cidade, onde a fronteira é a avenida principal, não fosse percebida por ela e pelos alunos.

A ausência de elementos que denotem a materialização da fronteira na zona rural, assim como a inexistência de alunos uruguaios, falantes de outro idioma, possivelmente sejam os motivos pelos quais a docente não sinta diferença em lecionar o conteúdo fronteira “estando na fronteira”. Esse fato denota que mesmo estando em um município fronteiro, como Aceguá, a condição fronteira da docente e de seus alunos, inseridos em uma colônia rural, seja diferente do contexto dos alunos e dos professores que estejam localizados na área mais central da cidade, aonde o limite fronteiro é mais visível e perceptível do que no campo.

Os demais docentes afirmaram que ser fronteiro influencia na sua maneira de ensinar a fronteira, pois a percebem no dia a dia, muitos têm alunos residentes dos países limítrofes e/ou descendentes das nacionalidades vizinhas. Algumas das

respostas dadas pelos docentes convergiram para a questão da fluidez e mobilidade fronteiriça ser um facilitador na hora de ensinar o conteúdo fronteira e para os alunos assimilarem o que é uma fronteira internacional.

À exceção do Oiapoque, onde a mobilidade de brasileiros para a Guiana é dificultada pela burocracia, alguns professores fronteiriços alegaram que a facilidade em se cruzar para o outro lado do limite, mostrando assim uma fronteira amistosa e fluida, permite que se faça comparativos com outras dinâmicas fronteiriças, como a fronteira entre México e Estados Unidos, por exemplo. A questão da migração pendular de estrangeiros em território brasileiro para trabalhar, muitas vezes de maneira ilegal, ou estudar, também foi citada como um exemplo da presença da fronteira no cotidiano dos alunos e dos moradores das cidades fronteiriças.

A maioria dos docentes afirmou achar prazeroso ensinar sobre fronteira por estarem falando de suas vivências e da vivência dos alunos e de suas famílias. Para Etta Kralovec (2021, p.143), essa familiaridade do professor com o lugar em que ele vai ensinar, no caso a fronteira, as particularidades desse lugar, as relações socioespaciais e a vida do aluno, que também é fronteiriço e vivência essas singularidades no seu cotidiano, são extremamente importantes. Uma questão levantada é que a fronteira passa despercebida no dia-a-dia, até mesmo as que não são secas, pois o ir e vir é comum para eles, mesmo que a travessia seja para realizar práticas ilegais, como o chibo. A escola então entra com a função de resgatar esse entendimento de diferentes territórios e soberanias, mostrando o caráter estatal e jurisdicional da fronteira e não somente a condição fronteiriça e o cotidiano de se transitar entre dois países sem maiores dificuldades.

Em relação às práticas pedagógicas e ao como ensinar o conteúdo fronteira, a professora do Oiapoque relata que não sabe como abordar melhor o conteúdo em suas aulas. A docente de Sant'Ana do Livramento concedeu a entrevista após alguns meses do início da pandemia de Covid-19, já em um contexto de ensino remoto, e foi a única que mencionou a situação como um fator limitante ao ensino, pelas dificuldades dos alunos em aprenderem à distância.

Sobre os PPP das escolas e da inclusão da temática fronteira no currículo escolar, os professores de Santo Antônio do Sudoeste, Oiapoque e Ponta Porã 1 afirmam desconhecerem a menção da integração fronteiriça ou assuntos relativos à

condição fronteira nos documentos. A docente de Sant'Ana do Livramento mencionou apenas sobre o ensino de espanhol. As professoras de Aceguá e Ponta Porã 2 afirmam que os PPP de suas escolas mencionam a relevância da fronteira, abordando questões como a identidade dos alunos enquanto fronteiriços, as particularidades de uma escola situada em cidade de fronteira, cultura e integração com o país vizinho. Cabe notar que na ocasião das entrevistas dos professores de Alecrim e Guajará-Mirim, a pergunta sobre o PPP da escola não havia ainda sido incluída no questionário, que foi acrescida depois, a fim de complementar a busca por respostas que revelassem como o conteúdo fronteira é ensinado e/ou abordado nas aulas e no ambiente escolar.

Uma resposta que apareceu em mais de um entrevistado foi a de que, mesmo que o PPP da escola ou o currículo escolar não contemplasse o ensino do conteúdo fronteira, ou mesmo a questão da integração cultural com o país vizinho, os professores sentiram necessidade de preencher esta lacuna e abordarem a temática em suas aulas, valorizando a cultura do aluno migrante e as peculiaridades de suas condições fronteiriças. A professora de Guajará-Mirim cita que ainda aguarda a unificação dos currículos brasileiro e boliviano, falando especificamente do caso dela, pois acredita que a unificação facilitaria o ensino e a valorização da cultura do outro. Essa fala vai de encontro ao que sugere Etta Kralovec, quando sugere que o currículo da escola situada em região de fronteira deveria ser binacional, priorizando as particularidades dos modos de vida da fronteira e da identidade dos alunos daquele lugar (2021, p. 143).

Em duas entrevistas a questão da xenofobia foi levantada, nas falas das professoras do Oiapoque e Guajará-Mirim. A primeira destacou o preconceito sofrido pelos brasileiros em relação aos guianenses de uma maneira geral, não só na escola, e a segunda docente enfatizou o desconforto que os alunos bolivianos têm em falar seu idioma de origem no ambiente escolar, pois sofrem bullying por parte dos colegas brasileiros. A professora, inclusive, cita o fato de ter feito aulas de espanhol justamente para tentar se comunicar melhor com estes alunos que ficam marginalizados na sala de aula e na escola, e lamenta que esse preconceito linguístico acabe por fazer com o que o aluno boliviano tenha vergonha de pertencer a uma cultura diferente e, inconscientemente, vá abandonando seus hábitos culturais para se adequar (DORFMAN; FILIZOLA; FÉLIX, 2021, p.14). Essa fala da professora de Guajará-

Mirim, demonstrando o esforço que os docentes fazem para inserir os alunos migrantes na vida escolar e nas aulas, aceitando e respeitando suas diferenças, vai de encontro com o que diz Silva relatando as práticas docentes em Foz do Iguaçu – PR (SILVA, 2021, p. 45-46).

A percepção que se tem ao comparar a forma como o professor ensina o conteúdo fronteira, a importância que ele dá ao tema e as práticas que ele utiliza para trabalhar o conteúdo em sala, é a de que os docentes que são formados em Geografia e que têm mais tempo de magistério conseguem abordar a temática em suas aulas com maior fluidez, levando a questão da fronteira internacional para a vida cotidiana dos alunos e vice-versa.

Outros fatores identificados que colaboram para um melhor ensino da fronteira é a integração fronteiriça com o país vizinho e até mesmo a localidade da escola, ou seja, quanto mais próxima do limite internacional a escola estiver posicionada, maior é a vivência nas práticas cotidianas tanto dos alunos quanto dos professores e isso acaba se refletindo no ensino. Importante destacar também que a trajetória do professor que cresceu em uma cidade de fronteira influencia na sua forma de ensinar o tema fronteira em suas aulas, como demonstram as falas dos docentes de Alecrim, que embora tenha vivido alguns meses da sua adolescência em uma cidade de fronteira seca, afirma ficar fascinado pela condição fronteiriça de seus alunos, que tem o rio Uruguai como referência de “fronteira”, e são em grande parte estudantes que residem na zona rural, diferentemente dele, um habitante de zona urbana um pouco mais distante do limite fronteiriço.

Pensando ainda na questão da trajetória do professor fronteiriço, que cresceu em uma cidade limítrofe com outro país, e traz para suas aulas essa vivência anterior a carreira docente, podemos destacar outro ponto importante identificado na análise das entrevistas, que é o da formação histórica da fronteira de onde fala esse professor. Ponta Porã e Santo Antônio do Sudoeste são municípios com questões históricas envolvendo a Guerra do Paraguai e o litígio de Palmas, por exemplo. Esses conflitos aparecem no ensino como protagonistas na questão da formação territorial, na configuração das fronteiras e como conteúdos relevantes em sala de aula. Ambos professores dessas cidades (Ponta Porã 1) são justamente os que mais afirmam realizarem saídas a campo para mostrar *in loco* aos alunos as materializações no

espaço dos processos que culminaram na formação daquela fronteira, demonstrando assim que a questão regional daquela fronteira se sobrepõe a nacional mostrada pelo livro didático.

A respeito de integração cultural promovida pela escola, podemos citar os exemplos de Ponta Porã 1 e de Sant'Ana do Livramento com seus projetos de valorização da cultura paraguaia, exemplificada pela apresentação de danças típicas do país vizinho (Figuras 18 e 19) e pelo projeto de integração com o vizinho Uruguai através do esporte e também de atividades culturais (Figura 44). Ambos os docentes relataram em conversas posteriores que estas atividades integradoras são comuns em suas escolas. Algo recorrente nas falas dos professores participantes foi a de que em datas cívicas, como a Independência dos países limítrofes, há eventos dentro e fora da escola para celebrar o feriado, com desfiles ou partidas de futebol, por exemplo.

Durante a entrevista com o professor de Santo Antônio do Sudoeste, foi mencionado a ele que um dos entrevistados anteriores havia relatado a respeito de uma atividade cultural com os alunos sobre danças típicas paraguaias que a escola realizava todos os anos, a fim de promover uma valorização da cultura vizinha e acolher os alunos paraguaios que estudavam na instituição. O docente paranaense afirmou que em nenhuma das escolas que ele lecionava havia esse tipo de evento e falou com entusiasmo “você está me dando uma boa ideia”. Atitudes como a que teve o professor de Santo Antônio do Sudoeste reforçam o que dizem Candau e Moreira (*apud* ROSA; NUNES)¹⁷ a respeito do assunto:

A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que está chamada a enfrentar. (2015, p.532)

As saídas de campo, tanto para professores (Figuras 38 e 39), quanto para alunos (Figuras 41 e 42) aparecem como recurso pedagógico nas narrativas dos docentes e que se tornam uma alternativa interessante se bem explorada, levando o aluno a enxergar a paisagem que ele até vê no seu dia-a-dia, mas agora realizando uma análise do espaço com o auxílio do professor, colocando em prática o que ele

¹⁷ CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antônio Flávio. **Educação escolar e cultural**: construindo caminhos. In: Revista Brasileira de Educação. N. 23, mai. ago. (2003).

aprendeu em sala de aula. Mesmo que a ideia inicial da saída de campo não tenha sido estudar o limite em si, a formação da fronteira e as relações fronteiriças acabam permeando o debate, como exemplificou o professor de Ponta Porã 1.

As provas e trabalhos enviados pelo professor de Santo Antônio do Sudoeste mostram que os instrumentos de avaliação elaborados pelo docente reforçam os conteúdos sobre fronteira do livro didático, pensando sempre em demonstrar uma fronteira estatal e como sinônimo de limite. As relações humanas e culturais não foram abordadas na prova, demonstrando que os conteúdos apresentados nos livros didáticos e na BNCC parecem ser mais sólidos, mais ratificados, sendo assim os que irão prevalecer em um instrumento de avaliação formal. Nos trabalhos, a formação histórica da fronteira local é protagonista, como ele havia mencionado na entrevista, afirmando que sempre faz questão de abordar o litígio de Palmas e a solução para ele, ao qual deu origem a fronteira como é hoje na região oeste do Paraná e de Santa Catarina.

Os materiais didáticos fornecidos pelos docentes participantes da pesquisa deixam claro que as imagens presentes nos livros didáticos reforçam o caráter estatal da fronteira, com os monumentos e objetos que indicam haver ali um limite interrompendo um território nacional, demonstrando uma ruptura (NUNES, 2021, p. 292). Segundo Bendo¹⁸ “[...] o livro didático em si, traz a diversidade [...], mas não trabalha o diferente. Ele aborda em termos de fronteira física, nem um momento, ele traz outro tipo de fronteira, ele traz a imagem, mas da fronteira física” (BENDO *apud* FRASSON e SCHLOSSLER, 2014, p. 93). Com isso, Frasson e Scholossler (*idem*, p. 93) ratificam que “ao trazer o conteúdo necessário ao entendimento de outras fronteiras, sem abordagem contundente e crítica, o livro didático cumprirá a função hegemônica da escola, como instituição necessária ao funcionamento da sociedade capitalista de produção”, contradizendo a experiência do aluno, que enxerga a fronteira como lugar, não somente como território.

Os currículos escolares reproduzem a visão dominante da fronteira, reforçando seu caráter estatal e separatista, estereotipado e centrado nas relações burocráticas, demonstradas pelas imagens presentes nos livros didáticos. Tal constatação não

¹⁸ BENDO, Sebastiana Lopes de Miranda. Entrevista concedida a autora. Santa Teresinha de Itaipu – PR, nov. 2012.

exprime surpresa, haja vista que “[...] a diversidade das fronteiras concretas é constantemente ofuscada pela eloquência dos discursos nacionais, que as práticas fronteiriças frequentemente se afastam das normas nacionais, não sendo por elas descritas e que a fronteira apresenta dinâmicas aceleradas”. (DORFMAN, 2013, p.7)

A presença da visão puramente estatal e a ausência de representações da fronteira vivida e da condição fronteiriça de seus moradores nos currículos escolares é citada também por Carvalho quando diz que

O sentido mais representativo para o termo “fronteira” é aquele que o associa ao Estado-nação. A fronteira enquanto traço marcado sobre um território e visível no mapa geográfico constitui o signo em torno do qual se estrutura a representação dominante do mundo. O mapa-múndi que estamos habituados a ver nas escolas, nas universidades, nos livros mais elementares de história, veicula uma imagem do planeta repartido em unidades políticas que comumente chamamos de “Estados”. A nossa percepção sobre ele parece estar presa a estes arquétipos que dão forma à sociedade de Estados, cada um dos quais defendendo sua bandeira, seu território e, conseqüentemente, sua fronteira. Dificilmente reproduz-se a imagem do mundo em suas variadas comunidades étnicas, linguísticas ou religiosas, por exemplo. Acostumamo-nos a ver, a pensar e agir no mundo tendo como referência a sua configuração estatal. A fronteira é determinante para esta visão de mundo, pois, sem ela, não há Estados. (CARVALHO¹⁹ *apud* ROSA; NUNES. 2015, p. 533)

Quando o currículo escolar reitera insistentemente a visão hegemônica de fronteira, essa visão passará a fazer parte do senso comum. Sobre esse fato, Gandim e Lima, citando Michael Apple dizem que

O senso comum é, ao mesmo tempo, a naturalização de determinadas ideias de grupos hegemônicos – os interesses desses grupos, através do senso comum, deixam de ser vistos como dominantes e passam a ser entendidos como naturais, como essenciais na vida prática – e também é a base com a qual as ideias hegemônicas precisam estar conectadas. (GANDIM; LIMA. 2016, p. 658)

A escola então acaba por tornar-se a reprodutora da visão dominante através dos currículos escolares e da forma como lida com o diferente, com o outro, pois para ser válido e inculcado no cotidiano das pessoas, esse discurso hegemônico precisa ser constantemente repetido e reiterado. Com isso “as políticas educacionais [...] precisam ser entendidas como um campo no qual as disputas hegemônicas se fazem presentes”. (GANDIM; LIMA. 2016, p. 657)

¹⁹ CARVALHO, Evandro Menezes de. A fronteira no direito e os direitos sem fronteiras. In: BARCELLOS, Marilda de Araújo; SCHULER, Fernando (Orgs.) Fronteiras arte e pensamento na época do multiculturalismo. Porto Alegre: Sulina, 2006, p. 57-71.

Complementando a ideia de a instituição escola ser uma reprodutora da visão dominante, com pouca ou nenhuma autonomia no processo de decisão sobre o currículo escolar, Dorfman, Filizola e Félix afirmam que

Empreender a leitura da escola nessa perspectiva nos faz retomar as relações que se instituíram entre o Estado e a educação. No Brasil, mas não apenas nele, é notória a centralização e a concentração administrativa da ação educativa. Trata-se, portanto, de relações verticalizadas, rigidamente hierarquizadas. O currículo enquanto elemento central da ação educacional tem sido, historicamente, imposto de cima. (2021, p. 18).

As políticas educacionais pensadas nos centros de decisão de poder, visando reproduzir e reforçar a imagem de uma fronteira como limite, como uma ruptura territorial pura e simplesmente não dão conta de explicar e retratar as relações humanas existentes na fronteira, no cotidiano, na condição fronteiriça de seus moradores. A Base Nacional Comum Curricular não é suficientemente ampla a ponto de atingir o objetivo de contemplar a diversidade brasileira, em todos os seus aspectos.

Por estas constatações, fica claro que há a necessidade se criarem políticas públicas educacionais que visem atender às necessidades das comunidades que estão na fronteira, com isso, podendo minimizar aspectos desfavoráveis como a defasagem no índice de aprendizagem. Pois, o que vimos em nossa pesquisa de campo é que estas escolas continuam trabalhando com um modelo pensado e organizado de forma a atender apenas um lado da fronteira, o lado brasileiro, e para adequar estas escolas à sua realidade cultural diversa é preciso reconstruir as diretrizes curriculares específicas para a fronteira. Reforçando esta constatação, Silva afirma que

A construção de um currículo nacional sempre será um território em disputa, pois, mesmo que haja a participação e contribuição dos movimentos sociais, educadores, instituições e demais interessados, sempre haverá o sentimento de negligência a uma determinada peculiaridade de grupos, regiões etc. [...] Algumas indagações emergem: os conhecimentos produzidos sócio-histórico-cultural cientificamente sobre as fronteiras são de interesse apenas dos cidadãos nascidos, dos que as conhecem, dos que estão na fronteira? Se grande parte da construção de uma base nacional curricular circula nos centros do país, como colocar as fronteiras na agenda nacional? Se consideramos as fronteiras, no plural, como fator de interculturalidade sem priorizar esta ou aquela região? Será que os conhecimentos sobre as fronteiras ficarão a cargo da parte diversificada do currículo? Que contribuições as histórias, as culturas, as artes, as ciências, a comunicação oral e escrita, os pensamentos, as atitudes, o passado, o presente e os anseios do futuro que borbulham também nas fronteiras, têm para que o Brasil conheça os “brasis”? A partir dessas, podemos elaborar várias outras perguntas – talvez, sem muitas respostas, mas com provocações pertinentes. (2016, p. 144-145)

Ao se constatar que o currículo nacional e os documentos normativos são pensados para serem modelo em um país da extensão continental como o Brasil, não contemplando diferenças e singularidades regionais daquele lugar na fronteira, fica evidente que as políticas para a educação precisam ser formuladas nas escalas regional e local, e não somente na nacional (AMARAL. 2016, p. 35). A autora salienta que

A variedade de desafios obedece à construção histórica local, nas disputas por territórios, na formação das sociedades. Nestes ambientes poderão ser concebidos programas e projetos que contem com o apoio do governo central, mas que envolvam diretamente os atores sociais locais, que conhecem esta realidade própria e complexa, e que podem formular, com auxílio de metodologias e estratégias participativas, novas iniciativas, novas percepções e epistemologias.

A escola de fronteira não só reproduz o discurso hegemônico quando adota um currículo que não privilegia o local, mas sim o nacional, mas também quando age como braço do Estado no controle da comunidade escolar (SILVA, 2021, p.42), exemplificado pela situação relatada pela professora de Guajará-Mirim, que afirmou que muitos dos pais dos alunos de sua escola são ilegais e indocumentados, o que acaba tornando dificultosa a participação desses pais na vida escolar do filho, deixando de frequentar reuniões por medo de serem descobertos pelas autoridades.

Outro ponto importante é a afirmação de que não há preocupação por parte da escola em se ter controle de quantos alunos são efetivamente estrangeiros ou filhos de pais brasileiros morando no país vizinho, como exemplificou o professor de Santo Antônio do Sudoeste. Esse desinteresse mostra claramente uma despreocupação com a identidade do aluno migrante, que nem sempre vai ser contemplado por políticas escolares mais voltadas para ele, devendo ele se adaptar ao ensino brasileiro e não o contrário.

Faz-se necessário então levar em conta nas políticas escolares as particularidades do objeto geográfico fronteira, inserindo-as nas narrativas do currículo escolar, bem como nos materiais didáticos e nas práticas de sala de aula, a questão humana da fronteira, as trocas culturais e as vivências de seus habitantes, as condições fronteiriças particulares de cada fronteira, os modos de vida e o respeito pelo outro, pelo diferente, combatendo estereótipos e preconceitos. É na resistência ao discurso hegemônico que se constroem alternativas e caminhos para se pensar além do senso comum e da ideia dominante que é imposta como se fosse a única

forma de se pensar e agir sobre algo, nesse caso a fronteira, extensa, diversificada e rica de singularidades nesse país²⁰.

²⁰ Como exemplo de política educacional local para se ensinar a fronteira vivida e experienciada pelo aluno, podemos citar o livro paradidático “Um olhar fronteiriço: História e Geografia”, escritos por Mirta Mabel Escovar Torraca Silva e Jonas Ariel Cantaluppi de Souza, de Ponta Porã, voltado para o terceiro ano do Ensino Fundamental.
SILVA, Mirta. M. E. T.; SOUZA, Jonas A. C. **Um Olhar Fronteiriço: História e Geografia**, 3º Ano Fundamental. 1. ed. Campo Grande: Alvorada, 2020. v. 1. 124p.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma como o professor fronteiriço vai lecionar o conteúdo fronteira privilegia algumas condicionantes, como foi demonstrado no decorrer da pesquisa. As condicionantes postas seriam o currículo escolar e as particularidades do lugar, da vivência fronteiriça e a trajetória pedagógica do docente. O professor fronteiriço que experiencia no seu dia a dia essa singularidade de morar em uma cidade localizada no limite internacional, vai ensinar a fronteira que ele e seus alunos conheçam, mesmo que reitere a visão hegemônica de fronteira, utilizando livros didáticos que reforcem o entendimento de fronteira como limite e área controlada pelo Estado.

Como vimos, o currículo escolar adotado em todo o território nacional é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) desde 2018. Os objetivos do documento é o de elencar competências e habilidades que o aluno deva alcançar durante sua escolarização básica. A BNCC pretende ser um documento norteador, porém sem esquecer as singularidades regionais, como se apresenta.

Mesmo que com essa pretensão abrangente, que não ignora as singularidades de cada região, o documento normativo não dá conta de privilegiar a vivência local, as relações socioespaciais próprias das cidades fronteiriças. Ademais, reforça uma visão de fronteira estatal e como sinônimo de limite apenas. A construção de um ensino mais posicionado e localizado acaba recaindo sobre os docentes, que dada as peculiaridades de seu local de vivência e trabalho, a fronteira, necessitam adequar suas práticas escolares para contemplar, mesmo que minimamente a sua própria condição fronteiriça e a de seus alunos.

Por condição fronteiriça cabe salientar que não há uma apenas, e sim múltiplas, que variam conforme a vivência que o docente mantém com a fronteira que ele trabalha, pois quanto mais próximo ao limite fronteiriço, mais perceptível ele se torna para professor e alunos, maiores suas práticas e relações com o lugar, e isso acabe por refletir na forma como o docente vai ensinar o conteúdo fronteira em suas aulas.

Fica evidente também que os materiais pedagógicos fornecido pelo Estado, como os livros didáticos ofertados às escolas, contribuem para reforçar o caráter hegemônico de visão de fronteira, sempre centrada na nacionalização, na burocracia e nas relações comerciais e econômicas desse objeto geográfico. As relações

humanas de trocas e vivências culturais, a personalidade da vida na fronteira não aparecem nesses materiais vindo dos grandes centros, pensados e planejados para atender todo o vasto território nacional de maneira uniforme. A imagem da fronteira como limite e barreira presente nos livros didáticos deveria ser criticada por quem está fora do Norte Global, pois os migrantes que são barrados por essa fronteira vigiada e fortificada somos nós, logo esta visão estereotipada e vinculada unicamente ao poder estatal que essa fronteira transmite não deveria ser reforçada reiteradamente, mas sim evitada e combatida.

Com isso podemos entender que as práticas docentes reflitam esta dualidade da percepção da fronteira, e que o caráter territorial/estatal da mesma irá influenciar e direcionar o currículo escolar, demonstrado nas páginas de livros utilizados pelos professores e nos trabalhos elaborados por eles. A integração sociocultural, muito presente em lugares de fronteira, aparece em momentos pontuais como comemorações de datas cívicas e projetos que as escolas elaboram para promover algum tipo de integração.

Fica claro com essa pesquisa que as políticas nacionais para educação, como a BNCC e os livros didáticos ofertados as escolas, não dão conta de explicar e mostrar a dinâmica da fronteira, suas peculiaridades e modos de vida de maneira satisfatória. As políticas para o ensino de e na fronteira necessitariam ser fomentadas e discutidas em menor escala, como a regional e a local. Os estados da Federação que proporcionam aos professores e as escolas a infraestrutura e o apoio necessários para uma ensino de melhor qualidade, conseguem gerar resultados mais satisfatórios e visíveis no que tange ao ensino de e na fronteira. Caberia aqui examinar melhor este tema posteriormente, em um trabalho futuro.

A integração com o país vizinho, a localização da escola, o tempo de magistério, o apoio pedagógico e a infraestrutura escolar são condicionantes importantes para se proporcionar um ensino que privilegie a condição fronteira e as particularidades do modo de vida da fronteira. Porém as condicionantes de maior relevância que precedem as demais, são sem dúvida as políticas públicas voltadas para o ensino nos estados e municípios, pois cabe a estes entes a responsabilidade de fomentar a produção de políticas educacionais voltadas para suas particularidades

regionais e territoriais, que majoritariamente ficam a cargo dos entes administrativos federais.

Esta pesquisa mostrou que os professores, a ponta do sistema educacional, são, na maioria das vezes, os principais agentes responsáveis pela gerência, interesse e prática das atividades escolares que promovam o ensino de uma fronteira plural e humanizada. Mesmo com todas as adversidades decorrentes da falta de infraestrutura das escolas, da ausência de estabilidade no emprego, dos salários precários e defasados em boa parte do território, da omissão do poder público em fomentar políticas educacionais satisfatórias que atendam com qualidade o ensino nas escolas, reforçado pela situação atual da pandemia de Covid-19, que trouxe novos enfrentamentos no fazer docente, tornando-o ainda mais desafiador, ainda assim o professor resiste e luta pela valorização da sua profissão, que é a última a ser reconhecida, na maioria das vezes, por quem deveria reconhecê-la como essencial e imprescindível para qualquer sociedade e em qualquer lugar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Carina Santos de; RAUBER, Alexandre Luiz. **Oiapoque, aqui começa o Brasil: a fronteira em construção e os desafios do Desenvolvimento Regional**. Redes - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 1, janeiro-abril, 2017.

AMARAL, Joana de B. **Apontamentos sobre políticas educacionais e as fronteiras brasileiras**. Revista GeoPantanal, UFMS/AGB. Corumbá/MS, n. 21, p. 23-38, jul/dez, 2016.

BOHRER, Marcos; ROCKENBACH, Igor Armindo; KAERCHER Nestor André. Dimensões docentes em instituições federais na fronteira. *In*: DORFMAN, Adriana; FILIZOLA, Roberto; FÉLIX, Julian M. (Orgs.) **Ensinando Fronteiras**. Porto Alegre: Diadorim Editora, 2021.

BOLIGIAN, Levon. **A transposição didática do conceito de território no ensino de Geografia**. Dissertação (Mestrado) Rio Claro: Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2003. 148p

BOLIGIAN, Levon [et al]. **Geografia: espaço e vivência, 7º ano**. 5ª edição. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm> Acesso em fev. 2021

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014- 2023 e dá outras providências**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm> Acesso em fev. 2021

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. **Programa de desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Proposta de Reestruturação

do programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: mar., 2020.

BUENAS DICAS. Comidas típicas da Bolívia. 24 de mar. 2019. Disponível em: <<https://www.buenasdicas.com/comidas-tipicas-bolivia-3052/>> Acesso em abr. 2021.

BUTTNER, Anne. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. *In*: CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1985.

CAMPOS, Elisandra A; BATTISTI, Max N. C. **As Transformações Agrícolas no Município de Santo Antônio Do Sudoeste-Paraná**. XXI Encontro Nacional de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1149_1.pdf>. Acesso em 31 mar. 2021.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus, 1998.

CEMBRANEL, Adir S. **A indústria de confecção do vestuário do Sudoeste do Paraná: acidentes e doenças de trabalho**. 112 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Parana, Francisco Beltrão, 2012.

CUBERLO, Maria M. **Rivera–Santana do Livramento: Regulamentação da Cannabis na “Fronteira da Paz”**. *Universidad de la República*, Montevideo. Uruguai. Espaço Aberto, Brasil, 2020 v.10, n.1, jan/jun, pp. 69-81.

DELLORE, César B. **Araribá mais: Geografia**. São Paulo: Moderna, 2018. 1ª edição

DETONI, Luana Pavan; ROCHA, Eduardo. **Cartografia das Cidades Pequenas: o caso de Aceguá/BR e Acegua/UY**. XVII ENAPUR, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%206/ST%206.9/ST%206.9-04.pdf> Acesso em: mar. de 2020.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICAS, ENCUESTAS Y CENSOS. Censo Económico Nacional 2011. Republica del Paraguay, 2011.

DORFMAN, Adriana. **A cultura do contrabando e a fronteira como um lugar de memória.** *Estudios Historicos* (CDHRP), Rivera-URY, n. 1, mai., 2009.

_____. A condição fronteiriça diante da securitização das fronteiras do Brasil. *In: NASCIMENTO, Jadson P. R. Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa da Amazônia.* Belém: EDUFPA, 2013.

DORFMAN, Adriana (org.). **Territórios e lugares da Região Metropolitana de Porto Alegre.** Porto Alegre: Letra 1, 2015

DORFMAN, Adriana; FILIZOLA, Roberto; FÉLIX, Julian M. (Orgs.) **Ensinando Fronteiras.** Porto Alegre: Diadorim Editora, 2021.

FERNANDES, Maria J. da S. A Geografia como Disciplina Escolar: Breve Trajetória. *In: TEZANI, Thaís C. R. (Org.) Currículo comum para o ensino fundamental municipal de Bauru.* Bauru: Faculdade de Ciências/UNESP, 2013. pp. 153-157.

FERRARI, Maristela. **As noções de fronteira em Geografia.** *Revista Perspectiva Geográfica, UNIOESTE, v.9, n.10, 2014.* Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/download/10161/7550>>. Acesso em maio 2020.

FILIZOLA, Roberto; KOZEL, Salete. **Território e fronteira: novas perspectivas para o ensino de Geografia Política.** *Revista Geográfica de América Central. Número Especial EGAL, 2011 - Costa Rica II Semestre 2011, pp. 1-20.*

FRASSON, Margareth; SCHLOSSLER, Marli T. S. **Concepções e percepções de fronteiras dos Professores da Educação Básica revelada por meio da foto-resposta (Extremo Oeste do Paraná - 2012).** *Geografia Ensino & Pesquisa, v. 18, n. 2, maio/ago. 2014.*

GANDIM, Luís A; LIMA, Iana G. de. **A perspectiva de Michael Apple para os estudos das políticas educacionais.** *Educ. Pesqui., São Paulo, v. 42, n. 3, jul./set. 2016, p. 651-664.*

GERHARDT, Milton C. **Educação, Resistência e Organização: Projeto De Construção de Barragem Hidroelétrica no Rio Uruguai No Município de Alecrim/RS.**

2019 Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências, Unijuí. Ijuí, 2019.

HOFLING, E.M. **Notas para a discussão quanto à implementação de programas de governo:** em foco o Programa Nacional do Livro Didático. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v.21, n.70, abr.2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302000000100009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em:

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Aceguá, Rio Grande do Sul.** Brasil, 2010a.

_____. Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Alecrim, Rio Grande do Sul.** Brasil, 2010b.

_____. Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Guajará-Mirim, Rondônia.** Brasil, 2010c.

_____. Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Oiapoque, Amapá.** Brasil, 2010d.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Ponta Porã, Mato Grosso do Sul.** Brasil, 2010e.

_____. Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Santana do Livramento, Rio Grande do Sul.** Brasil, 2010f.

_____. Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Santo Antônio do Sudoeste, Paraná.** Brasil, 2010g.

INE. Instituto Nacional de Estadística. **Censos.** Uruguay, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS – Argentina. **Censo.** 2010. Disponível em: <<https://www.indec.gob.ar/indec/web/Nivel4-Tema-2-41-135>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA – Bolívia. **Censo.** 2012. Disponível em: <<https://www.ine.gob.bo/index.php/guayaramerin-posee-vocacion-ganadera-y-forestal/>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Unidades de Conservação (UCs) e Terras Indígenas (TIs)**. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/pt-br#pesquisa>>. Acesso em 31 mar. 2021.

KRALOVEC, Etta. Formação binacional de professores: o caso da fronteira do Arizona. *In*: DORFMAN, Adriana; FILIZOLA, Roberto; FÉLIX, Julian M. (Orgs.) **Ensinando Fronteiras**. Porto Alegre: Diadorim Editora, 2021.

LACOSTE, Yves. **A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1989.

LARA-VALENCIA, Francisco; FURNISH, Daniel. *La frontera como pedagogía: enseñando y aprendiendo acerca de fronteras remotas*. *In*: DORFMAN, Adriana; FILIZOLA, Roberto; FÉLIX, Julian M. (Orgs.) **Ensinando Fronteiras**. Porto Alegre: Diadorim Editora, 2021.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, Elizabeth. **Base Nacional Comum para currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem?** Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 133, p. 891-908, out.-dez., 2015.

MACHADO, Lia O. Limites, fronteiras, redes. *In*: STROHAECKER, Tânia M. et al. (org.). **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB-Porto Alegre, 1998, p.41-49. Disponível em: <<http://retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/1998-Limites-fronteiras-redes-LOM.pdf>>. Acesso em jun. 2020.

MARI, Marilce A. **Santo Antonio do Sudoeste no Brasil e San Antonio na Argentina: identidade e identificações**. 2016. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2016

MENDES, Eliziane L.; DOS SANTOS, Zuila G. C. **O Lugar do Imigrante Boliviano em Guajará-Mirim (RO), Fronteira do Brasil com a Bolívia**. Revista Presença Geográfica, v.6, n.1, 2019. pp. 119-131.

MORAES, Lourival M. de; OLIVEIRA NETO, Antônio F. de. Conflitos e possibilidades: a realidade escolar num contexto fronteiro. *In*: COSTA, Gustavo V. L. da; OLIVEIRA,

Marco Aurélio M. de; SIQUEIRA, Kiase M. (Orgs.) **Fronteiras: conflitos, integração e políticas públicas**. Campo Grande: Editora UFMS, 2011. pp. 61-76.

NOVAES, André R. **Fronteiras Mapeadas. Geografia Imaginativa das Fronteiras Sul-Americanas na Cartografia da Imprensa Brasileira**. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO/PPGG. 2010. Tese.

NUNES, Flaviana G. Entre imagens e palavras: fronteira (s) e educação geográfica. *In*: DORFMAN, Adriana; FILIZOLA, Roberto; FÉLIX, Julian M. (Orgs.) **Ensinando Fronteiras**. Porto Alegre: Diadorim Editora, 2021.

OIAPOQUE (AP). Edital número 001/2017. [Processo Seletivo para o Curso de Especialização em Geografia em Relações Socioespaciais na Fronteira Franco-brasileira: Ensino e Desenvolvimento Local]. **Oiapoque**: CEGEOFB/UNIFAP. Oiapoque, 14 de junho de 2017. Disponível em: <<http://www.unifap.br/editais/edital-n-001-2017-curso-de-especializacao-em-geografia-em-relacoes-socioespaciais-na-fronteira-franco-brasileira-ensino-e-desenvolvimento-local/>> Acesso em ago. 2020.

RADIN, José Carlos; CORAZZA, Gentil. Questão de Palmas. *In*: **Dicionário histórico-social do Oeste catarinense [online]**. Chapecó: Editora UFFS, 2018, pp. 135-137. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/editora-uffs/repositorio-de-e-books/dicionario-historico-social-do-oeste-catarinense>>. Acesso em: 30 de mar. 2021.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa do Estado do RS. **Lei nº 11.126, de 09 de fevereiro de 1998**. Implanta Plano de Desenvolvimento e Valorização do Ensino Público Estadual, dispõe sobre mecanismos de parceria e colaboração, institui programa de avaliação da produtividade docente, dispõe sobre vencimento e dá outras providências. Sistema LEGIS. Diário Oficial do Estado, 7 de junho de 2001.

RIO GRANDE DO SUL. **Coordenadorias regionais de Educação**. CRE. Secretaria da Educação. Disponível em: <<https://servicos.educacao.rs.gov.br/pse/srv/cre.jsp?ACAO=acao2&#:~:text=A%20Cordenadoria%20Regional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o,financeiros%20e%20de%20infra%20estrutura>>. Acesso em: mar. 2021.

ROSA, Márcio Marques; NUNES, Flaviana Gasparotti. **Características e desafios do ensino de geografia em área de fronteira**: considerações a partir do município de Coronel Sapucaia (MS). *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 42, n.2, maio, 2015. pp. 530-552.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis: Editora Vozes, 2011. 9ª ed.

SCHERMA, Márcio A. **Cidades-gêmeas e integração**: o caso de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. São Paulo: Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina, 2016. Disponível em: <http://www.hu.usp.br/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/Marcio_Scherma_II-Simposio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-America-Latina.pdf> Acesso em mar. 2020.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Perfil Socioeconômico COREDE Fronteira Oeste – 2015**. 2015a. Disponível em <<http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134130-20151117101627perfis-regionais-2015-fronteira-oeste.pdf>> Acesso em: 21 mar. 2021.

_____. **Perfil Socioeconômico COREDE Fronteira Noroeste – 2015**. 2015b. Disponível em < <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134130-20151117101627perfis-regionais-2015-fronteira-noroeste.pdf>> Acesso em: 21 mar. 2021.

SILVA, Paulo A. **Premissas para um currículo escolar intercultural no contexto das fronteiras**. *Revista GeoPantanal, UFMS/AGB, Corumbá/MS*, n. 21, jul./dez. 2016. p. 141-150.

SILVA, Regina C. M. e; Escola e educar na fronteira: atos do Estado se (des) fazendo em seus limites. In: DORFMAN, Adriana; FILIZOLA, Roberto; FÉLIX, Julian M. (Orgs.) **Ensinando Fronteiras**. Porto Alegre: Diadorim Editora, 2021.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território; espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de, e outros (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, Flávio M. de; BALDRAIA, André. **Ser protagonista: geografia**, 3º ano. São Paulo: SM Editora, 2016.

SUFRAMA. **Áreas de Livre Comércio - ALC's - Guajará-Mirim**. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/suframa_descentralizadas_alcs_guajaramirim.cfm>. Acesso em: 31 mar. 2021.

TONINI, Ivaine M. **Imagens nos livros didáticos de geografia: seus ensinamentos, sua pedagogia**. Mercator - Revista de Geografia da UFC, a. 2, n. 4, 2003.

TORREZANI, Neiva Camargo. **Vontade de saber, 7º ano**. 2ª edição, São Paulo: FTD, 2015.

TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanística. *In*: CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1985.

UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação). **A BNCC chegou às escolas**. 07/02/2020. Disponível em: <<https://undime.org.br/noticia/06-02-2020-16-05-a-bncc-chegou-as-escolas>> Acesso em: fev. 2020.

VLACH, Vânia R. F. **Ensino de Geografia no início do século XXI: desafios e perspectivas**. Cidade do México: 9º Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2003.

52 Histórias Que Não Acabaram: Menonitas encontram a paz no pampa. GZH, 04 de dezembro de 2010. Disponível em <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2010/12/52-historias-que-nao-acabaram-mennonitas-encontram-a-paz-no-pampa-3131454.html#:~:text=Vindas%20de%20Santa%20Catarina%2C%2086,as%20lavouras%20com%20o%20suor.>>>. Acesso em 30 de mar. 2021.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Fale um pouco sobre sua atuação profissional, onde se formou e em que²¹, há quantos anos leciona, em quantas e quais escolas e para quais níveis (Fundamental e/ou Médio) você dá aula.
2. Há quanto tempo você reside/trabalha nessa cidade? Você nasceu na fronteira? Caso negativo, por qual motivo você reside/trabalha em um município fronteiriço atualmente?
3. Quais materiais didáticos e recursos pedagógicos você utiliza para preparar e ministrar suas aulas? Como você avalia a aprendizagem dos alunos?
4. Como você ensina a temática da fronteira em suas aulas? Em quais anos você costuma ensinar este tema?
5. Você acredita que o fato de residir e/ou trabalhar num município fronteiriço influencia na sua maneira de ensinar a fronteira internacional? Justifique.
6. O plano político pedagógico (PPP) da escola que você leciona menciona algo relacionado ao ensino da fronteira?

²¹ Alguns professores que lecionam a disciplina de Geografia não são formados, necessariamente, em Geografia.

APÊNDICE B

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Geociências
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Formulário Online

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a) senhor (a) _____, respeitosamente gostaria de convidá-lo(a) para participar da pesquisa intitulada, provisoriamente, “A fronteira no ensino básico de Geografia: políticas nacionais e práticas situadas”. Essa pesquisa tem como objetivo compreender como a fronteira internacional é ensinada por professores fronteiriços e não fronteiriços em diversos pontos do território nacional.

A coleta dos dados será realizada por meio de entrevista semiestruturada e análise do material didático utilizado para ministrar as aulas de Geografia Política, desse modo, sua colaboração para esta pesquisa será respondendo as questões de interesse do estudo e fornecendo os materiais didáticos solicitados pela pesquisadora.

A pesquisa não apresenta riscos físicos aos participantes. Contudo, o(a) senhor(a) poderá não responder a alguma questão, caso lhe cause algum constrangimento, para assim minimizar os riscos psicológicos. Sua participação será voluntária, podendo deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, sem que isso lhe ocasione algum prejuízo.

Os benefícios desta pesquisa não serão obtidos imediatamente, porém espera-se que este estudo contribua para construir relações com outros professores; que provoque reflexão sobre as práticas pedagógicas e valorização do papel do professor.

Seu anonimato será assegurado durante todas as etapas da pesquisa. A identificação dos participantes será realizada por códigos, os dados serão transcritos e analisados com responsabilidade e os resultados utilizados somente para a pesquisa científica. Caso queira identificar-se, assinale aqui ().

Pelo presente consentimento informado, declaro que fui esclarecido (a) de maneira clara e objetiva, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, sobre os objetivos, a justificativa, os riscos e os benefícios da presente pesquisa. A

pesquisadora respondeu todas as minhas perguntas até minha completa satisfação e entendimento.

Ciente disso, eu _____, aceito participar da pesquisa e permito a gravação da(s) entrevista(s), bem como a reprodução total ou parcial dos materiais didáticos por mim fornecidos à pesquisadora.

Cidade de origem do participante, _____ de _____ de 2019.

Pesquisadora Responsável

Participante da Pesquisa

Pesquisadora responsável: Mestranda Cátia Cilene Pereira Froehlich

E-mail: catiafroehlich2@gmail.com

Telefone: (51) 98441-5350

Orientadora da Pesquisa: Profa.Dra. Adriana Dorfman

E-mail adriana.dorfman@ufrgs.br

Telefone: (51) 3308-6337